

KELLY CRISTINE PANEGALLI PALHUK

**O IMPACTO DOS DETERMINANTES NO DESEMPENHO DA BALANÇA
COMERCIAL: UMA ANÁLISE PARANÁ/BRASIL PARA O PÓS-REAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre Em Desenvolvimento econômico, do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Dr. Marcelo Luiz Curado

CURITIBA
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

KELLY CRISTINE PANEGALLI PALHUK

O IMPACTO DOS DETERMINANTES NO DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL: UMA ANÁLISE PARANÁ/BRASIL PARA O PÓS-REAL

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Econômico, do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Valdir Michels
UNICENTRO

Curitiba, 08 de março de 2009.

O problema político da humanidade está em combinar três coisas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual.

John Mainard Keynes (1883-1946)

AGRADECIMENTOS

A Deus, senhor da minha vida, pela graça de viver e aprender cada dia mais.

Ao Professor Dr. Marcelo Luiz Curado, sou imensamente grata pela sua disposição em me orientar na realização deste estudo e pela sua contribuição na minha formação intelectual. Foi uma prerrogativa poder contar com o seu conhecimento e sua experiência na área da Macroeconomia.

A todos os professores do Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná pelo conhecimento transmitido. Aos coordenadores do mestrado, verdadeiros sustentáculos, muito obrigada por todo o apoio. À Ivone, secretária do Departamento de Economia, pelo seu dinamismo e delicadeza em nosso atendimento.

Ao meu esposo Abimael Palhuk Junior, que me encorajou desde o início através de seu constante incentivo e de sua complacência perante as ausências vivenciadas para a realização deste estudo.

À minha filha Maria Eduarda, luz dos meus olhos, minha grande motivação.

RESUMO

Esta dissertação tem como principal meta analisar o desempenho da Balança Comercial do Paraná e de forma menos abrangente a Balança Comercial do Brasil, verificando quais os determinantes macroeconômicos – renda externa, renda interna e câmbio - tiveram maior impacto sobre os resultados comerciais do período compreendido entre 1994 e 2007. Mesmo tendo como foco a balança comercial e os determinantes macroeconômicos este estudo também levou em consideração algumas particularidades inerentes ao Estado do Paraná no que tange o aspecto institucional e quanto ao comércio internacional. Desta maneira preocupou-se em investigar as oscilações da balança comercial do Paraná e do Brasil, bem como as variações ocorridas dos determinantes macroeconômicos a fim de relacioná-los com a teoria Macroeconômica. Para tanto, o estudo avaliou os resultados observados com a condição de Marchal-Lerner e curva “J”. Como tal, estudaram-se detalhadamente os aspectos teóricos que envolvem e relacionam o comportamento da renda interna e externa, da taxa de câmbio, e da balança comercial. Analisaram-se os distintos períodos de oscilação do câmbio, bem como se verificou a conjuntura econômica mundial e seus períodos de crescimento e crises, as quais provocaram respectivamente a ampliação e a retração do comércio internacional, com relevantes impactos na balança comercial do Estado do Paraná e do País. Tampouco se faz uma observação ao crescimento interno e seu impacto na Balança Comercial através das importações. Os resultados encontrados indicaram que diferentemente do País, o Estado do Paraná foi menos suscetível às oscilações cambiais no período pós Real, devido basicamente à significativa participação do commodities agrícola em sua pauta exportadora. Contudo, o desempenho da balança comercial paranaense tende a ser mais propenso a choques externos, devido à sua condensada pauta exportadora e à sua menor dispersão geográfica comercial. A partir do início deste século, verifica-se que tanto o Estado do Paraná quanto o País ficam fortemente influenciados pelo determinante renda, devido ao expressivo crescimento da economia mundial e concomitantemente o quantum exportado e os altos preços alcançados pelos commodities no mercado internacional.

Palavras-Chave: Balança Comercial. Desempenho. Renda. Cambio.

ABSTRACT

The present paper has as its main aim to analyze the performance of the Paraná State Balance of Trade and less specifically, the Brazil one, observing which of the macro-economic determinants –, external income, internal income and exchange – have presented a stronger impact on the commerce results in the period between 1994 and 2007. Even with a focus on the trade balance and macroeconomic determinants this study also took into account some peculiarities inherent to the State of Paraná in terms the institutional aspect and the international trade. Thus, it was important to investigate the Balance of Trade fluctuation of the state and of the country, as well as the variation occurred in the macro-economics determinants in order to relate them to the Macroeconomic theory. The study evaluated the results seen with the condition of Marchal-Lerner and curve "J". As such, it is studied in detail the theoretical aspects involved and relate the behavior of domestic and foreign income, exchange rate and trade balance. We analyzed the different periods of oscillation of the exchange, and there was the economic world and its periods of growth and crisis, which led to the extension and retraction respectively of international trade, with important impacts on trade balance and the State of Paraná. Besides that, it is made an allusion to the internal growing and its impact on the Balance of Trade through importations. The found results indicated that, differently of the country, the Parana State was less susceptible to exchange fluctuation in the post-Real, basically because of the significant participation of the Agricultural commodities in its exported lines. However, the performance of the balance of trade of Parana tends to be more inclined to external clashes due to its condensed exporting guideline and to its smaller commercial geographical dispersion. From the beginning of the century on, it is verified that either the Parana State and the country are strongly influenced by the income determinant, due to the significant development of the world economy together with the exported quantum and the high prices reached by the commodities in the international market.

Key words: Balance of trade. Performance. Income. Exchange.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	CURVA DA BALANÇA COMERCIAL.....	28
GRÁFICO 2 -	EFEITO DO AUMENTO DA RENDA EXTERNA.....	30
GRÁFICO 3 -	EFEITO DA CURVA “J”	36
GRÁFICO 4 -	EVOLUÇÃO DO IPCA (1980-2007).....	42
GRÁFICO 5 -	BALANÇO EM CONTA CORRENTE 1994-2002.....	44
GRÁFICO 6 -	EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL (1980-2007).....	47
GRÁFICO 7 -	EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO, DAS EXPORTAÇÕES E DA FORMAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL (1992-2007).....	51
GRÁFICO 8 -	EMPREGO, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA (1971-1999).....	54
GRÁFICO 9 -	BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (1990-2007).....	59
GRÁFICO 10 -	PIB REAL – VARIAÇÃO PERCENTUAL.....	61
GRÁFICO 11 -	A QUEDA DO CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS AFETA AS EXPORTAÇÕES DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	62
GRÁFICO 12 -	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR PAÍS E CONTINENTE (%TOTAL) 1991-2007.....	63
GRÁFICO 13 -	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR PAÍS E CONTINENTE (%TOTAL) 1991-2007.....	63
GRÁFICO 14 -	PIB MUNDIAL E BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA 1994-2007.....	65
GRÁFICO 15 -	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO 1990/2007 VALORES EM US\$ MILHÕES FOB.....	66
GRÁFICO 16 -	IMPORTAÇÃO BRASILEIRA POR PRODUTO(%)1990-2007...	67
GRÁFICO 17 -	CÂMBIO REAL EFETIVO E QUANTUM COMERCIALIZADO 1994 / 2007.....	68
GRÁFICO 18 -	CRESCIMENTO DO PIB NOS PAÍSES DA OECD.....	69
GRÁFICO 19 -	COMÉRCIO MUNDIAL E BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA.....	70
GRÁFICO 20 -	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, QUANTUM E PREÇOS 2000/2005.....	71
GRÁFICO 21 -	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO INTENSIDADE TECNOLÓGICA NO PARANÁ 1996.....	81
GRÁFICO 22 -	PARTICIPAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PR NO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL, SEGUNDO INTENSIDADE TECNOLÓGICA EM TRIÊNIOS SELECIONADOS – 1996/2006.....	84
GRÁFICO 23 -	BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ 1994-2007.....	85
GRÁFICO 24 -	EVOLUÇÃO DA CORRENTE DE COMÉRCIO DA ECONOMIA PARANAENSE APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL.....	86

GRÁFICO 25 -	PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA 1994 – 2007.....	87
GRÁFICO 26 -	O EFEITO DA VALORIZAÇÃO CAMBIAL SOBRE AS IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES E SALDO PARANAENSE 1994/1998.....	88
GRÁFICO 27 -	PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETORES, IMPORTAÇÕES E BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE 1994/2007.....	90
GRÁFICO 28 -	O IMPACTO DO CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES SOBRE A BALANÇA COMERCIAL 1999/2002.....	92
GRÁFICO 29 -	O IMPACTO DA RENDA EXTERNA SOBRE A BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ	93
GRÁFICO 30 -	VARIAÇÕES NO VOLUME DO COMÉRCIO MUNDIAL.....	94
GRÁFICO 31 -	EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE ABERTURA DO ESTADO DO PR, RESPECTIVAMENTE, ÀS EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E AO COMÉRCIO EXTERNO TOTAL 1990 A 2004 (%).....	97
GRÁFICO 32 -	DEMANDA MUNDIAL, 2001 A 2007 (%).....	100
GRÁFICO 33 -	EVOLUÇÃO DO CÂMBIO MÉDIO – 2003 A 2007.....	102
GRÁFICO 34 -	BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ 2003 A 2007.....	103
GRÁFICO 35 -	EVOLUÇÃO DA TAXA REAL DE CÂMBIO, DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES PARANAENSES 2003-2007.....	105
GRÁFICO 36 -	ÍNDICE DE PREÇO DE COMMODITIES E TAXA DE CÂMBIO 2003/2007.....	109
GRÁFICO 37 -	ÍNDICE DA PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DO PARANÁ 1995/2007.....	110
GRÁFICO 38 -	VARIAÇÕES ANUAIS DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL.....	111
GRÁFICO 39 -	PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA.....	112
GRÁFICO 40 -	PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, MINAS GERAIS E SÃO PAULO NA PAUTA EXPORTADORA DO BRASIL.....	112
GRÁFICO 41 -	EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PARANÁ APÓS IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL.....	113
GRÁFICO 42 -	EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PARANÁ POR FATOR AGREGADO.....	115
GRÁFICO 43 -	PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS NO TOTAL DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO PARANÁ.....	116
GRÁFICO 44 -	EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO PARANÁ E DO BRASIL APÓS IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL.....	121
GRÁFICO 45 -	EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO PARANÁ POR FATOR AGREGADO.....	122
GRÁFICO 46 -	PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES PARANAENSES NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA.....	124
GRÁFICO 47 -	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ NA PAUTA IMPORTADORA DO BRASIL.....	124

GRÁFICO 48 - PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO SUL NAS IMPORTAÇÕES DO BRASIL.....	126
---	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTRUTURA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS.....	20
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	RESULTADOS POSSÍVEIS PARA UMA ECONOMIA ABERTA.....	18
TABELA 2 -	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO IPCA E DO PIB DO BRASIL (1993 – 2002).....	46
TABELA 3 -	METAS PARA INFLAÇÃO 1999-2004.....	49
TABELA 4 -	METAS DE CRESCIMENTO REAL DO PIB, PARA 2004-2007, SEGUNDO A ÓTICA DA DEMANDA E DA OFERTA AGREGADA (TAXA% AO ANO).....	50
TABELA 5 -	TAXA DE CRESCIMENTO REAL ANUAL DA CHINA (%)......	64
TABELA 6 -	OS 20 MAIORES PAÍSES IMPORTADORES EM BILHÕES US\$ E %.	64
TABELA 7 -	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR PRODUTO (%).	66
TABELA 8 -	VARIAÇÃO DOS PREÇOS E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	71
TABELA 9 -	PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO BRASIL E PARANÁ – 1985 / 2003.....	79
TABELA 10 -	TAXAS DE CRESCIMENTO ACUMULADAS DA PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA, SEGUNDO ATIVIDADES – PARANÁ 1999/2007.....	82
TABELA 11 -	PRINCIPAIS DESTINOS DOS PRODUTOS PARANAENSES EM 1994.....	89
TABELA 12 -	VARIAÇÕES DA BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ, 2003 A 2007.....	102
TABELA 13 -	PREÇO DOS PRODUTOS BÁSICOS.....	104
TABELA 14 -	PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS 1991/2008.....	107
TABELA 15 -	PARTICIPAÇÃO DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO PARANÁ (1999-2007).....	114
TABELA 16 -	VARIAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO.....	128
TABELA 17 -	EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS IMPORTADOS PELO ESTADO.....	129
TABELA 18 -	PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM.....	129

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	CONCEITOS BÁSICOS	16
2.1.1	Economia aberta	16
2.1.2	Balança de Pagamentos	19
2.1.3	Balança Comercial	22
2.1.4	Taxa de câmbio	23
2.1.4.1	Taxa de câmbio real	26
2.2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
2.2.1	Determinantes da balança comercial	27
2.2.1.1	Renda doméstica	28
2.2.1.2	Renda externa	29
2.2.1.3	Taxas de câmbio	31
2.3	CONDIÇÃO DE MARSHALL-LERNER	32
2.4	CURVA “J”	35
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
3	O AJUSTE MACROECONÔMICO E A ABERTURA COMERCIAL PÓS-REAL E SUA INFLUÊNCIA NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA	39
3.1	O AJUSTE MACROECONÔMICO BRASILEIRO PÓS- REAL	41
3.2	A ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA PÓS-REAL	52
3.3	A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – (1994 – 2007)	58
3.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
4	A INFLUÊNCIA DO AJUSTE MACROECONÔMICO E DA ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA NO DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE	76
4.1	INFLUÊNCIA DO AJUSTE MACROECONÔMICO E DA ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA NO ESTADO DO PARANÁ	78
4.2	A BALANÇA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ	84
4.3	AS EXPORTAÇÕES	111
4.4	AS IMPORTAÇÕES	121
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
5	CONCLUSÃO	136
	REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação realiza uma análise do desempenho da balança comercial Paraná/Brasil, com um maior destaque a este Estado através do impacto dos determinantes macroeconômicos¹ para o período compreendido entre 1994 e 2007.

Tem-se como objetivo deste trabalho a análise do impacto bem como da influência dos determinantes macroeconômicos compreendidos aqui como a renda externa, a renda interna e a taxa de câmbio. Será verificado qual destes determinantes impactaram de forma mais significativa para os resultados comerciais do país e do Estado do Paraná. Também destaca-se que principalmente quando se referencia o Estado do Paraná faz-se mister salientar algumas particularidades quanto a pauta exportadora, preços internacionais das commodities e quantum comercializado para buscar agregar dados significativos à explicação do problema central, isto é, qual determinante causou mais impacto ao desempenho da balança comercial.

Em geral a literatura apresenta o saldo da balança comercial como uma função da taxa de câmbio (alguma medida de competitividade em preços), bem como dos níveis interno e externo de atividade econômica (produto ou renda). Procurou-se então, analisar qual o papel relativo destes determinantes sob três focos de estudo: o teórico, o histórico e o empírico, que se traduz na estatística descritiva.

No segundo capítulo apresenta-se a linha de análise teórica macroeconômica, que procura abordar as relações supracitadas entre a balança comercial e os determinantes macroeconômicos, taxa de câmbio, renda externa e renda interna, bem como a condição de Marshal-Lerner. Contudo, em determinadas situações a teoria se mostra limitada para explicar alguns fatos ocorridos com relação à balança comercial e determinantes. Sendo assim, ainda neste capítulo, é abordada a curva “J”.

O terceiro capítulo está dividido em quatro itens. O primeiro aborda o ajuste macroeconômico brasileiro implementado após a deflagração do Plano Real em

¹ Destaca-se que além dos determinantes macroeconômicos existem outros de origem microeconômica que influenciam no desempenho da balança comercial, os quais não fazem parte deste estudo. Da mesma forma algumas particularidades do Estado do Paraná foram observadas no que tange os aspectos institucionais e comerciais do mesmo.

1994, fazendo assim uma breve alusão às políticas macroeconômicas implantadas no País. O segundo traz de forma sintética como ocorreu a abertura comercial brasileira, procurando através dos fatos históricos uma maior compreensão da evolução e inserção do país no comércio internacional. O terceiro item deste capítulo faz a análise da balança comercial brasileira destacando, para o período supracitado, quais foram os determinantes que causaram maior impacto para seu desempenho. Enfim, o quarto item se constitui das considerações finais deste capítulo, buscando concomitantemente trazer a série histórica da balança comercial brasileira e seus determinantes.

O quarto capítulo aborda o desempenho da balança comercial do Estado do Paraná e se encontra dividido em cinco itens.

O primeiro traz a influência do ajuste macroeconômico e da abertura comercial brasileira – desenvolvido no capítulo anterior – no estado do Paraná. Este item busca denotar a evolução e inserção do Estado no comércio internacional sob a luz das políticas econômicas e comerciais da federação. No segundo item dar-se-á a análise da balança comercial do estado do Paraná, expondo quais os determinantes que tiveram maior força em seu desempenho. Visto a relevância em estudar a balança comercial do Estado do Paraná, a análise desta se segue através das exportações enfocadas no terceiro item: os principais produtos exportados e países de destino. Na sequência, o quarto item aborda as importações do Paraná, os principais produtos importados e países de origem. Destaca-se que para a análise da balança comercial das exportações e importações, procura-se denotar quais determinantes foram mais relevantes nos resultados alcançados para o período especificado neste estudo. O último item do quarto capítulo traz as considerações finais, expondo de forma a resenhar e explicar todos os fatos evidenciados nos itens anteriores.

O quinto e último capítulo desta dissertação traz a conclusão final, onde os resultados observados indicam que existe uma forte relação entre as variáveis. Conclui-se que o Estado do Paraná segue a mesma tendência do País quanto à evolução da balança comercial, pois este se insere numa política macroeconômica nacional. Entretanto, o Estado do Paraná possui suas particularidades quanto ao comércio internacional, o que distingue o desempenho de sua balança comercial à do País, sob a ótica do impacto dos determinantes macroeconômicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo deste capítulo é delinear a teoria sobre a balança comercial e os determinantes que influenciam seu desempenho: a renda interna, a renda externa e a taxa de câmbio. Para isto, serão tratados os aspectos significantes da Balança Comercial, bem como os pressupostos teóricos que serão o sustentáculo aos determinantes desta. O capítulo está organizado da seguinte forma: a primeira seção contemplará os conceitos básicos¹ dos pressupostos teóricos que constituem a base deste estudo, o qual se apóia na teoria keynesiana. Na segunda seção serão analisados, a partir de uma fundamentação teórica², a balança comercial e o papel relativo dos determinantes macroeconômicos em seu desempenho. É relevante destacar que a abordagem teórica, através de sua fundamentação mostra-se coesa, isto é, pode-se estabelecer de imediato três importantes resultados para a balança comercial: a) um aumento na renda externa, *ceteris paribus*, melhora a balança comercial do país analisado e aumenta a demanda agregada; b) uma depreciação real promovida pelo país analisado melhora a balança comercial e aumenta a demanda agregada e c) um aumento na renda doméstica aumenta os gastos com importações e piora a balança comercial – conforme Dornbush e Fischer (1991).

Dessa forma, entende-se como significativa a realização de uma análise dos pressupostos teóricos da balança comercial e seus determinantes, contemplando as principais características da balança e os possíveis papéis relativos dos determinantes ao seu desempenho. Assim sendo, este capítulo tem por finalidade a apresentação de termos teóricos que propiciem uma melhor compreensão do estudo proposto.

¹ Conceitos são elementos conjeturais tal qual uma palavra é o elemento de uma sentença. Os conceitos são abstratos, pois excluem as diversidades entre as coisas em sua extensão, tratando-as como se fossem similares e substantivas. Ao mesmo tempo os conceitos são os portadores de significados. Um único conceito pode ser expresso em qualquer número de linguagens. Um conceito é um caminho para o conhecimento, tem atrás de si uma ou muitas opiniões.

² A fundamentação da teoria é primordial para a sustentação do estudo, ultrapassando a literalidade conceitual.

2.1 CONCEITOS BÁSICOS

2.1.1 Economia aberta

Para SACHS (1998), todas as economias do mundo estão abertas no mínimo para algum comércio internacional e em vista do fato de que a abertura tem grandes consequências sobre o funcionamento da política econômica, torna-se extremamente relevante o seu estudo.

Pode-se verificar o grau de abertura econômica através da intensidade com que os países realizam o intercâmbio de mercadorias. A abertura da economia depende, então, deste fator.

Segundo Ricardo,

num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio. (RICARDO, 1982, p.104).

Para Carvalho e Ribeiro (2007) a economia aberta é uma atividade econômica de um país que contabiliza as relações entre todos os agentes econômicos (Famílias, Empresas, Estado, Instituições Financeiras e o Exterior). Inclui, portanto, as relações econômicas com outros países (importações, exportações, movimento de capitais, entre outros). Para se ter em conta uma economia aberta, isto é, uma economia com relações com o exterior, deve-se inserir no circuito um novo agente que se designa como Resto do Mundo ou Exterior.

Em termos de fluxos reais, esta nova conta recebe das empresas bens, que correspondem às exportações, e fornecem bens, correspondentes às importações, que se destinam às *Empresas, Estado e Famílias*.

Para que ocorra a abertura econômica inclui-se na teoria Keynesiana o estudo das exportações e das importações, bem como das exportações líquidas. As exportações podem ser consideradas como a demanda

estrangeira por produtos domésticos, e as importações como sendo a demanda doméstica por bens estrangeiros.

No modelo Keynesiano, as importações dependem de uma parte autônoma e outra parte depende da propensão marginal a importar, ou seja, quando a renda aumenta, a demanda por importações aumenta. As exportações dependem da demanda estrangeira por importações, a qual depende da renda estrangeira (FROYEN, 2001). Sendo assim, a renda estrangeira e a demanda pelas exportações domésticas serão consideradas variáveis exógenas. Faz-se mister representar a economia aberta através da seguinte equação:

$$Y = DA = C + I + G + (X - Q) \quad (1)$$

Verifica-se então, que a demanda agregada é a soma do consumo mais investimentos, mais gastos do governo e mais a diferença entre as exportações e as importações, sendo que esta é também conhecida como exportações líquidas ou o resultado da Balança Comercial.

De acordo com Dornbusch e Fischer (1982, p. 202), uma economia está ligada ao resto do mundo através de dois canais externos: o comércio (de bens e serviços) e os financiamentos. Ainda segundo os mesmos autores, a ligação via comércio surge do fato de que parte da produção de um país é exportada para países estrangeiros, enquanto alguns bens que são consumidos ou investidos no país são produzidos externamente e importados.

Uma economia aberta interage com as demais economias de duas maneiras: comprando e vendendo bens e serviços nos mercados mundiais de produtos e comprando e vendendo ativos de capital, como ações e títulos, nos centros financeiros mundiais. (MANKIW 2005). Da mesma forma, Simonsen e Cysne (1995) descrevem uma economia aberta como a economia que interage com outras de duas maneiras: ela vende e compra produtos e serviços de outros mercados ou ela compra e vende ativos de capital nos mercados financeiros mundiais.

Ainda sob o mesmo foco pode-se conceituar uma economia aberta sob três aspectos distintos: a) economia com abertura do mercado de bens, no qual empresas e consumidores têm a possibilidade de escolha entre bens domésticos e estrangeiros (ressalta-se aqui que ambos estão sujeitos a restrições, as quais podem ser representadas por tarifas e cotas); b) abertura dos mercados financeiros,

que é a forma com que investidores optam por escolher entre ativos financeiros domésticos e estrangeiros (as restrições cada vez mais estão sendo quebradas resultando enfim em mercados financeiros mundiais cada vez mais integrados); c) abertura do mercado de fatores, possibilidade pela qual as empresas podem optar onde instalar a produção e aos trabalhadores onde trabalhar, isto é, migrar ou não. (BLANCHARD, 1999)

A tabela abaixo representa os três resultados possíveis para uma economia aberta: um país com déficit comercial, um país com equilíbrio comercial e um país com superávit comercial.

TABELA 1 – RESULTADOS POSSÍVEIS PARA UMA ECONOMIA ABERTA

Déficit Comercial	Equilíbrio Comercial	Superávit Comercial
Exportações < Importações Exportações Líquidas < 0 $Y < C + I + G$ Poupança < Investimento Investimento Externo Líquido < 0	Exportações = Importações Exportações Líquidas = 0 $Y = C + I + G$ Poupança = Investimento Investimento Externo Líquido = 0	Exportações > Importações Exportações Líquidas > 0 $Y > C + I + G$ Poupança > Investimentos Investimento Externo Líquido > 0

FONTE: MANKIW (2005).

Ainda, uma economia aberta pode ser visualizada através da equação representada na equação a seguir:

$$Y = Y^d = C(y) + I(r) + G + X \frac{(P^*)}{P} - Q \frac{(P^*)}{P}, Y \quad (2)$$

Onde:

P^* = índice de preços externos e moeda doméstica

Y = Nível corrente de produção de bens e serviços

Y^d = demanda por bens e serviços

C = consumo

I = investimentos

G = Gastos do Governo

X = exportações

Q = importações

Com a economia aberta, consumidores, empresas e governo se deparam com a decisão de adquirir bens produzidos domesticamente ou bens estrangeiros e

um dos principais determinantes considerados por estes é a taxa real de câmbio. As taxas de câmbio são fundamentais para a economia porque afetam o preço relativo de bens estrangeiros e nacionais.

Enfim, uma economia aberta vende exportações para outras nações, compra importações, apresenta fluxos de capital compostos de compras e vendas de ativos externos pelos residentes locais e compras e vendas de ativos internos pelos residentes estrangeiros. (GORDON, 2000, p. 111)

2.1.2 Balança de Pagamentos

Conforme a Economia foi se abrindo, os países começaram a verificar a necessidade em medir suas transações comerciais a fim de avaliar a relevância de seu desempenho. Desta forma se determinou o registro que foi a origem do Balanço de Pagamentos.

De acordo com Carvalho et al. (2000, p. 109), “O Fundo Monetário Internacional (FMI) define balanço de pagamentos como o registro sistemático das transações econômicas entre residentes e não residentes de um país durante determinado período de tempo.”

Distinguem-se residentes de não residentes pelo local em que os bens e serviços são produzidos e consumidos. Assim sendo, define-se como residente a pessoa física ou jurídica domiciliada em um país; incluem-se neste conceito indivíduos com residência fixa, mesmo sendo imigrantes filiais de empresas estrangeiras sediadas no país, funcionários em serviço no exterior, bem como os indivíduos que se encontram transitoriamente no exterior a viagens de turismo, negócios e outros.

Os não residentes, por consequência, são todos aqueles que não estão condizentes na definição acima.

Seguindo o pensamento de Froyen (2006, p.538), pode-se dizer que “teoricamente são considerados residentes de um país os agentes econômicos com foco de interesse econômico permanente nesse país. Dificuldades na coleta e compilação de dados, bem como peculiaridades gerais, podem, evidentemente, fazer com que haja alguma discrepância entre o conceito teórico de residência e o utilizado na prática.”

MAIA (1999) cita que as finalidades primordiais dos balanços de pagamentos são: informar como o país se comporta em suas transações com o exterior; tornar-se um instrumento para o governo tomar decisões necessárias para corrigir problemas relativos às transações com o exterior; e servir para medir os efeitos das medidas tomadas.

Sinteticamente, a estrutura do Balanço de pagamentos é a seguinte:

BC – BALANÇA COMERCIAL Exportações (FOB) Importações (FOB)
BS – BALANÇA DE SERVIÇOS Viagens Internacionais Transportes Seguros Serviços Governamentais Rendas de capitais Lucros e dividendos Lucros reinvestidos Juros Serviços diversos
TU – TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS
TC – SALDO DO BALANÇA DE PAGAMENTOS EM CONTA CORRENTE (BC+BS+TU)
KA – MOVIMENTO DE CAPITAL AUTÔNOMOS Investimentos diretos Reinvestimentos Empréstimos e financiamentos Amortizações Capitais em curto prazo Outros capitais
EO – ERROS E OMISSÕES
BP – SALDO TOTAL DO BALANÇO DE PAGAMENTOS (TC+KA+EO)

QUADRO 1 – ESTRUTURA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

FONTE: CARVALHO, SILVA (2000)

Segundo Dornbusch (1991, p. 204) “Existem duas contas principais no balanço de pagamentos: a conta corrente e a conta capital. A conta corrente registra o comércio de bens e serviços, assim como os pagamentos de transferências, a conta capital registra as compras e vendas de ativos, como por exemplo, estoques, títulos e terra”.

Ainda segundo o mesmo autor,

O superávit completo do balanço de pagamentos é a soma dos superávits em conta corrente e na conta capital. Se ambas contas capital e conta corrente estiverem em déficit, então o balanço de pagamentos como

um todo está em déficit. Quando uma conta está em superávit e a outra em déficit, precisamente pela mesma extensão, o balanço de pagamentos como um todo é zero – nem está em superávit nem em déficit. (DORNBUSCH, 1991, p. 205)

Para Dornbusch e Fischer (1982, p. 549), a balança de pagamentos é o registro das transações econômicas com o resto do mundo, existem neste processo duas contas principais: a conta corrente e a conta de capital. A primeira registra o comércio de bens e serviços, bem como transferência de pagamentos. Os serviços incluem fretes e pagamentos de royalties e de juros. As transferências de pagamentos consistem em remessas, donativos e subvenções. A conta de capital registra as compras e vendas de ativos como ações, títulos de renda fixa e imóveis.

Na contabilidade da balança de pagamentos existe uma regra simples: qualquer transação que leve a um pagamento por parte de residentes de um país representa um débito. Assim, a importação de automóveis, a utilização de navios estrangeiros e depósitos em contas no exterior são contabilizados como débitos.

Já Simonsen e Cysne (1995, p. 75), definem balança de pagamentos como um registro sistemático de transações entre residentes e não-residentes de um país durante determinado período de tempo.

Os registros contábeis no balanço de pagamentos são elaborados dentro do princípio das partidas dobradas: a um débito em determinada conta deve corresponder um crédito em alguma outra e vice-versa; sendo assim, as contas do balanço de pagamentos podem ser divididas em dois grandes grupos: as contas operacionais e as contas de caixa.

É na balança de pagamentos que são registados todos os movimentos financeiros decorrentes das relações econômicas ocorridas entre um determinado país e o resto do mundo, isto é, as entradas de capitais alicerçadas pelas exportações de mercadorias, as saídas de capitais associadas às importações de mercadorias, as entradas de capitais motivadas pelos investimentos realizados por agentes econômicos estrangeiros, as entradas de capitais associadas a subsídios ou a remessas de emigrantes, entre muitos outros movimentos financeiros.

A Balança de Pagamentos é constituída por duas componentes principais:

- A Balança de Transações Correntes que registra transações como as exportações e as importações de mercadorias e de serviços, os

rendimentos provenientes de investimentos e as transações unilaterais.

- A Balança de Capitais onde são registradas as compras e vendas de ativos.

Para Feijó et al.,

do ponto de vista contábil o balanço de pagamentos é meramente um registro das transações de um país com o mundo exterior. De uma perspectiva econômica, porém, tais transações não podem ser analisadas como um simples segmento da economia (o setor externo, por exemplo), porque, em larga medida, o balanço de pagamentos é o resultado-síntese do funcionamento global de cada economia nacional, refletindo a operação, em nível micro e macroeconômico, das atividades principais de seus agentes econômicos, sejam públicos ou privados. (FEIJÓ C. A. et al., 2003, p.140).

Em suma, de acordo com a mesma autora, na formulação de uma política externa de um país, é necessário que se tenham informações sobre as condições específicas de cada atividade produtiva que é capaz de gerar receitas ou provocar despesas em moeda estrangeira, o que implica o conhecimento detalhado de cada uma das contas, subcontas e rubricas de um balanço de pagamentos.

2.1.3 Balança Comercial

A balança comercial é uma das contas que compõem o balanço de pagamentos e registra exclusivamente o comércio de bens. Segundo Simonsen (1995, p.80), “A Balança Comercial corresponde ao saldo das exportações sobre as importações, as primeiras computadas com sinal positivo (crédito), a segunda com sinal negativo (débito).”

Ainda de acordo com Maia (1999), a Balança Comercial registra as exportações e as importações. As exportações são contabilizadas como receitas e as importações como despesas. O critério mais usual é registrá-las (tanto a exportação como a importação) pelo valor FOB (free on board).

Para Mankiw (2005), as exportações corresponde à bens e serviços produzidos internamente e vendidos no exterior; já as importações são os bens e serviços produzidos no exterior e vendidos internamente. Também para este autor o valor das exportações de um país menos o valor de suas importações pode ser chamado de exportação líquida.

Além do equilíbrio, dois resultados são cabíveis à balança comercial. Primeiramente, um superávit comercial, que se constitui em um excesso de exportações sobre importações e em segundo lugar, um déficit, onde a relação é inversa. Enfim, o equilíbrio comercial se dá num contexto onde as exportações são iguais as importações.

Dornbusch & Fischer (1991) comentam que o saldo da balança comercial é uma função da renda interna, que afeta os gastos com importação, da renda externa, que afeta a demanda externa pelas exportações e da taxa de câmbio real, que mede a competitividade de um país no comércio internacional.

Verifica-se então que os resultados da Balança Comercial são dependentes da taxa de câmbio real e da renda externa numa relação positiva, e que se relaciona negativamente com a renda interna. Enfim, um resultado positivo (superávit) pode advir de um impacto da taxa de câmbio real e/ou de um aumento da renda externa e, ainda, de uma redução da renda interna. As variações distintas das supracitadas podem vir a gerar um saldo comercial negativo (déficit).

2.1.4 Taxa de Câmbio

Simonsen e Cysne (1995, p. 99) definem taxa de câmbio como sendo o preço em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira. Existem segundo estes autores, tantas taxas de câmbio quantas moedas estrangeiras (preço do dólar em moeda doméstica, preço do marco alemão em moeda doméstica, entre outros), lembrando que podem existir taxas de câmbio múltiplas para uma mesma moeda (dólar oficial x dólar paralelo); resumindo a expressão, taxa de câmbio geralmente indica o preço de uma moeda internacional de referência, ou essa moeda é o dólar norte-americano, ou o direito especial de saque.

A taxa de câmbio viabiliza a comparação de preços pelo mercado internacional, o que é de extrema relevância para tomada de decisões pelos que estão inseridos no comércio internacional.

Verifica-se então que o câmbio é um dos determinantes macroeconômicos que mais causa impacto quando da decisão de exportar e que claramente influenciam a balança comercial.

A taxa de câmbio é um dos preços relativos básicos de toda economia mercantil e sua relevância se dá através da intermediação de todas as transações entre a economia doméstica e o restante do mundo. Conceituando, pode-se defini-la como apropriada quando denota a competitividade externa do país e a certeza sobre os fatores macroeconômicos fundamentais da economia.

As taxas nominais de câmbio entre as moedas são cotadas de duas maneiras segundo Blanchard (2007, p.354): “...(1) o preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira [...], (2) o preço da moeda estrangeira em termos da moeda nacional [...]”.

“Da mesma forma que um índice de preços ao consumidor transforma os muitos preços vigentes na economia em um único preço, um índice de taxa de câmbio transforma as diversas taxas de câmbio em uma só medida do valor internacional da moeda.”, acrescenta Mankiw (2005, p. 390)

A taxa de câmbio real é a taxa onde se podem negociar bens e serviços de um país pelos bens e serviços de outro país.

A competitividade, medida pela taxa de câmbio real pode ser observada quando os bens domésticos são mais baratos que os estrangeiros. Isto pode ocorrer quando a taxa de câmbio real é aumentada ou sofre uma depreciação real. Dornbusch e Fischer (1992, p. 213).

Seguindo a equação 3, o cálculo da taxa de câmbio real é assim constituído:

$$R = \frac{eP_f}{P} \quad (3)$$

onde:

R = taxa real de câmbio

e = taxa nominal de câmbio

P_f = índice de preços do país estrangeiro

P = índice de preço doméstico

Uma desvalorização da taxa de câmbio encarece os bens e serviços produzidos no exterior em relação aos produzidos no país, estimula a exportação e desincentiva as importações. Sendo assim, em condições normais, uma desvalorização da taxa de câmbio aumenta o saldo comercial e de serviços não-fatores, considerando-se o mais eficaz dos mecanismos de correção dos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos.

O emprego da taxa de câmbio é um instrumento de política monetária remota. Faz-se mister citar um sistema amplamente conhecido como “o sistema monetário do padrão ouro”: o valor da moeda nacional é definido com uma quantidade fixa de ouro (lastro). O mesmo entrou em declínio após Bretton Woods em 1944, cuja conferência objetivava planejar a estabilidade da economia internacional posteriormente à Segunda Guerra Mundial.

Esse acordo teve validade para os países capitalistas que eram liderados pelos Estados Unidos, que fixaram sua moeda em relação ao ouro. Os outros países membros fixaram suas taxas de câmbio em relação ao dólar americano. Em 1973 esse acordo interrompe-se devido à crescente demanda por liquidez internacional. Os EUA encerram com o padrão ouro finalizando o acordo. Posteriormente os principais países membros desse acordo abandonam o câmbio fixo e adotam um regime de câmbio flexível.

Pereira (2005) relata que uma taxa de câmbio pode continuar a se apreciar e a ameaçar o país com nova crise em médio prazo. Ela é o preço macroeconômico mais importante de qualquer economia. Não apenas determina a exportação e a importação e, portanto, a possibilidade ou não de uma crise de balanço de pagamentos, mas determina também os salários reais, o consumo e a poupança internos. E, finalmente, determina o investimento, seja ao facilitar seu financiamento por meio do aumento da poupança interna, seja via estímulo aos investimentos que se abrem com a oportunidade de exportar. Por isso, a experiência histórica de quase todos os países que se desenvolvem aceleradamente -e não apenas dos bem-sucedidos países asiáticos de hoje- ensina que uma taxa de câmbio relativamente depreciada é, ao lado da educação pública, a mais importante estratégia de desenvolvimento.

Segundo os estudos de Clemente (2008), em uma economia de câmbio flutuante e liberdade de movimentação de capitais, a taxa de câmbio é determinada pela oferta e demanda por moeda estrangeira resultantes das transações

internacionais entre residentes e não-residentes. Mas para quais fins os agentes econômicos demandam moeda estrangeira e de quais fontes resulta a oferta? Os agentes econômicos demandam moeda estrangeira para importações de bens e serviços, compra de ativos estrangeiros, transferências unilaterais e investimentos diretos no exterior. Por outro lado, a oferta de moeda estrangeira é resultante de exportações de bens e serviços, venda de ativos nacionais, transferências unilaterais e investimentos estrangeiros diretos (IEDs). Com exceção das importações e exportações, as demais variáveis são pouco sensíveis à taxa de câmbio, sendo a compra e venda de ativos, assim como o investimento direto, muito mais sensíveis à taxa de juros e este último à eficiência marginal do capital também. Assim sendo, a curva de demanda possui inclinação negativa, pois na medida em que a taxa de câmbio sobe e, por consequência, a moeda nacional se desvaloriza em relação à estrangeira, fica mais caro em moeda nacional adquirir bens e serviços estrangeiros; isso concorre para a redução das importações e da demanda por moeda estrangeira (desde que os demais preços da economia permaneçam constantes).

Por outro lado, a curva de oferta possui inclinação positiva, pois na medida em que a taxa de câmbio sobe e, por consequência, a moeda estrangeira se valoriza em relação à nacional, fica mais barato para os não-residentes importar bens e serviços concorrendo para o aumento das exportações e da oferta de moeda estrangeira. No ponto de intersecção dessas curvas, ou seja, no ponto em que elas se cruzam, fica determinada a taxa de câmbio.

2.1.4.1 Taxa de Câmbio Real

Segundo Dornbusch e Fischer, a taxa de câmbio real pode ser considerada como uma medida de competitividade de um país no comércio internacional, pois esta expressa os preços dos bens estrangeiros em moeda doméstica em relação aos bens domésticos. DORNBUSCH e FISCHER (1992, p.104).

Simonsen e Cysne (1995) acrescentam que a taxa de câmbio real é a razão entre a quantidade de produtos e serviços que um indivíduo pode adquirir domesticamente pela quantidade de produtos e serviços que ele pode adquirir no exterior. Compara os preços de um produto doméstico com outro importado em termos da economia doméstica.

2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.2.1 Determinantes da Balança Comercial

Para a compreensão do desempenho da balança comercial se faz necessário verificar como os determinantes interagem neste contexto, assim sendo, serão verificadas as variações que a renda interna, externa e a taxa de câmbio podem provocar no saldo comercial.

Pode-se afirmar que as exportações líquidas dependem da nossa renda que afeta os gastos com importação, depende da renda estrangeira que afeta a demanda externa pelas nossas exportações e depende da taxa de câmbio real. (DORNBUSH, 1991, p. 215).

Esta afirmação é representada através da equação abaixo:

$$NX = X(Y_f, R) - Q(Y, R) = NX(Y, Y_f, R), \quad (4)$$

Onde:

NX = Exportações líquidas;

X = Exportações

Q – Importações

Y – Renda doméstica

Y_f Renda Externa

R – Taxa Real de Câmbio

Segundo Blanchard (2007), quando o tratamento são as importações, verifica-se que estas são parte da demanda doméstica que recai sobre bens estrangeiros. Um produto maior eleva a uma demanda doméstica por todos os bens, domésticos e estrangeiros, como se observa através da próxima equação, que se refere aos determinantes das importações:

$$Q = Q(Y, e) \quad (+, +) \quad (5)$$

Vislumbrando as exportações em determinação da renda, verifica-se que um produto externo maior eleva as exportações, pois há uma maior demanda por bens

estrangeiros e domésticos, como mostrado através da equação que se refere aos determinantes das exportações:

$$X = X(Y^*, e) \quad (+, -) \quad (6)$$

Num modelo de determinação da renda, a taxa de juros e a renda influenciam nos gastos domésticos.

Verifica-se então, que a demanda por bens domésticos e exportações líquidas é uma função crescente da renda. Assim sendo, a balança comercial é uma função decrescente do produto, como se percebe através do Gráfico 1, a seguir:

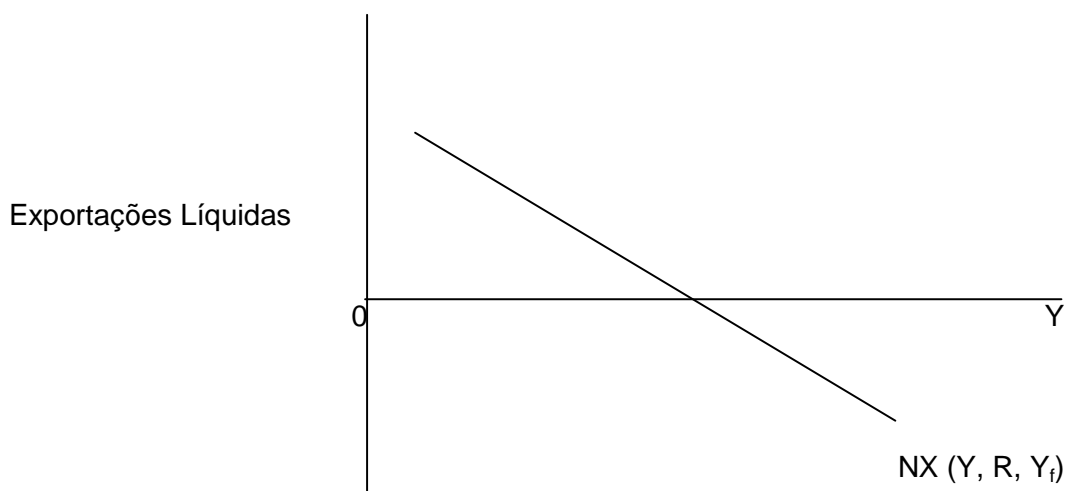


GRÁFICO 1 – CURVA DA BALANÇA COMERCIAL
FONTE: DORNBUSH (1991)

2.2.1.1 Renda Doméstica

Conforme Dornbusch e Fischer (1992, p. 105), dentro de uma economia aberta, boa parte da produção doméstica é vendida aos estrangeiros (são as exportações) e parte dos gastos dos residentes domésticos recai em bens estrangeiros (importações). É necessário, então, fazer mudanças na análise da demanda agregada; a mais precisa e importante neste sentido é sobre o conceito de que os gastos domésticos não determinam a produção doméstica, mas o inverso: os gastos em bens domésticos determinam sim, a produção doméstica. Os gastos dos

residentes domésticos em parte recaem em bens domésticos, mas também em parte, nas importações. A demanda por bens domésticos, por outro lado, inclui as exportações e a demanda externa como parte dos gastos efetuados pelos residentes domésticos.

Segundo Garcia e Janot (2006), faz-se mister aprofundar-se na discussão da demanda doméstica por bens e da demanda por bens domésticos. A indagação diz respeito ao diferencial entre estas. Assim sendo, tem-se dois aspectos relevantes:

- ✓ Bens domesticamente produzidos podem usar insumos importados.
- ✓ Os estrangeiros também demandam bens domésticos.

Há necessidade de realizar ajustamentos na demanda doméstica por bens para se alcançar a demanda por bens domésticos. Faz-se necessário subtrair as importações, mas para isso deve-se exprimir a quantidade importada em termos da quantidade dos bens domésticos, isto é, precisa-se de um conversor de quantidade de bens estrangeiros (Q) em quantidade de bens domésticos. Esse conversor, como já se verificou, é a taxa de câmbio real (ε), que é o preço dos bens estrangeiros em termos dos bens domésticos.

Enfim, verifica-se como um resultado da determinante *renda doméstica* que um incremento desta aumenta os gastos com importação e piora a balança comercial.

2.2.1.2 Renda Externa

Para Dornbusch e Fischer (1992, p. 106), a renda externa existe quando se supõem que as exportações líquidas dependem da renda doméstica, que afeta os gastos com importações; depende da renda estrangeira Y_f que afeta a demanda externa pelas exportações domésticas e depende da taxa de câmbio real, R . Um aumento em R ou uma depreciação real melhora a balança comercial, quando a demanda se desloca dos bens produzidos no exterior para aqueles produzidos domesticamente.

Um aumento na renda externa provoca um deslocamento da curva IS para fora e para a direita: IS para IS'. Há um aumento na renda em equilíbrio, E para E' .

Enfim ocorre um deslocamento da curva NX para a direita, obtendo NX', significando um aumento no nível das exportações líquidas.

O gráfico 2 possibilita a visualização do exposto:

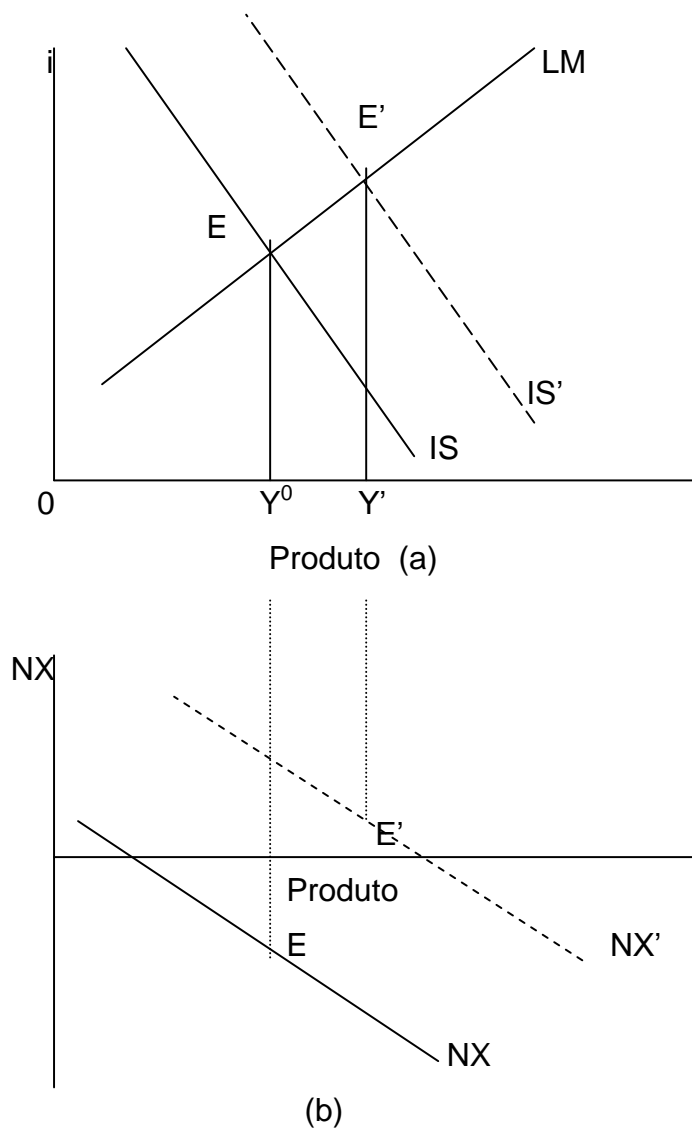


GRÁFICO 2 – EFEITO DO AUMENTO DA RENDA EXTERNA
FONTE: DORNBUSH (1991)

Através da equação: $NX = X(Y_f, R) - Q(Y, R) = NX(Y, Y_f, R)$, pode-se imediatamente estabelecer um resultado relevante quanto à determinante renda externa e balança comercial.

Verifica-se que um aumento na renda externa, permanecendo inalterados outros fatores, melhora a balança comercial do país analisado e aumenta a demanda agregada.

2.2.1.3 Taxas de câmbio

As taxas de câmbio nominal e real são consideradas os dois preços internacionais mais importantes dos mercados mundiais.

A taxa de câmbio nominal é a taxa através da qual uma pessoa pode trocar a moeda de um país pela outra; a taxa de câmbio real é aquela através da qual uma pessoa pode negociar os bens e serviços de um país pelos bens e serviços de outro; desta forma se apresenta o diferencial das duas medidas, defende Mankiw (2005).

De acordo com Dornbusch e Fischer (1982), em um sistema de taxas de câmbio fixas, os bancos estrangeiros ficam a postos para comprar e vender suas moedas a um preço fixo em dólares; muitos países importantes fixaram as taxas de câmbio uma contra outra desde o final da Segunda Guerra Mundial até 1973.

Em um sistema cambial fixo, os bancos centrais devem financiar qualquer superávit de balança de pagamentos ou déficit à taxa oficial de câmbio, isto é feito simplesmente por meio da compra e venda de toda moeda estrangeira que não for fornecida por transações particulares. A taxa de câmbio fixa opera como qualquer outro esquema de suporte de preços, como por exemplo, aqueles dos mercados agrícolas. Dada a oferta e a demanda de mercado, o fixador do preço tem que formar um excesso de demanda ou se livrar do excesso de oferta. Com taxas de câmbio fixas, os bancos centrais se comprometem a atender à demanda por moedas estrangeiras decorrentes de déficits ou superávits da balança de pagamentos, a preços fixos, em termos de moeda nacional. Devem financiar os excessos de oferta ou de demanda por moedas estrangeiras à taxa de câmbio fixa, diminuindo ou aumentando suas reservas de moedas estrangeiras.

Simonsen e Cysne (1995) enfatizam que a grande vantagem do regime de taxas fixas é facilitar a tomada de decisões pelos agentes econômicos. Porém, com moedas fiduciárias, eles enfrentam um sério problema: nada assegura que, à taxa de câmbio fixada pelo Banco Central, a oferta e a procura de moeda estrangeira se equilibrem.

Num sistema de taxas de câmbio fixas podem ocorrer o que se chama de desvalorização ou valorização, isto é, com a desvalorização o preço das moedas

estrangeiras é aumentado por uma ação oficial; já a valorização provoca o efeito contrário.

Dornbusch e Fischer (1982) mostram que o sistema de taxas flexíveis é o inverso do sistema de taxa fixa; os bancos centrais permitem que as taxas de câmbio se ajustem, a fim de equacionar a oferta e a demanda de moeda estrangeira.

Além disso, através do regime de taxas de câmbio flexíveis, a oferta e a demanda por moedas estrangeiras se igualam como resultado da oscilação das taxas de câmbio. Com a flutuação livre não há intervenção de bancos centrais e o resultado da balança de pagamentos permanece zero. Entretanto, os bancos centrais por vezes interferem no sistema de taxas flutuantes, realizando a chamada flutuação suja.

De acordo com Blanchard (1999), o aumento relativo do preço dos bens domésticos em termos de bens estrangeiros é chamado de apreciação real; a diminuição é chamada de depreciação real.

Enfim, verifica-se a relevância em analisar a taxa de câmbio real, pois esta é um determinante essencial das exportações líquidas. Quando esta se aprecia, as importações tornam-se baratas para os residentes locais comprarem, ao passo que as exportações tornam-se caras para os estrangeiros, de acordo com Gordon (2008).

Verifica-se que através das flutuações da taxa de câmbio real podem-se entender os motivos das variações do saldo da balança comercial de um país.

2.3 CONDIÇÃO DE MARSHALL-LERNER

A condição de Marshall-Lerner, segundo Blanchard (1999), é aquela onde a depreciação real (aumento na taxa de câmbio real), leva a uma elevação da balança comercial.

A depreciação real pode ter um impacto na balança comercial sob três fatores distintos: a) o aumento das exportações, a depreciação do câmbio torna os bens domésticos relativamente mais baratos no exterior e impulsiona o aumento da demanda estrangeira; b) a diminuição das importações, a depreciação cambial torna os bens estrangeiros mais caros no ambiente doméstico impulsionando a demanda

para os bens domésticos, reduzindo assim o volume de importações e c) o preço relativo das importações, R , aumenta. Um mesmo volume de importações possui um custo maior para ser importado; devido a isso há uma tendência de crescimento na conta de importações.

A seguir, demonstra-se a equação de Marshall-Lerner. Segundo esta, as variações da balança comercial como reflexo a uma depreciação real - ponderada pelas exportações - é igual ao somatório dos três aspectos, ou termos, supracitados. Primeiramente a variação proporcional das exportações, induzida pela depreciação real; em segundo lugar a alteração proporcional das importações, induzida pela depreciação real e o terceiro termo é igual à alteração proporcional da taxa real de câmbio, ou, de forma equivalente, menos a taxa de depreciação real. Sob este contexto verifica-se que para Blanchard (1999), a condição de Marshall-Lerner é a qual onde a soma dos três termos seja positiva; satisfeita esta condição, a depreciação real levará a melhora da balança comercial.

$$\left| \frac{\Delta NX}{X} = \frac{\Delta X}{X} - \frac{\Delta Q}{Q} - \frac{\Delta R}{R} \quad (2) \quad t=1,2,3,\dots,t \right|$$

(1º termo) (2º termo) (3º termo)

(7)

Os efeitos já citados e decorrentes de uma depreciação cambial podem não ocorrer no curto prazo, contrariando a teoria econômica. Existem algumas explicações para este arcabouço: a) num curto prazo após a depreciação, os maiores efeitos se dão nos preços e não nos quantum; b) o preço das importações sobe domesticamente, enquanto o preço das exportações domésticas cai no exterior e c) o volume de importações e exportações no que concerne a taxa de câmbio real (depreciada) poderá melhorar a balança comercial.

Ainda para Blanchard (1999), os efeitos das variações dos preços podem tornar-se mais fortes seguindo um *gap* temporal, para as importações e exportações. As exportações tendem a aumentar e as importações diminuir. Caso a condição de Marshall-Lerner predomine, a reação tanto das exportações quanto das importações

acaba por se tornar mais forte que o efeito adverso do preço e o efeito final da depreciação será a melhoria da balança comercial.

A condição Marshall-Lerner estabelece uma condição para que uma desvalorização influencie positivamente a balança comercial; esta pode ser expressa de acordo com a equação a seguir:

$$n_{ex} + n_{im} > 1$$

(8)

onde:

n_{ex} = elasticidade dos preços relativos da demanda de exportações;

n_{im} = elasticidade dos preços relativos da demanda de importações.

Caso a elasticidade da demanda por exportações for menor que 1, as receitas com exportações sofrerão uma queda; cabe ressaltar que ainda se a receita das exportações entrassem em queda, o valor da redução nas importações poderia suplantá-la, sendo assim o saldo da balança comercial ainda poderia melhorar. Alternativamente, caso a elasticidade das importações seja maior que 1 e as exportações tiverem alguma elasticidade, ou ainda se ambas as elasticidades suplantarem o valor de 0,5, então, o terceiro fator será superado em valor pelos dois primeiros, e o saldo da balança comercial, novamente, melhorará. Observa-se a melhora do saldo comercial após uma desvalorização ocorre após um determinado tempo e quando o somatório das elasticidades de importação e exportação forem significativamente altas, assim os efeitos do quantum iram sobrepor e melhorar o saldo da balança comercial. (CAVES; FRANKEL, 2001).

Enfim, através da condição Marshall-Lerner verifica-se que a depreciação cambial pode acarretar uma piora momentânea na balança comercial. Nem as exportações e importações conseguem se ajustar de início a uma taxa de câmbio aumentada, o que reflete na piora da balança comercial. Sendo assim, segundo Marshall-Lerner, para que a balança comercial alcance um melhor desempenho após uma depreciação cambial, as exportações devem aumentar, em contrapartida

as importações devem diminuir o bastante para compensar o aumento do seus preços.

2.4 CURVA “J”

Segundo Dornbusch e Fischer (1992), o efeito da curva “J” contraria o conceito da teoria econômica que afirma que uma depreciação cambial gera superávit na balança comercial.

Uma explicação para o efeito da curva em “J” é que no curto prazo, a desvalorização ou depreciação de determinada moeda levará a desempenhos decrescentes da balança comercial de um país; entretanto conforme períodos se passam há uma tendência a melhores desempenhos da balança comercial. Esta melhora no desempenho se explica pelo tempo que os efeitos de uma desvalorização sobre o preço tendem a chegar até os parceiros comerciais do país e até que estes ajustem seus padrões de comercialização, defende Carbaugh (2004).

Outra elucidação para o efeito, seria que a balança comercial pode ter resultados piores após uma depreciação da moeda, pois contratos de importações e exportações ocorreram anteriormente. Estes volumes de importações e exportações podem ter sido ponderados de acordo com a taxa de câmbio real antiga; o principal efeito aí é a elevação do valor do nível de importações contratadas anteriormente, em termos dos bens domésticos, segundo Krugman e Obstfeld (2001).

Constatam Dornbusch e Fischer (1991, p. 912) que um país que passa por uma depreciação cambial, em que inicialmente, os preços domésticos (P) e estrangeiros (P_f) são fixos, e posteriormente o preço relativo das importações (eP_f/P) aumenta, recorre a dois efeitos: a) se o volume físico das importações não variar, seu valor medido em moeda doméstica aumentará por causa do preço mais alto; b) com um volume físico de importações fixo (Q), os preços mais altos significam gastos maiores com importações (medidos em termos de moeda doméstica), portanto uma piora da balança comercial. Ainda para os autores está aí a resposta potencialmente reversa da balança comercial a uma depreciação cambial.

Salvatore (2001) denota que é uma tendência dos preços de importação em moeda doméstica crescer mais rapidamente do que os preços de exportação, logo após a desvalorização ou depreciação cambial, com as quantidades inicialmente

não sofrendo alteração. Com o tempo, a quantidade de exportação passa a aumentar e a quantidade de importação se reduz; os preços se equilibram, de forma que a deterioração inicial da balança comercial da nação é sustada e em seguida revertida.

Em complemento, Dornbusch e Fischer (1991) explicam que os efeitos-volume no curto e longo prazo resultam do tempo que os consumidores e produtores levam para se ajustarem a variações nos preços relativos. Parte desses ajustamentos pode ser instantânea, mas fica claro que os padrões podem levar de seis meses a um ano para se ajustarem, e que a recolocação da produção internacional em resposta a variações nos custos e nos preços relativos pode levar anos.

A escala temporal da resposta dos fluxos comerciais a uma desvalorização pode ser exposta em termos do efeito da curva “J”, assim denominada porque o saldo comercial continua a piorar durante um período após a desvalorização (empurrando para baixo a curva do “J”) e então melhorar (movendo para cima a haste do “J”), segundo argumenta Carbaugh (2004). Destaca-se que se os fluxos de comércio respondem apenas de forma gradual a uma variação na taxa de câmbio, nota-se um padrão curva “J”. De acordo com Dornbusch e Fischer (1991), uma depreciação cambial vai piorar a balança comercial no curto-prazo, e vai então melhorá-la gradualmente em anos posteriores quando os efeitos-volume dominarem. Dornbusch e Fischer (1991). O gráfico 3, a seguir, apresenta o impacto a longo-prazo na balança comercial através do efeito da curva “J”

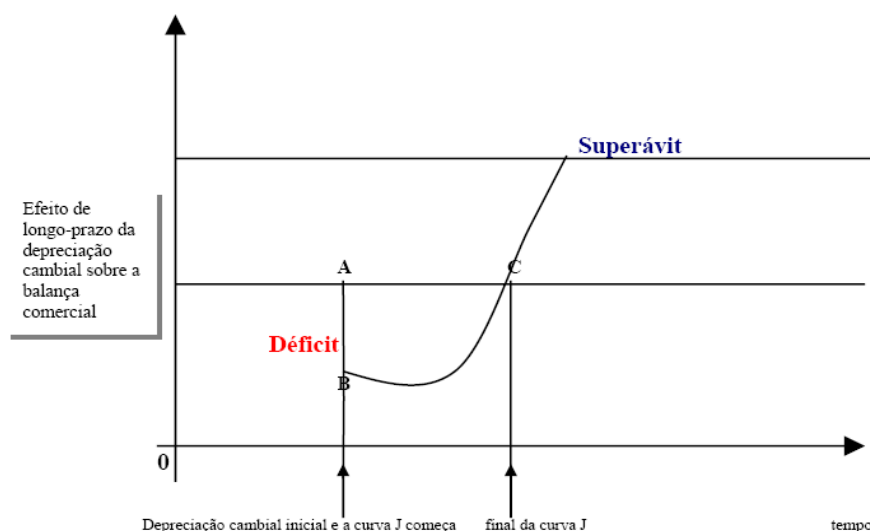


GRÁFICO 3 – EFEITO DA CURVA “J”
 FONTE: (KRUGMAN ; OBSTFELD, 2001).

O deslocamento do ponto “A” para o ponto “B” apresenta uma situação de depreciação cambial e a piora da balança comercial em curto prazo. Já o deslocamento do ponto “B” para ponto “C” denota o ajustamento bem como a melhoria gradual da balança comercial, é a partir do ponto “C” onde a balança comercial suplanta seu nível antes da depreciação.

Enfim, de acordo com Teles (2003), o fenômeno descrito pela curva “J” pode ser elucidado pelo dinâmico desenvolvimento da atividade doméstica perante a atividade externa, que pode sobrepor qualquer efeito favorável que a desvalorização possa causar.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo foi apresentado e discutido através da teoria keynesiana, o referencial que busca explicar o papel relativo dos determinantes - renda interna, renda externa e taxa de câmbio no desempenho da balança comercial. Conforme observado, os estudos relacionados à balança comercial sob a luz da teoria keynesiana buscam a correlação entre a balança e a demanda agregada, isto é, neste modelo, as importações dependem de uma parte autônoma e outra parte depende da propensão marginal a importar, ou seja, quando a renda aumenta a demanda por importações aumenta. As exportações dependem da demanda estrangeira por importações, as quais dependem da renda estrangeira.

Também se verificou que a taxa de câmbio possui significativa relevância, pois esta é o preço macroeconômico mais importante de qualquer economia. Não apenas determina a exportação e a importação e, portanto, a possibilidade ou não de uma crise de balanço de pagamentos, mas também os salários reais, o consumo interno e a poupança interna. E, finalmente, determina o investimento, seja ao facilitar seu financiamento por meio do aumento da poupança interna, seja via estímulo aos investimentos que se abrem com a oportunidade de exportar.

Outro ponto observado é a existência de constatações empíricas sobre o tema. Nestas, a teoria econômica é praticamente posta em prova. Isto se verifica através da curva “J” e o efeito Marshal-Lerner, que servirá como base para a análise de situações adversas à normalidade.

Nesse contexto, a análise da balança comercial e o papel relativo de seus determinantes devem ser observados como um estudo da maior relevância. Visto que todas as economias do mundo estão abertas no mínimo para algum comércio internacional, e em vista do fato de que a abertura tem grandes consequências sobre o funcionamento da política econômica, é através do desempenho da balança comercial que se pode constatar como está a competitividade econômica de um país.

3 O AJUSTE MACROECONÔMICO E A ABERTURA COMERCIAL PÓS-REAL E SUA INFLUÊNCIA NA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Este capítulo tem por finalidade buscar o entendimento que envolve a relação entre o ajuste macroeconômico, a abertura comercial ocorrida no país após a implantação do Plano Real e seu impacto na Balança Comercial Brasileira.

Os determinantes e seus efeitos nos desempenhos da balança comercial no período percebido entre 1994 a 2007, que formatam o universo deste estudo, terão o Brasil como local alvo.

O período escolhido para analisar a balança comercial brasileira compreende os anos de 1994 a 2007. Os dados utilizados são anuais e serão adquiridos através de pesquisas nos anuários do Ministério de Desenvolvimento Industrial e Comercial (MDIC/SECEX), pelos relatórios estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através do Relatório de Metas de Inflação do Banco Central (BACEN), pela Sinopse Internacional do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e por meio do Relatório do World Bank sobre as Perspectivas para Economia Mundial (2009). Também serão utilizados dados de estudos já publicados.

Através dos Anuários do Ministério de Desenvolvimento Industrial e Comercial (MDIC/SECEX) e o Histórico da Balança Comercial – 200 anos, serão obtidos todos os dados referentes à balança comercial brasileira, assim como da evolução do comércio exterior brasileiro.

Através dos relatórios estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), serão extraídos os dados sobre taxa de câmbio para o período estudado, o Índice de Preços Consumidor- amplo (IPCA) e o resultado da balança em conta corrente para o período de 1994-2002.

Pelo Relatório de Metas de Inflação do Banco Central (BACEN), serão levantados os dados correspondentes às metas de inflação para os últimos anos deste estudo.

Através da Sinopse Internacional do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), será obtida a tabela que mostra os 20 principais países importadores do comércio mundial.

Por meio do Relatório do World Bank (2009) sobre as Perspectivas para Economia Mundial, serão extraídos todos os dados referentes À renda ou produto

externo, bem como sobre a conjuntura da economia mundial. Destaca-se aqui que também serão utilizadas publicações bem como estudos já realizados sobre o tema deste estudo.

Foi analisado, de forma ampla, o ajuste macroeconômico brasileiro, a abertura comercial, bem como a relevância das variáveis macroeconômicas - Câmbio, Renda interna e Externa - sobre o desempenho da balança comercial do país.

Foram examinados dados anuais e variações entre períodos a respeito das exportações, importações e o saldo da balança comercial e a taxa de câmbio. Também foi analisada a dispersão geográfica do comércio brasileiro e seus principais parceiros comerciais para o período compreendido entre 1994 a 2007.

Todos os determinantes e as variáveis supracitados buscarão alinhar o impacto da relação entre a teoria Macroeconômica e seu empenho para a fato apontado pela influência do ajuste macroeconômico e a abertura comercial na balança comercial do Brasil.

Foi observada a balança comercial brasileira sobre dois prismas, o de superávit e o de déficit, bem como os motivos determinantes pelos quais estes resultados foram obtidos para o período compreendido pela pesquisa.

A abordagem utilizada é a da macroeconomia e é descrita como analítico-discursiva, onde será estudada a influência do ajuste macroeconômico e da abertura comercial – através das oscilações do câmbio, renda interna e externa - sobre a balança comercial brasileira entre 1994 e 2007. Para este estudo, foi utilizado o método indutivo, o qual proporciona alcançar conclusões particulares sob a luz de conhecimentos gerais, alcançados através da discricionariedade da economia.

No que concerne à metodologia utilizada, foram empregados gráficos e tabelas como forma estatística para analisar comparativamente a balança comercial, as exportações, importações, a renda e a taxa de câmbio anualmente.

A relevância deste capítulo se faz na compreensão das transformações ocorridas no ajuste macroeconômico e seus efeitos sobre o câmbio e a renda interna, pois estes são determinantes para a análise do desempenho da balança comercial. Também ao considerar a abertura comercial, tem-se em questão outro determinante de significância para o desempenho da balança, que é a renda externa.

Sendo assim, este capítulo está dividido em três itens, os quais respectivamente tratarão o ajuste macroeconômico brasileiro pós-real, a abertura econômica brasileira e a balança comercial do Brasil.

3.1 O AJUSTE MACROECONÔMICO BRASILEIRO PÓS-REAL

As variáveis macroeconômicas sofrem um impacto relevante causado pela política monetária adotada. A política monetária pode ser alterada de acordo com as mudanças deflagradas nas taxas de juros (Selic, por exemplo) e na taxa de câmbio, que por sua vez afetaram a economia através do nível de emprego, de atividade econômica, influenciando conseqüentemente, a inflação. Ressalta-se que por causar impacto no câmbio, a política monetária influencia no desempenho da Balança Comercial – objeto deste estudo – através das oscilações das exportações e importações.

O sistema macroeconômico brasileiro, a partir de 1994, se depara com uma mudança considerada a priori propícia, é neste período no qual o Plano Real obteve sucesso em controlar a inflação¹ que gerava a retração econômica do país há mais de uma década.

A procura pela estabilidade econômica e o combate à inflação foram os principais objetivos de diversos governos brasileiros nas últimas décadas. Giambiagi (2005), em seu estudo nomeado estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos – os anos FHC - defende que após uma década de planos econômicos mal sucedidos o Plano Real² surge com um foco extremamente voltado para a estabilização; esta foi a principal meta para o primeiro mandato de FHC.

¹ Segundo Arida (1999), a inflação brasileira era predominantemente inercial, pois seu maior determinante era a inflação passada, em um processo no qual a inflação futura era alimentada e acelerada por ela. Em suplemento, Batista Jr. (1999), identifica o déficit público como uma causa fundamental do processo inflacionário, uma vez que só seria possível combatê-la com o equilíbrio das contas do governo. Pereira (1998) partindo de uma concepção um tanto distinta salienta que, a explicação da inflação da economia brasileira não é válida nem a partir do déficit público, pois este foi zerado em 1990 e 1991, e a inflação permaneceu em alta; nem a partir do crescimento da oferta monetária, dado o caráter passivo ou endógeno da oferta de moeda quando a inflação é alta e inercial.

² Para Castro (2005), o Plano Real foi inicialmente concebido como um programa em três fases: i. Promover o ajuste fiscal que levasse ao “estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação brasileira”; ii. Criação de um novo padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor – URV”; iii. concessão de poder liberatório à unidade de conta e estabelecia “as regras de emissão e lastreamento da nova moeda (real) de forma a garantir a estabilidade” (E.M. Interministerial Nº 205/MF/SEPLAN/MJ/MTb/MPS/MS/SAF, 1994)

Contudo, concomitantemente à busca pelo controle inflacionário, o Plano Real trouxe neste mesmo ano uma desestabilização do balanço de pagamentos como reflexo da valorização cambial³ e das altas taxas de juros mantidas pelo Banco Central.

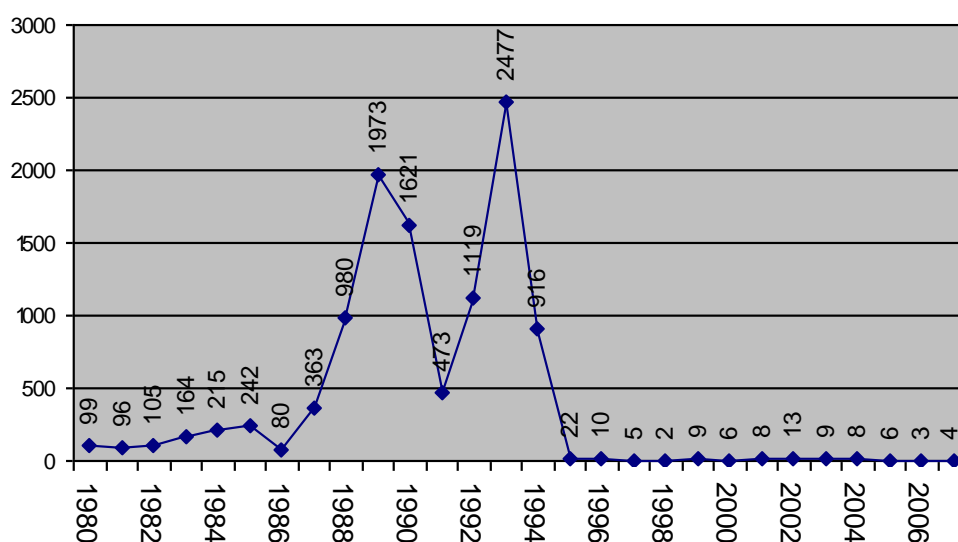


GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DO IPCA
FONTE: IPEA

Este cenário perdurou até meados de janeiro de 1995 onde se pode considerar que o país passou a ter um novo panorama macroeconômico, através de uma política fiscal e monetária que perdurou por alguns anos⁴.

De acordo com artigo “O Desempenho Macroeconômico do Brasil nos anos 90” de PINHEIRO, GIAMBIAGI E GOSTKORZEWICZ (1999), o desempenho macroeconômico brasileiro logo após a implantação do Plano Real, em julho de 1994, não foi muito distinto do que já havia ocorrido até então.

³ Uma valorização ocorre quando o preço das moedas estrangeiras sob um regime de taxa de câmbio fixa é diminuído por uma ação oficial, significa que os estrangeiros pagam mais pela moeda desvalorizada ou que os residentes do país que valorizou a moeda pagam menos por moedas estrangeiras. (DORNBUSH; FISCHER 1991, p.209)

⁴ Em janeiro de 1999 ocorreu uma significativa mudança, com a flutuação do câmbio, mas afinal a mesma política de alta taxa de juros básica e câmbio valorizado foi essencialmente mantida. A política fiscal, que em 1994 foi radicalmente populista, entre 1995 e 2002 raramente foi rígida. Logrou, porém, melhores resultados a partir de 1999 devido ao aumento da carga tributária. Durante o ano de 2003 a política fiscal foi particularmente rígida. A substancial melhoria do déficit em conta corrente a partir de 2002 não muda o quadro, porque foi resultado da segunda desvalorização cambial, ocorrida nesse ano, a qual, entretanto, foi em grande parte desfeita durante o primeiro semestre de 2003. (BRESSER-PEREIRA, 2003)

Estes autores fornecem um cenário para este período pós-real onde as características segundo estes foram as seguintes:

(i) inflação elevadíssima e crescente; (ii) déficit fiscal, medido pelas necessidades de financiamento do setor público, no conceito operacional, relativamente modesto e em parte devido à corrosão do valor real das despesas definidas no orçamento e contraídas em geral em termos nominais no contexto de rápido aumento do nível de preços; (iii) taxa de câmbio bastante desvalorizado, reflexo ainda da crise da dívida dos anos 80, em que o crédito externo tinha desaparecido; e (iv) situação externa folgada, representada por uma conta corrente que, na média de 1991-1993, foi superavitária e por uma entrada de capitais que fez com que o volume de reservas internacionais no conceito de caixa, que tinha fechado 1990 e também 1991 em menos de US\$ 9 bilhões, aumentasse a partir de 1992, atingindo mais de US\$ 40 bilhões quando do lançamento do Plano Real. (Pinheiro, Giambiagi e Gostkorzevicz, 1999, P. 17).

Em contrapartida, estes mesmos autores lançam um cenário bastante diferenciado para o período que se inicia em 1995. A partir deste período a economia do Brasil foi caracterizada por uma inflação muito baixa - para os padrões históricos do país - e declinante; taxas de juros elevadas; contas públicas com elevado desequilíbrio; taxa de câmbio significativamente apreciada em relação ao nível de 1991-1994, antes do Plano Real e rápida deterioração do resultado da conta corrente e taxa real de salários crescente com a valorização e em queda com a flutuação cambial de 1999.

Ainda sobre este período, Bresser Pereira (2003) ao relatar o ajuste macroeconômico pós-Real destaca:

A política macroeconômica, por sua vez, tem caráter ortodoxo convencional, caracterizando-se por (a) desenvolvimento com base no recurso à poupança externa, e (b) controle da inflação através (b.1) de política fiscal rígida, (b.2) de elevadas taxas Selic que também auxiliam a atrair capitais, e (b.3) de baixa taxa de câmbio.² Finalmente, a combinação do quadro macroeconômico com a política convencional tem levado aos seguintes resultados: (i) insustentabilidade intertemporal do déficit público, (ii) insustentabilidade intertemporal do déficit em conta corrente, (iii) elevado nível de desemprego, e (iv) semi-estagnação da renda por habitante. (BRESEER PEREIRA, 2003, p. 8).

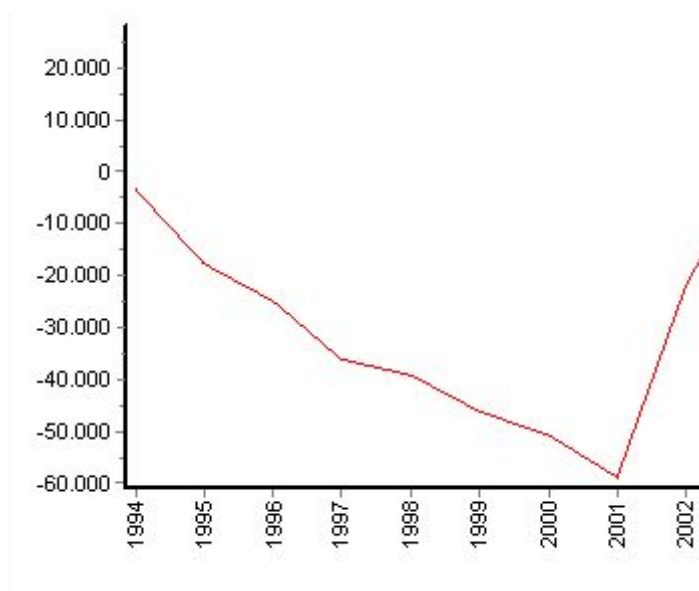


GRÁFICO 5 – BALANÇO EM CONTA CORRENTE 1994-2002
 FONTE: IPEADATA

Verifica-se que nas últimas décadas o Brasil não obteve um crescimento considerado satisfatório, este ficou muito abaixo à períodos anteriores, bem como de outros países considerados economias emergentes (China, Chile e México, por exemplo). As causas deste fraco e frágil crescimento podem ser melhor analisadas segundo OREIRO (2008):

As principais causas do baixo crescimento de nossa economia nos últimos 20 anos são também bastante conhecidas: (1) desequilíbrio interno crescente, fruto de uma tentativa de conviver com a inflação via mecanismos de indexação de preços e salários, que mantinham a inflação elevada e sempre com tendência de alta. [...] O desequilíbrio interno foi reduzido através da utilização de uma política monetária excessivamente conservadora, que manteve os juros reais no país entre os mais altos do mundo, *pari passu* com a valorização da moeda entre 1994 e 1998; (2) desequilíbrio externo, [...] O déficit de transações correntes, que fora praticamente eliminado na segunda metade da década de 1980, reaparece no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em função da âncora cambial. A correção desse desequilíbrio somente vai ocorrer em 1999, com a mudança de regime cambial e a subsequente desvalorização da taxa nominal de câmbio. O crescente superávit comercial nos últimos anos e a redução da vulnerabilidade externa representaram a superação, ainda que temporária, do desequilíbrio externo. (OREIRO, 2008, p.01).

O câmbio valorizado na primeira fase do Plano Real impulsionou as importações, que sob um ponto de vista meramente intrínseco não foi favorável para o momento, pois o país contava com um saldo deficitário em transações correntes (gráfico 5). Mas devido à âncora cambial e sua capacidade de diversificação dos preços, estes produtos adentravam ao país como forma de concorrência provocando

na indústria brasileira a necessidade em produzir com maior qualidade, tecnologia e finalmente, com redução de custos, o que traria maior competitividade ao país.

Nesta fase, o controle da inflação através das altas taxas de juros provocou lapsos que comprometeram tanto as empresas nacionais como o próprio governo. Perante esta situação o governo precisou implantar medidas de caráter restritivo. Assim foram adotadas as políticas fiscal e monetária contracionistas.

Para Furtado (1999), a política monetária procura adotar medidas eficazes no combate à inflação de demanda e diferentemente da política fiscal, esta é de efeitos demorados. A política monetária restritiva é uma medida que causa um maior impacto no nível das atividades econômicas, pois quando a taxa de expansão dos meios de pagamento for inferior à inflação, a tendência é que esta seja contida; já a política fiscal infere modificações em nível de reajuste de tributos, como forma de encarecer produtos e desestimular seu consumo; desta forma os preços também podem baixar através da diminuição da demanda.

A política monetária restritiva consistiu em um limite de curto prazo sobre empréstimos para financiar exportações, exigência de um depósito compulsório sobre novas captações, um limite sobre a expansão da base monetária de R\$ 9,5 bilhões até o final de março de 1995, além da manutenção de taxas de juros elevadas, com o objetivo de controlar um possível aumento de consumo e desencorajar a estocagem especulativa. (BAER, 1996)

Os excepcionais resultados obtidos no combate à inflação pela safra de programas de estabilização vieram acompanhados do surgimento ou agravamento de problemas do tipo: (1) crescimento modesto ou negativo; (2) elevado desemprego; (3) altos índices de inadimplência; (4) crise bancária; (5) quebra de empresas e ameaça de desaparecimento de setores. “Nos primeiros anos havia espaço para todos crescerem”, após cinco anos desequilíbrios observados reduziram abruptamente este crescimento doravante ocorrido. Explica-se esta inversão para um quadro infortúnio, o fato de que as políticas econômicas precisaram ser implementadas concomitantemente com uma combinação de necessidade de capitais externos para financiamento de déficits em transações correntes; uma estrutura fiscal ainda frágil e um último fator a ser considerado: o cenário internacional adverso. (CASTRO, 1996)

Levada à exaustão, a política monetária apertada aliada a uma política fiscal expansionista, com conseqüente valorização da taxa de câmbio real, geram claras inconsistências que resultam em pressões adicionais sobre o déficit público, desemprego e dívida interna no longo prazo. Estas pressões, [...] comprometem irremediavelmente a trajetória de *steady state* economia brasileira. (MARINHO, 2002, p.30).

A Tabela 2 espelha de um lado o significativo sucesso no combate à inflação e de outro o insignificante crescimento da economia no Brasil. Este crescimento mortífero foi e continua sendo a fonte dos principais problemas enfrentados no país quanto ao desenvolvimento econômico.

TABELA 2 – TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO IPCA E DO PIB DO BRASIL
1993-2002

Média Anual		
Período	IPCA	Crescimento PIB
1993 – 1994	1.700,0%	5,1%
1995 – 1998	10,0%	2,6%
1999 - 2002	7,0%	1,9%

FONTE: PEREIRA (2003)

Apesar de todas as circunstâncias adversas verifica-se que o Plano Real conseguiu sobreviver a 1995 devido a características observadas. Primeiramente, isto ocorreu devido à política monetária adotada no período, quando se praticaram elevadas taxas de juros. Também se verifica que a liquidez do mercado financeiro internacional e a atratividade dos mercados emergentes contribuíram para a consecução do plano⁵.

Por outro lado, como forma de modificar o cenário, descrito por PEREIRA (2003) e representado por sucessivos déficits no comércio internacional, piora do desequilíbrio na conta corrente ao longo dos anos 1994-1998 e de dúvidas quanto à

⁵ Quando se tem uma política de sobrevalorização da taxa real de câmbio aliado a um menor crescimento do produto em relação a taxa de juros, culmina num aspecto onde a trajetória da dívida interna em relação ao produto se torna inconsistente, no sentido de que esta apresenta uma trajetória explosiva ao longo do tempo. Não é difícil perceber que a estabilidade de curto prazo do Plano Real é assegurada pela âncora monetária e pela âncora cambial. A manutenção de taxas de juros elevadas é uma condição necessária para a manutenção da política cambial. Logo, neste cenário, é a âncora monetária que sustenta a âncora cambial, por duas razões básicas: (i) Altas taxas de juros ajudam a reduzir a demanda agregada, evitando assim fortes pressões sobre o nível de preços; (ii) O patamar elevado das taxas de juros facilita sobremodo a entrada de capitais externos, compensando em parte os déficits em transações correntes. Na realidade, a redução das taxas de juros com o câmbio sobrevalorizado poderá trazer conseqüências negativas tanto sobre a balança comercial quanto ao fluxo de capitais. (MARINHO, 2003, p. 03)

política cambial adotada (administrada e fixa) em 15 de janeiro de 1999, entra em vigor o chamado “Plano Real II”, o qual, devido a especulações contra a moeda nacional, provocou uma desvalorização cambial mudando assim o regime cambial para o câmbio livre. (AMARAL, 2001)

Pode-se dizer que

o ataque especulativo de 1999 teve, portanto, um duplo efeito. Em primeiro lugar, tornou evidentes os limites de uma política de “âncora cambial” num contexto de instabilidade do sistema financeiro internacional. Em segundo lugar, retirou do Banco Central a possibilidade de manutenção da política de controle da inflação por intermédio do controle da taxa de câmbio nominal. (CURADO E OREIRO, 2005, p.01),

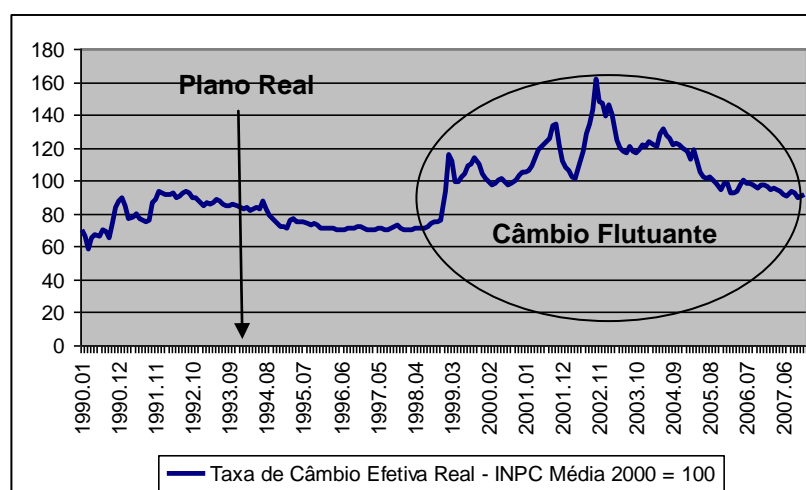


GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL (1980-2007)
FONTE: IPEA

A partir de 1999, o governo passou a adotar a livre flutuação do câmbio como regime⁶ e a estabilidade dos preços não estava mais anexada a âncoras cambiais, e sim ao sistema de metas de inflação, buscando acima de tudo manter o compromisso com o controle inflacionário e a estabilidade econômica.

Destaca-se que a proposta para esta mudança no regime de câmbio era que a desvalorização deste teria como rápido reflexo um incremento da competitividade dos produtos nacionais e que, concomitantemente, provocaria um encarecimento dos produtos importados, trazendo assim o equilíbrio da conta corrente. Torna-se

⁶ Para CINTRA (2005), a política macroeconômica deflagrada a partir de janeiro de 1999 foi ancorada sob três pilares: (i) taxa de câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais – para ajustar as contas externas -; (ii) taxa de juro real elevada – para garantir o cumprimento das metas de inflação e (iii) superávit primário crescente – para conter o endividamento do setor público. Este modelo macroeconômico revelou-se capaz de produzir ciclos econômicos que acompanham os movimentos de expansão e retração da liquidez do comércio mundial...

importante observar que a desvalorização cambial estimula as exportações em substituição às importações, no entanto, não se pode esquecer de parâmetros importantes e que denotam risco ao plano: (i) o processo de exportação demanda de tempo; (ii) há uma descontinuidade da preparação do setor exportador devido à incentivos à curto prazo, e ainda, (iii) os títulos públicos do governo possuíam cláusulas cambiais, que com a desvalorização cambial perdem seu valor devido a queda do real frente ao dólar, provocando aumento na dívida pública.

Ainda pode-se citar que em janeiro de 1999 após a desvalorização, a âncora cambial já não era considerada como um fundamento ao plano real; ela é comumente vista como a vinculação que um país em desenvolvimento realiza entre sua moeda e a de outro país – dólar americano – com objetivo de ajuste Monetário e estabilidade cambial. (PEREIRA, 2003)

Desta forma, a política macroeconômica passou a ser determinada pelo regime de “metas de inflação”. Esta política seria a nova estratégia para a estabilidade econômica do país. Sendo assim, para que a estabilidade macroeconômica desse prosseguimento, todos os demais instrumentos da política econômica deveriam se ajustar aos objetivos fixados pelo regime de metas de inflação.

Sob este cenário as perspectivas de crescimento se mostravam com uma tendência recessiva para o primeiro semestre de 1999, esperando uma retomada a partir do ano 2000. Sobretudo, verifica-se na tabela 3, que nos anos de 2001, 2002⁷ e 2003 não houve o alcance das metas de inflação, existindo ainda um forte viés no ano de 2002, onde a inflação tinha meta de 3,5% e um resultado efetivo de 12,5%. Estes resultados prejudicaram o crescimento do país, sendo que se tornaria indispensável o processo de conclusão das reformas estruturais para dar prosseguimento ao Plano.

⁷

Em 1999 e 2002 ocorreram os três surtos de desvalorização da moeda brasileira, o que proporcionou um relevante ajuste das contas externas.

TABELA 3 – METAS PARA INFLAÇÃO 1999 - 2004

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Meta Fixada	8,00%	6,00%	4,00%	3,50%	3,25%	3,75%	4,5%	4,5%	4,5%
(Banda, +/-)	(2%)	(2%)	(2%)	(2%)	(2%)	(2,5%)	-	-	-
Meta revista	-	-	-	-	4,00%	5,5%	-	-	-
(Banda +/-)	-	-	-	-	(2,5%)	(2,5%)	-	-	-
IPCA	8,94%	5,97%	7,70%	12,50%	9,30%	7,6%)	5,69%	3,14%	4,46%

FONTE: CURADO E OREIRO (2005); BACEN, HISTÓRICO DE METAS PARA INFLAÇÃO NO BRASIL.

Também é de relevância constatar que as crises externas, bem como as incertezas que rondavam o país, influenciaram negativamente a atuação do Plano Real. Segundo o DIEESE (2004, p.3), em 2001 a crise da economia Argentina e, posteriormente, em 2002, as incertezas associadas à condução da política econômica do governo que seria eleito, levam à novas desvalorizações acentuadas do câmbio.

A absorção dessas desvalorizações repercute em pressões inflacionárias que, por sua vez, vão corroer o poder aquisitivo dos salários. Em 2002, a inflação volta a se acelerar e aumentam as incertezas quanto aos rumos da política econômica a serem seguidos pelo novo governo que emergiria das eleições presidenciais. A taxa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC, calculado pelo IBGE) atingiu, em maio de 2003, 20,4% em doze meses. Assim o governo volta a elevar as taxas de juros e a aumentar o arrocho fiscal. O resultado foi uma reversão da taxa de inflação, mas com consequências perversas sobre o nível de atividade econômica, refletidas na queda do PIB em 0,2% no ano.

Esse quadro recessivo somente nos primeiros meses de 2004 foi sendo revertido com os primeiros sinais de recuperação, que sinalizaram, entretanto, para um tímido crescimento do PIB em torno de 3,8%, neste ano (Tabela 4)

O quadro apresentado em 2004 torna-se recorrente em 2005 onde a expectativa quanto à inflação não ocorre apesar da ascendência dos juros. Esse último fator é revertido a partir de julho, quando se passa a observar uma desaceleração da inflação, evidenciado pelo percurso positivo dos índices de

preços. Mesmo com a tendência de queda da inflação, a taxa SELIC permanece sem alterações até setembro, quando se iniciou um processo de queda gradual.

TABELA 4 – METAS DE CRESCIMENTO REAL DO PIB, PARA 2004 - 2007, SEGUNDO A ÓTICA DA DEMANDA E DA OFERTA AGREGADA (TAXA % AO ANO)

	2004		2005		2006		2007	
	Revisão	Realizado	Revisão	Revisão	Revisão	Revisão	Revisão	Revisão
	De		De	De	De	De	De	De
	2004		2004	2005	2004	2005	2004	2005
PIB	3,8	4,9	4,0	3,4	4,5	4,5	5,0	4,5
Agropecuária	5,1	5,3	4,0	3,0	4,4	4,4	4,9	4,4
Indústria	4,2	6,2	4,6	4,4	5,0	5,0	5,6	5,0
Serviços	3,3	3,3	3,6	2,2	4,2	4,2	4,6	4,2

FONTE: CONTAS NACIONAIS IBGE

De acordo com estudos,

diante de um cenário fortemente influenciado pelo câmbio podem-se destacar algumas observações importantes sobre o regime de metas; as expectativas são frustradas e as metas revistas com frequência, a própria credibilidade do regime de metas fica prejudicada, não restando alternativa a não ser a determinação de “doses” elevadas de juros que demonstrem o objetivo da autoridade monetária de controlar os preços a qualquer custo. Tal comportamento ganha maior intensidade quando se considera que mudanças na taxa de juros levam algum tempo para surtirem efeitos sobre a demanda agregada, que por sua vez também afeta a inflação com um *gap* de tempo. Esses fatores podem operar como aspectos impeditivos de ganhos de credibilidade com menores custos econômicos. (AMARAL, 2007, p. 62).

É de extrema importância destacar que em 2004, através do crescimento internacional e doméstico, ocorre um choque de preços recorrente da valorização do commodities agrícolas e industriais o que de certa forma abriu espaço para uma recuperação das margens de lucro; contudo a taxa de inflação permaneceu dentro do intervalo de tolerância. A desvalorização da taxa de câmbio e/ou demais choques exógenos de oferta atingiram a maioria dos preços dos bens e serviços, o que mostrou que apenas o comportamento dos preços livres é sensível aos movimentos da taxa de juros de curto prazo. CINTRA (2005)

Sob um mesmo foco, OREIRO et al (2008) realizam uma análise comparativa do período compreendido entre 2004 e 2007 com os anteriores no que tange o crescimento da economia; o diferencial quanto ao crescimento se caracteriza da seguinte forma:

Nos últimos quatro anos, contudo, observou-se uma aceleração do crescimento da economia brasileira com respeito ao comportamento observado desde 1988. Com efeito, a taxa média de crescimento no período 2004-2007 foi de 4,5% a.a, bastante superior as médias observadas nos períodos 2000-2003 (2,35% a.a), 1996-1999 (1,45% a.a), 1992-1995 (3,48%) e 1988-1991 (-0,05%) [...] Essa aceleração do crescimento foi possível devido a uma combinação de dois elementos: um forte aumento da taxa de crescimento das exportações a partir de 2000, o qual foi fundamental para acelerar o ritmo de crescimento da demanda agregada autônoma e, dessa forma, a taxa de expansão do produto; e um aumento bastante significativo da taxa de crescimento da formação bruta de Capital fixo a partir de 2004, fator esse que conferiu uma maior sustentabilidade a expansão do produto, ao permitir que a capacidade produtiva se ajustasse ao ritmo de expansão da demanda agregada.(OREIRO et al, 2008, p.01).

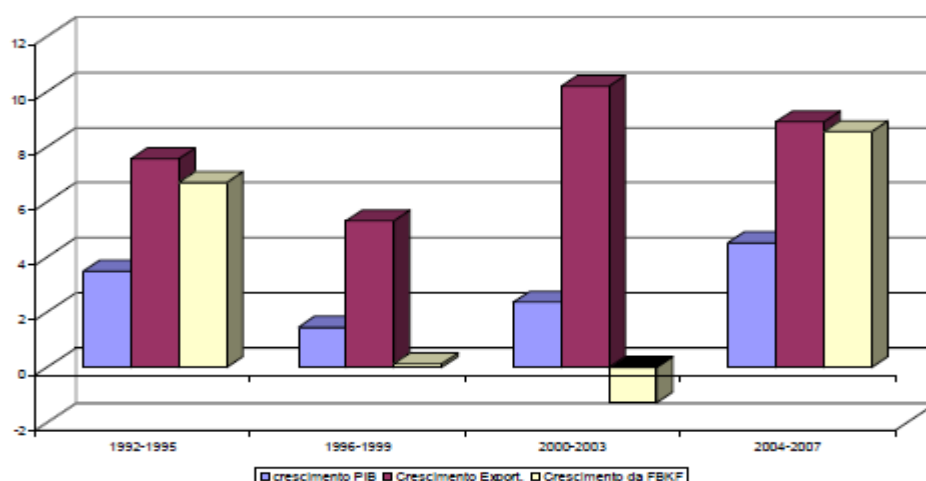


GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO, DAS EXPORTAÇÕES E DA FORMAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL (1992-2007)
FONTE: IBID

Finda-se este item com uma relevante constatação na qual se observa que aliado ao bom desempenho brasileiro há uma conjuntura extremamente aderente do comércio internacional onde destaca-se, (i) o crescimento do preço dos principais produtos de exportação do Brasil; (ii) a própria expansão do comércio internacional e (iii) o baixo nível das taxas de juros no contexto mundial, caracterizado pela ampla liquidez gerando efeitos positivos sobre o comércio do país⁸. Também se destaca

⁸ Dessa forma, o cenário internacional favorável teria sido o responsável direto tanto pelo relaxamento da restrição externa como pelo relaxamento da restrição interna ao crescimento econômico de longo-prazo. Contudo o padrão de crescimento apresentado pela economia brasileira possui ao menos duas fontes de fragilidade. A primeira fonte refere-se à ocorrência de um significativo desalinhamento cambial, notadamente a partir de 2005. Em segundo lugar, a teoria econômica e a experiência internacional mostram que um desalinhamento cambial negativo, ou seja, uma situação na qual a taxa real de câmbio está abaixo de seu valor de equilíbrio, afeta negativamente o crescimento econômico no longo-prazo. Isso porque, a sobre-valorização cambial pode induzir um aumento do grau de concentração da estrutura produtiva em setores com baixo valor

que a manutenção e/ou melhora do saldo em transações correntes é um reflexo da excepcional situação da economia internacional. CURADO (2006)

No próximo item deste capítulo será a bordada a abertura comercial brasileira.

3.2 A ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA PÓS-REAL

O Brasil num período anterior a década de 1990 ainda não se encontrava alinhado ao que se chamou de globalização mundial; o objetivo primordial das forças políticas e empresariais até o momento era o de manter a economia brasileira internamente, isto é, a visão das forças que dominavam o país neste período era a de trabalhar e produzir para o mercado interno. A partir daí pensava-se em obter lucros, por assim dizer, satisfatórios.

Com o início da década de 1990 a abertura econômica desencadeou uma expressiva mudança neste contexto; isto ocorreu pela maior participação dos fluxos de comércio exterior no Produto Interno Bruto (PIB). Também neste período foi verificada a relevância da reestruturação das atividades econômicas do país devido a fatores como uma maior exposição à concorrência internacional e a competitividade necessária para se ganhar mercado. Destaca-se que estas exigências nas quais o Brasil procurou e ainda busca se adequar, provocam perdas de importância de algumas atividades com menor competitividade na estrutura produtiva do país. IPEA (2006)

Também é a partir da década de 1990 que o processo de abertura comercial modificou a relação entre dependência de divisas e mercado interno expressivo; isto ocorreu devido à grande mudança da política comercial que passou a ser

agregado e/ou baixo nível de conteúdo tecnológico. Se isso ocorrer, haverá uma redução da elasticidade-renda das exportações, o que terá consequência uma redução da taxa de crescimento de longo prazo da economia. OREIRO et al (2008)

implementada. Nesta década ocorrem modificações substanciais na política de comércio exterior brasileira, o período foi marcado por um processo de abertura comercial abrangente, que teve início no governo Collor e se prolongou até o governo Fernando Henrique.

Para Amaral,

O início da década de 90 sinalizava a situação de que a economia brasileira estava posta em um contexto econômico e político de níveis consideráveis de fechamento. Por outro ângulo, a globalização financeira e produtiva caminhava a passos largos e, sendo assim, vislumbrava-se a urgência de uma tomada de decisões por parte da classe política brasileira acerca da preparação do Brasil para integrar os quadros de economias participantes da produção desenvolvida, sem restrições de fronteiras entre os países. (AMARAL, 2001, p.11)

Silva (2006) registra em seus estudos que com o objetivo da modernização e do combate à inflação, o governo apostou totalmente na idéia de competitividade⁹, através da abertura econômica. Desde então, se acelera, se configura e se consolida a ação com reestruturação contínua das empresas no país.

Assim, partir dos anos 90, o país passou por um amplo processo de abertura comercial, buscando competitividade e estabilidade econômica. Percebe-se que, devido ao impulso de integração internacional, algumas modificações na conjuntura econômica do Brasil, como o aumento do nível de investimentos, sendo estimulado pela necessidade de estar junto à concorrência externa, e o ajuste no setor produtivo, que pode ser comprovado pelo aumento da produtividade (Gráfico 8).

⁹ O termo competitividade possui distintas definições. Para o World Economic Forum (WEF), um país competitivo é aquele que apresenta altos graus de crescimento sustentado do PIB per capita. Já a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a competitividade é o grau pelo qual uma nação pode, dado o livre comércio e condições justas de mercado, produzir bens e serviços que cumpram as exigências dos mercados enquanto simultaneamente mantêm e expandem as rendas reais de sua população no longo prazo. Ainda para Porter o único conceito significativo de competitividade a nível nacional é a produtividade.

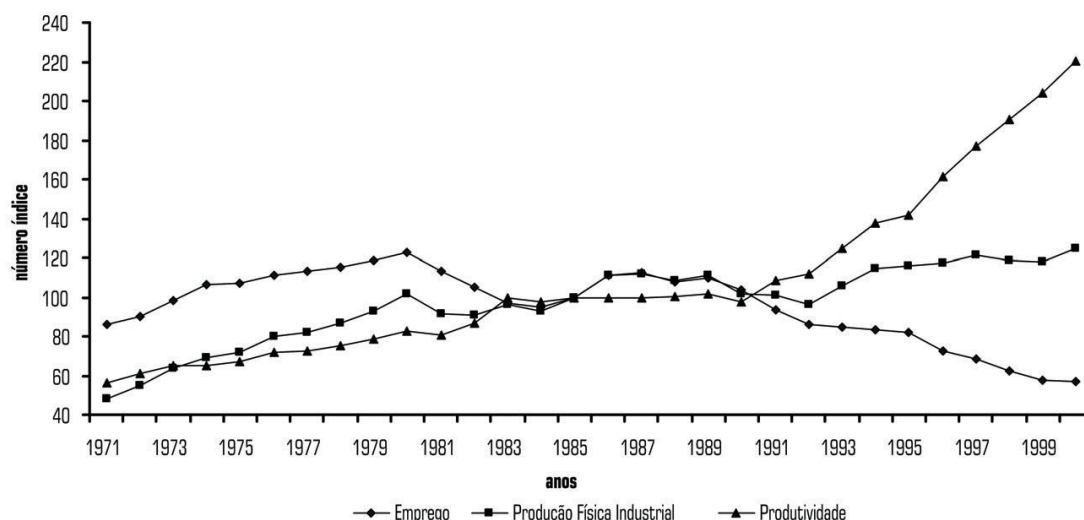


GRÁFICO 8 – EMPREGO, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA (1971-1999)
 FONTE: CARVALHO e FEIJÓ (2002)

As medidas implantadas na abertura comercial podem ser verificadas pela eliminação de alguns regimes especiais de importação, eliminação geral de subsídios fiscais, redução dos recursos destinados ao financiamento das exportações, fim da isenção de impostos na comercialização interna de produtos, além de algumas alterações tarifárias com objetivos de combate à inflação e elevação da concorrência em setores específicos (como o têxtil), além de favorecer o acesso a bens de capital não produzidos no país¹⁰. Silva (2006)

À luz destas transformações o comércio exterior do país passou a caminhar e ser drasticamente influenciado pelas mudanças na política comercial¹¹, mas também pela dinâmica do quadro macroeconômico doméstico e a política cambial.

Houve neste período de abertura comercial um predomínio das baixas taxas de juros nos países desenvolvidos e um excesso de liquidez. Como consequência, um crescente volume de capitais se dirigiu para os países

¹⁰ Ainda como classificação geral, as medidas protecionistas podem ser divididas em barreiras tarifárias e barreiras não-tarifárias. No primeiro caso, a proteção à indústria nacional se efetiva por meio da imposição de tarifas aduaneiras sobre os produtos importados; a consequência evidente é a majoração de preços dos importados, incentivando o consumo dos produtos nacionais. As não tarifárias são variadas e abrangentes, onde o principal efeito é a restrição às importações. Os mecanismos vão desde a proibição direta até exigências administrativas as quais inviabilizam ou encarecem a importação. BARRAL (2002, p.15).

¹¹ Para Salvatore (2007), políticas comerciais são regulamentações que norteiam o intercâmbio ou o comércio internacional de uma nação. Estas regulamentações se fazem necessárias devido à extrema complexidade existente no comércio entre elas, dentre estas pode-se elencar: (i) crescimento do protecionismo em países industrializados; (ii) a excessiva volatilidade e os desequilíbrios nas taxas de câmbio; (iii) as freqüentes crises financeiras; (iv) o elevado desemprego estrutural; (v) o enxugamento das empresas; (vi) problemas de reestruturação em determinados países; e (vii) o empobrecimento de nações.

emergentes (endividados) em resposta ao excesso de liquidez internacional. Além disso, abriu-se espaço para a preponderância de um capital financeiro rentista com a consolidação de um mercado de câmbio, de capitais e de títulos de âmbito mundial que encontrou nos países periféricos grandes oportunidades de valorização. (OLIVEIRA, 2007)

A política comercial brasileira e o quadro político-institucional na qual foi formulada sofreram continuamente importantes modificações a partir da década de noventa. Ocorreram mudanças iniciais as quais concretizaram as novas coordenadas da política comercial e do modelo protecionista de substituição das importações¹²; estas mudanças foram caracterizadas por liberalização comercial unilateral e a participação de integração sub-regional.

Segundo Abreu,

a política comercial brasileira pode ser considerada como resultante da interação de fatores internos e externos. Os fatores externos podem ser classificados como de dois tipos: os que resultam de negociações multilaterais, regionais ou sub-regionais em que o Brasil esteja envolvido diretamente; e os que decorrem de negociações entre parceiros brasileiros que tenham implicações importantes sobre interesses econômicos do país, mas das quais o Brasil não participa. (ABREU, 2002, p.29)

Entre os fatores internos que condicionam a política comercial brasileira podem ser mencionados como mais relevantes os relacionados ao que se pode chamar de economia política da proteção, a aspectos macroeconômicos, e a fatores estruturais. Estes últimos podem estar relacionados tanto a deficiências competitivas internas às empresas, como, por exemplo, incapacidade de inovar, ou a ineficiências relativas a fatores externos às empresas, tais como infra-estrutura.

Sob os fatores supracitados verifica-se que o estabelecimento da política comercial brasileira ocorreu num cenário onde os condicionantes domésticos e externos se destacavam da seguinte forma: a *priori*, esses condicionantes se traduziram em restrições para o uso de incentivos e subsídios à exportação – mecanismos abundantemente utilizados até a primeira metade dos anos 1980. Posteriormente, as relações comerciais começam a ganhar mais relevância na política comercial, inserindo-se na agenda de política doméstica e tornando-se um

¹² Entre as décadas de 1950 e 1970 a maior parte das nações optaram fortemente por uma política de substituição das importações para sua industrialização. Elas protegeram suas indústrias insipientes ou estimularam o seu nascimento com base em alíquotas efetivas de tarifas, as quais cresceram vertiginosamente de acordo com o grau de processamento. SALVATORE (2007 P.148).

novo condicionante para a formulação das estratégias e orientações da política comercial negociada.

Também é notório que durante a década de 1990, a dinâmica dos setores que emergiram em 1980 exauriu-se, assim não se apresenta na última década nenhuma transformação relevante, tampouco um melhor desempenho de outros e novos setores.

Vários são os fatores que influenciaram a uma opaca atuação exportadora, mas podem-se citar dois considerados prioritários. Primeiramente Laird e Messerlin (2002) destacam que, no caso do Brasil, o desempenho da política comercial ficou abaixo da média mundial e da dos países em desenvolvimento, para os produtos industriais. Persiste um viés antiexportador¹³ na política comercial – na estrutura de proteção à produção doméstica – e este viés é reforçado por instrumentos de promoção industrial e por incentivos concedidos a determinados setores.

Já o segundo fator, considerado como o mais factível, consistiu no atrelamento da política comercial com demais políticas, especialmente as macroeconômicas. O Brasil esboça claramente a relação deste atrelamento. Depois de passar por anos de instabilidade macroeconômica, provocados por uma inflação inercial, foram adotadas políticas de estabilização que impactaram com significativa apreciação cambial, desestimulando as exportações e maximizando os impactos da liberalização comercial sobre os fluxos de importação.

Sob este arcabouço, Veiga expressa a situação pela qual a política comercial estava sendo implementada

Conduzida em meio ao agravamento da crise macroeconômica, com a demanda doméstica retraída e a taxa de câmbio real bastante elevada, a liberalização comercial teve, até 1994, poucos impactos sobre os fluxos de importação e praticamente não afetou a oferta doméstica. Também contribuiu para isso o “desenho” da liberalização, que manteve razoável grau de escalada tarifária e que atingiu inicialmente matérias-primas e insumos industriais, permitindo que os setores produtores de bens finais se beneficiassem de reduções de custos sem sofrer maiores pressões sobre seus preços e margens de lucro. Foi somente com a entrada em vigor do Plano Real, a conseqüente apreciação da moeda e a expansão da demanda doméstica, que os efeitos da liberalização comercial se fizeram sentir amplamente sobre o mercado interno, atuando como um fator de seletividade inter e intra-setorial, discriminando entre empresas e setores,

¹³

A existência de um viés antiexportador decorrente da política comercial pode ser avaliada pela comparação entre os incentivos à produção para o mercado interno e os que se aplicam à produção para a exportação: o viés antiexportador existe em uma dada economia quando os incentivos às vendas domésticas superam os estímulos à exportação. (VEIGA, 2006)

segundo a competitividade destes e sua capacidade para adaptar-se a um ambiente concorrencial. (VEIGA, 2007, p.86)

Torna-se evidente que foram vários os fatores que compuseram o os esforços para que as exportações brasileiras alavancassem,

entre estes pode-se citar principalmente os de desoneração fiscal como a abolição, em 1995, do pagamento das contribuições sociais do PIS/Pasep e da Cofins – incidentes sobre as aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo – sob o conceito de crédito presumido do IPI, e a eliminação da incidência do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semimanufaturados, assegurando-se aos Estados compensações financeiras caso esta medida provocasse perda de receita nos primeiros anos de vigência da nova legislação. (Ibid)

Também em 1995 é criada a Câmara de Comércio Exterior¹⁴ (CAMEX) com o intuito em ser um órgão colegiado que auxiliasse na definição das diretrizes para a consolidação da política comercial.

Para Areias, dentro da nova configuração de política externa, a política comercial desempenhou papel central e é apresentada como “ferramenta essencial ao desenvolvimento econômico e para a redução das vulnerabilidades externas”. (AREIAS, 2007, p. 03)

Ao mesmo tempo observa-se que as políticas comerciais brasileiras eram de certa forma, rigorosamente dependentes dos objetivos de políticas externas, e ao realizar uma análise basicamente comercial, verifica-se que as políticas comerciais foram utilizadas até então, para suprir lacunas como as dificuldades enfrentadas pelo país para atingir seus objetivos econômicos e para que este definisse e estabelecesse parâmetros para a execução de alianças e coalizões, necessárias ao alcance dos interesses domésticos na esfera internacional.

Soares de Lima (2004) acrescenta que na história do Brasil a definição das ameaças externas e a percepção dos seus riscos estiveram relacionadas essencialmente a vulnerabilidades econômicas mais do que a preocupações de

¹⁴ A CAMEX possui inúmeras atribuições, dentre as quais observa-se as seguintes: I – definir diretrizes e procedimentos relativos a implementação da política de comércio exterior visando à inserção competitiva do Brasil na economia Internacional; II – coordenar e orientar as ações dos órgãos que possuem competências na área de comércio exterior; [...]; IV – estabelecer as diretrizes para as negociações de acordos e convênios relativos ao comércio exterior, de natureza bilateral, regional ou multilateral; [...] VI – formular diretrizes básicas da política tarifária na importação e exportação. (BRASIL, 2005)

segurança. Isso levou à percepção – disseminada entre as elites – de que a principal função da política externa é reduzir esse tipo de vulnerabilidade e “abrir espaço” para as políticas de desenvolvimento.

No próximo item será verificado o desempenho da balança comercial; este sob a influência do ajuste macroeconômico e da abertura comercial implementada pelo governo brasileiro.

3.3 A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (1994 – 2007)

Verifica-se que os últimos anos são marcados pelo relevante crescimento do saldo da Balança Comercial Brasileira; é notório que ostentando uma situação superavitária no início da década de 1990, a balança chegou a registrar déficits em 1997 e 1998 de respectivamente US\$ 6,7 bilhões e US\$ 6,6 bilhões. Estes déficits foram recorrentes até meados de 2002.

A análise da balança comercial brasileira será centrada sob dois resultados possíveis para a mesma - exceto o equilíbrio – o déficit e o superávit¹⁵. Ao separar a balança sob estes desempenhos distintos verifica-se, *a priori*, que estes foram um espelho da política macroeconômica implantada inicialmente em 1994 sob a forma de âncora do controle inflacionário, a qual é traduzida por uma taxa de câmbio valorizada e controlada. Já no período compreendido após 1999 observa-se que mesmo diante da mudança do regime cambial e livre da sobrevalorização a balança comercial do Brasil ainda não havia conseguido alcançar um desempenho superavitário, o que de fato só ocorreu a partir de 2002, contrariando assim a condição de Marshall-Lerner, e denotando o efeito Curva “J”¹⁶.

Conforme supracitado a conjuntura deficitária da balança comercial perdurou até 2002, onde ocorreu uma nova depreciação cambial – vinculada à eleição

¹⁵ Além do equilíbrio, dois resultados são cabíveis à balança comercial, em primeiro um superávit comercial, onde este se constitui em um excesso de exportações sobre importações e um segundo resultado que é de déficit, e onde a relação é inversa. Enfim, o equilíbrio comercial se dá num contexto onde as exportações são iguais às importações.

¹⁶ A condição Marshall-Lerner (a condição foi assim denominada em homenagem a dois economistas: Alfred Marshall e Abba Lerner), parte da idéia de que uma variação da taxa de câmbio real tem dois efeitos opostos na balança comercial: as exportações aumentam e as importações diminuem. O volume das exportações e importações devem ser suficientemente elásticas em relação à taxa de câmbio real. Assim sendo, a condição Marshall-Lerner é aquela em que uma depreciação real da moeda leva a um superávit da balança comercial, caso a soma das elasticidades de preços relativos da demanda de exportações e importações exceda a 1. Segundo Dornbusch e Fischer (1992), o efeito da curva “J” contraria o conceito da teoria econômica que afirma que uma depreciação cambial gera superávit na balança comercial.

presidencial que estava por acontecer e as incertezas que a rondavam - que provocou uma maior dinâmica nas exportações do país com desempenhos recordes elevando assim a situação da Balança¹⁷.

Observando a teoria econômica e respeitando a condição em que uma depreciação melhora a balança comercial, observa-se que até então o câmbio foi um grande determinante para o desempenho da balança, pois habitualmente é determinada à taxa de câmbio uma significativa influência sobre a balança comercial. Contudo, esta posição de grande determinante conferido ao câmbio se torna relativo quando se verifica que ao final de 2002 e sob efeito da apreciação cambial, as exportações dinamizaram ainda mais seu desempenho, enquanto que as importações só reagiram a um câmbio que lhe era favorável, um ano após a apreciação iniciada, a ainda com crescimento inferior às exportações, mantendo um considerável equilíbrio até 2007.

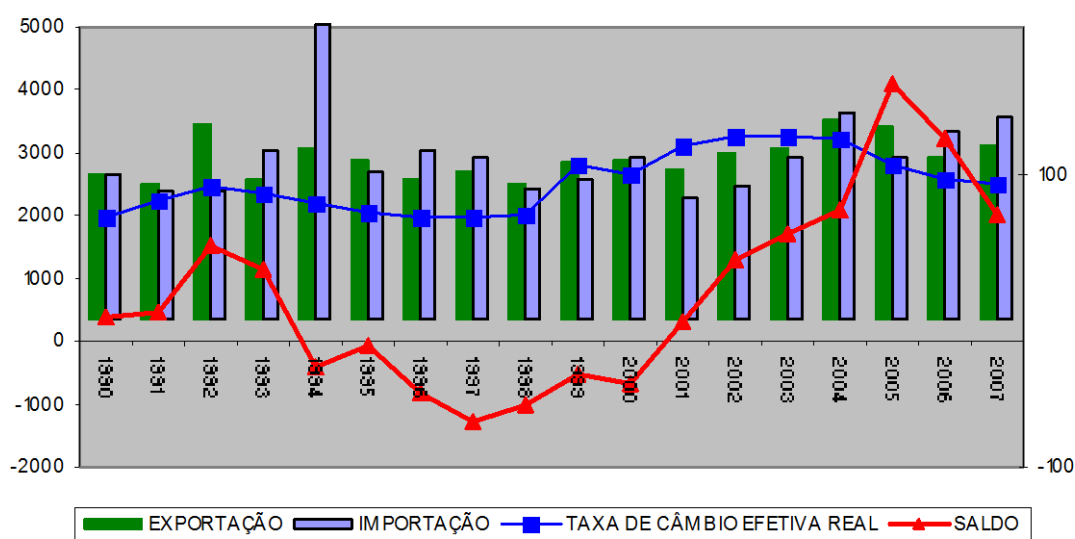


GRÁFICO 9 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA* 1990-2007

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Saldo em US\$ MILHÕES FOB; Exportação, Importação e Taxa de Câmbio Real em índice base 100 (1990)

A partir da observação do gráfico 9 verifica-se o comportamento da balança comercial, bem como a corrente de comércio de 1990 até 2007 e o impacto da taxa de câmbio sobre os mesmos. Entre 1994 até 1998, os resultados da balança

¹⁷ Cabe ressaltar que esse processo ocorreu mesmo frente ao choque adverso significativo sobre as contas externas brasileiras, representado pela crise Argentina.

estiveram agregados a uma taxa de câmbio valorizada e sob um regime fixo, o saldo comercial era deficitário.

Constata-se que este período, quando a taxa de câmbio se encontrava sobrevalorizada – relevante no combate à inflação – tornou o Brasil mais suscetível às crises internacionais tais como a crise do México em 1995, da Ásia em 1997 e da Rússia em 1998. Com efeito, o país se tornou mais dependente de capitais externos como forma de financiar seus déficits correntes. Juntando-se a esta situação interna, tem-se para o mesmo período uma conjuntura estrangeira desfavorável tal como a baixa liquidez internacional e uma aversão a risco mais acentuada. Quanto à balança comercial, observa-se que a taxa de câmbio apreciada provocou um impacto com efeitos negativos, isso pode ser constatado pela duração do período, quando a mesma passou para a reversão desse resultado.

Com a mudança do regime cambial em 1999, tem-se uma significativa transformação na política monetária utilizada no país através da adoção do regime de metas de inflação e da flutuação cambial. Como resultado desta nova política verifica-se que a taxa de câmbio permaneceu em depreciação de 1999 até 2002 de forma pautada até que a transição presidencial fez com que esta sofresse uma depreciação mais relevante. A partir de 2003 a taxa de câmbio inicia uma trajetória num processo de apreciação longo e gradual.

Considerando o período entre 1999 – câmbio depreciado e flutuante – até 2001, verifica-se uma tentativa de melhora na Balança corrente ao uma pequena elevação nas exportações. Entre os anos de 2002 e 2004 destacam-se as exportações como fator de relevância ao alcance do superávit da balança comercial brasileira. O Saldo da Balança permaneceu basicamente equilibrado entre 2004 e 2007.

Não obstante, a idéia de que o desempenho da balança comercial tenha sofrido um impacto apenas e predominantemente pela taxa de câmbio, faz com que o estudo se torne eminentemente simplista, desconsiderando outros aspectos relevantes. É pertinente elencar que o desempenho da balança comercial não depende somente do determinante macroeconômico “câmbio”, verifica-se que, segundo a teoria macroeconômica, a balança comercial também é influenciada pela renda interna e externa.

Levar em conta a balança comercial brasileira e a renda, verificam-se dois pontos cruciais: (i) o aumento da renda sugere o aumento do consumo em geral e (ii)

um aumento da renda está isoladamente relacionado a um também aumento do produto e, sendo este crescente na demanda, será indispensável maximizar a capacidade de oferta para atender ao crescimento da renda. Contudo sob uma conjuntura de baixa atividade econômica, os produtores domésticos, ao se depararem com a queda da demanda interna, serão forçados a buscar outros consumidores (mercado externo). Já numa conjuntura inversa, cria-se maior ênfase dos produtores domésticos para o comércio interno, bloqueando assim o ímpeto exportador. Ainda sob outro foco, um aumento da renda externa será apropriado à balança comercial da economia doméstica, pois os residentes externos demandarão uma maior quantidade de produtos da economia doméstica. Desta forma pode-se afirmar que a balança comercial é influenciada de forma negativa pela renda interna a qual afeta os gastos com importação, de forma positiva pela renda externa exercida através da demanda externa pelos bens domésticos e ainda pela taxa de câmbio real como uma medida de competitividade. (DORNBUSCH E FISCHER, 1991, p. 215)

De acordo com o gráfico extraído do Relatório do Banco Mundial, é notório observar as oscilações da renda mundial nas três últimas décadas; estas oscilações no PIB marcam algumas características relevantes quando se correlaciona a balança comercial e a renda, uma desaceleração na economia mundial tende a causar um impacto no comércio internacional através de mecanismos indiretos; dentre estes: (i) a redução na demanda pelas exportações; (ii) a queda dos preços dos produtos básicos, e (iii) a redução de remessas.

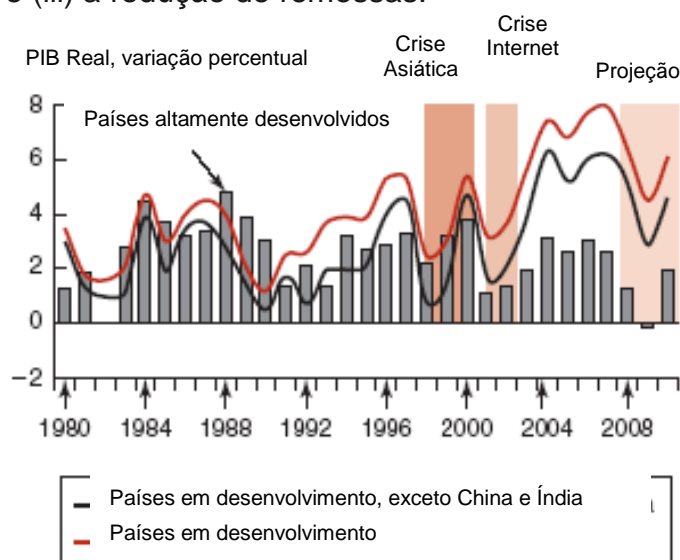


GRÁFICO 10 – PIB REAL – VARIAÇÃO PERCENTUAL
FONTE: RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL (2009)

Ao agregar a renda externa como determinante da balança comercial e concomitantemente visualizar o gráfico, é factível afirmar que a balança comercial brasileira sofreu o impacto da renda externa – crescimento econômico mundial – onde na década de 1990 existem déficits correntes em sua balança atrelada a uma conjuntura externa desfavorável; já a partir de 2002 o cenário mundial retoma o crescimento alavancando assim o desempenho superavitário da balança comercial brasileira. Ainda, agregando os gráficos 10 e 11, pode-se avaliar o impacto que a diminuição da renda externa provoca no saldo da balança comercial através da queda das exportações para o resto do mundo.

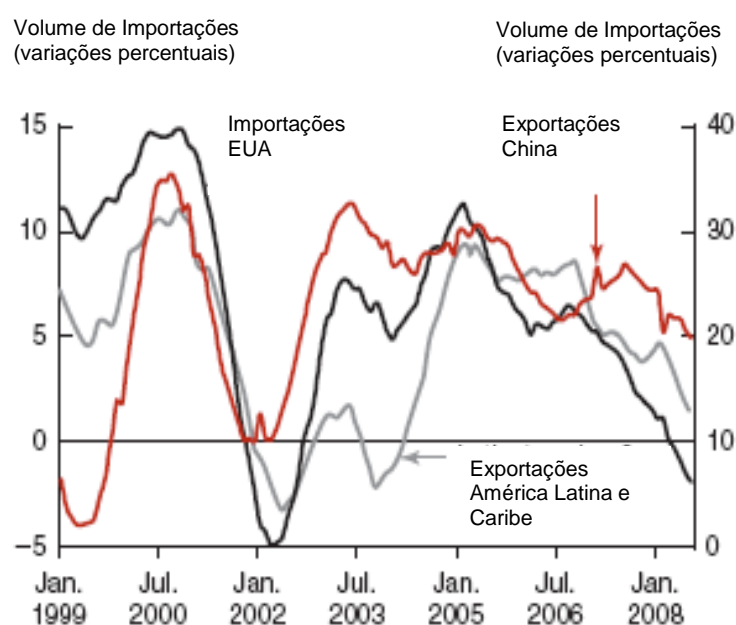


GRÁFICO 11 – A QUEDA DO CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS AFETA AS EXPORTAÇÕES DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

FONTE: RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL (2009)

Sendo assim, verifica-se que uma das principais causas da ampliação do comércio internacional observado entre 1994 e 2007 para o Brasil foi sua abertura e busca por maiores e novos parceiros comerciais, aumentando assim o que se entende por dispersão geográfica comercial (Gráfico 12 e 13). Contudo, torna-se relevante lembrar que esta abertura comercial também acarretou para o país alguns

problemas associados às crises internacionais¹⁸, as quais de certa forma abalaram a política econômica interna.

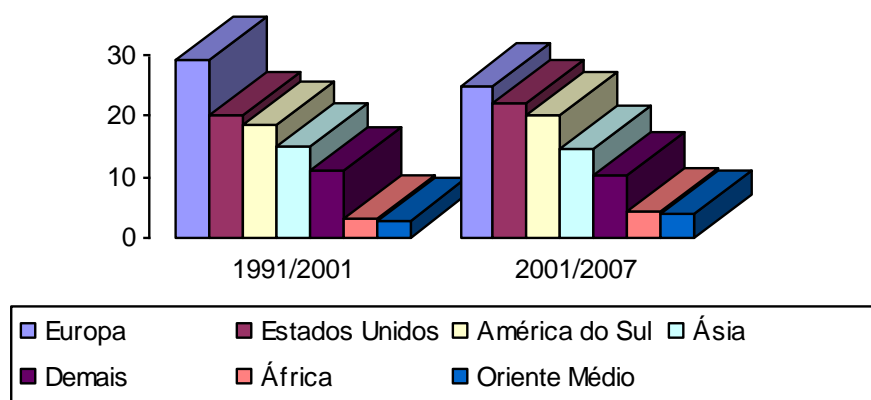


GRÁFICO 12 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR PAÍS E CONTINENTE (% TOTAL) 1991-2007

FONTE: MDIC

NOTA: DADOS BRUTOS

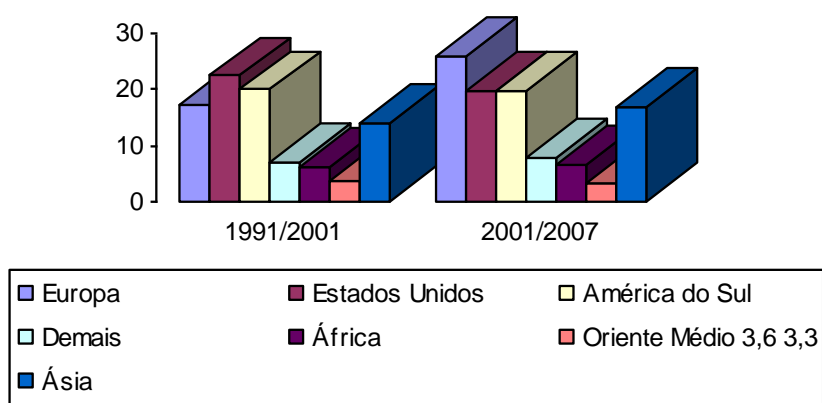


GRÁFICO 13 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR PAÍS E CONTINENTE (%TOTAL) 1991-2007

FONTE: MDIC / NOTA: DADOS BRUTOS

¹⁸ As lições que as crises deixam são as seguintes: O contágio parece ocorrer pela semelhança dos problemas, pois: a origem da crise Mexicana foi a bolha de consumo gerada pelo câmbio sobrevalorizado. Como nenhum outro país encontrava-se nessa situação – exceto Argentina – o contágio foi pouco sentido. Quando a crise estourou na Ásia, logo que verificou-se que o problema estava no sistema bancário (Tailândia) e na excessiva relação entre governo e alguns grupos econômicos poderosos, as economias que tinham sistemas bancários frágeis e relacionamento pernicioso entre o setor público e privado foram atingidas. Por fim, quando a crise atingiu a Rússia e constatou-se o problema do déficit público, nações com déficit público elevado (caso do Brasil) ou nem tanto (caso da Argentina) foram engolfadas pela crise. Outra constatação é de que em todos os casos a desvalorização ocorreu após a ajuda financeira do FMI (exceção da Rússia e da Argentina, que já vinham recebendo recursos, mas não cumpriam as metas do acordo) e que, portanto, os pacotes de socorro mostraram-se ineficazes. BRANCHIERI (2002)

Ao relacionar as principais parcerias comerciais do Brasil, uma atenção maior deve ser efetuada para com o continente asiático, em especial, a China. A China é um exemplo onde a renda externa foi extremamente influente para os bons resultados da balança comercial do Brasil, pois a mesma obteve um crescimento significativo de sua economia, corroborando com a literatura a qual expõem que um aumento na renda externa, permanecendo inalterados outros fatores, melhora a balança comercial do país analisado e aumenta a demanda agregada. (DORNBUSH E FISCHER, 1991, p. 216)

TABELA 5 – TAXA DE CRESCIMENTO REAL ANUAL DA CHINA (%)

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
12.6	10.5	9.6	8.8	7.8	7.1	8.0	8.3	9.1	10.0	10.1	9.9	11.1	11.4

FONTE: NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2004;
NATIONAL BUREAU OF STATISTICS PLAN REPORT

Além da China, outros países também contribuíram – através de crescimento econômico – para alavancar a balança comercial brasileira através das suas importações dos produtos nacionais; a Tabela 6 mostra outros 19 países importadores de relevância no comércio internacional.

TABELA 6 - OS 20 MAIORES PAÍSES IMPORTADORES (EM BILHÕES US\$ e %)

	2002	2003	2004	2005	Participação em 2005 (%)	Variação 2005/2002
1 EUA	1.200.2	1.303.1	1.525.5	1.732.7	16,1	44,40%
2 Alemanha	490.3	604,6	715.7	774.1	7,2	57,90%
3 China	295.2	412.8	561.2	660.1	6,1	123,60%
4 Japão	337.2	382,9	454.5	516.1	4,8	53,00%
5 Reino Unido	346.3	391.0	470.6	501.2	4,7	44,70%
6 França	329.3	398.8	470.9	495.8	4,6	50,60%
7 Itália	247.0	297.5	355.3	379.7	3,5	53,70%
8 Holanda	219.3	264.7	319.7	357.9	3,3	63,20%
9 Bélgica	198.3	234.9	285.6	320.4	3,0	61,50%
10 Canadá	227.5	245.0	279.8	320.1	3,0	40,70%
11 Hong Kong	208.0	233.2	272.9	300.6	2,8	44,60%
12 Espanha	165.1	165.1	258.3	277.6	2,6	68,10%
Coréia do						
13 Sul	152.1	178.8	224.5	261.0	2,4	71,60%
14 México	176.6	178.5	206.1	231.7	2,2	31,20%
15 Cingapura	116.4	136.2	173.6	200.0	1,9	71,80%

16	Taiwan	113.3	128.1	169.3	185.9	1,7	64,00%
17	Índia	56.5	71.2	97.3	131.6	1,2	132,90%
18	Austrália	72.7	89.1	109.4	125.3	1,2	72,30%
19	Rússia	61.0	76.1	97.4	125.1	1,2	105,20%
20	Áustria	78.3	99.5	119.9	124.7	1,2	59,30%
	Demais	1.643.4	1.919.2	2.377.4	2.731.3	25,4	66,20%
	Mundo	6.734.0	7.855.0	9.545.0	10.753.0	100	59,70%

FONTE: BNDES (2006)

Ao Relacionar a Renda Externa através do crescimento do PIB Mundial e a Balança Comercial Brasileira, verifica-se no gráfico 14 que a relação entre estes foi positiva, pois quando ocorre uma queda ou ainda taxas de crescimento irrelevantes, verifica-se que o desempenho da balança também fica abaixo do esperado, contudo quando do crescimento do PIB externo, o resultado da balança é de melhora, relação esta que fica nítida entre 2000 e 2002.

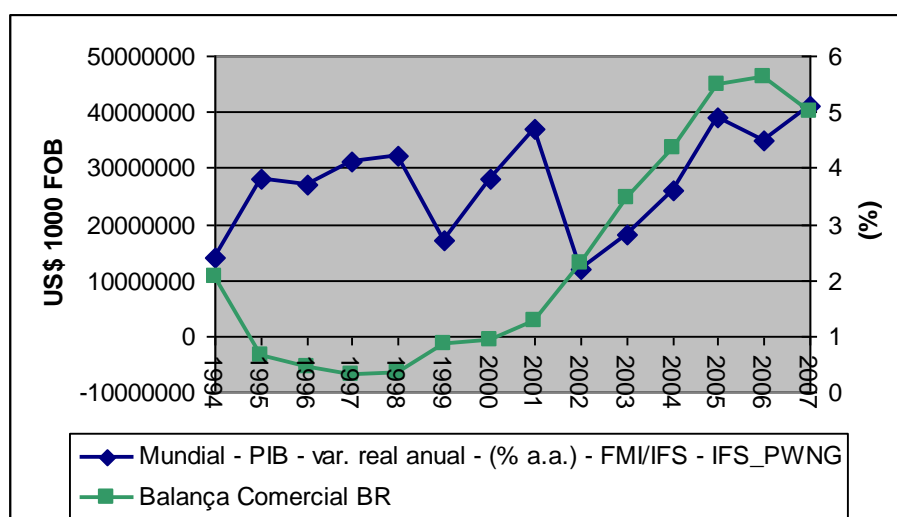


GRÁFICO 14 – PIB MUNDIAL E BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA
1994-2007

FONTE: PIB MUNDIAL: IPEADATA / BALANÇA COMERCIAL BR: MDIC

Visto a relevância que as exportações possuem no resultado superavitário da balança comercial, faz-se necessário verificar os principais produtos exportados pelo Brasil para o período em estudo (ver Tabela 7).

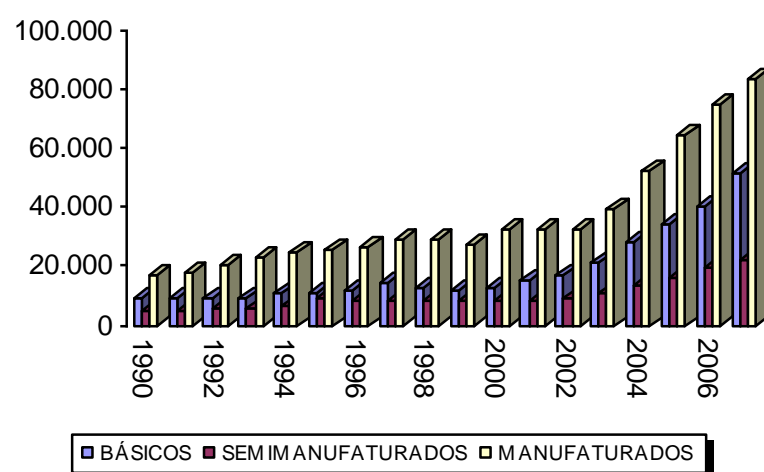
TABELA 7 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR PRODUTO (%)

Produtos	1990/2001	2001/007
Metalúrgicos	14,1%	10,5%
Máqs. e equip.	11,9%	12,3%
Mat. Transporte	9,9%	12,6%
Soja	8,4%	9,0%
Químicos	7,0%	6,4%
Minérios	6,5%	5,8%
Calçados e couro	4,8%	3,7%
Papel e celulose	4,3%	5,2%
Café	4,2%	2,2%
Açúcar e álcool	3,1%	4,1%
Carnes	2,5%	3,4%
Petróleo e comb.	1,2%	5,3%

FONTE: MDIC

NOTA: DADOS BRUTOS

Uma característica que chama a atenção é a constante distribuição das exportações por fator agregado. Através do Gráfico 15, verifica-se que a partir do ano de 1995 há uma excelente participação das manufaturas; pode-se observar ainda, que dois produtos agregados despontam neste período: as semimanufaturas e a partir de 2004 os básicos.

GRÁFICO 15 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO
1990 / 2007 VALORES EM US\$ MILHÕES FOB

FONTE: MDIC

NOTA: DADOS BRUTOS

Quanto às importações, merecem destaque os bens intermediários e de capital e isto se deve pelo fato de que a partir de 1994, mais intensamente em 1995, estes representaram um importante fator para a indústria brasileira e sua competitividade no mercado externo; nota-se que, com exceção ao petróleo e derivados, os demais bens importados sofreram uma queda entre 1999, 2001 e 2002. Voltaram a se dinamizar em 2004, no entanto.

Apesar da sustentação deste padrão até o fim de 2007, é interessante perceber que todas as categorias, à exceção de combustíveis, parecem ter sofrido quedas em dois momentos, 1999 e 2001/2002, acelerando a partir de 2004.

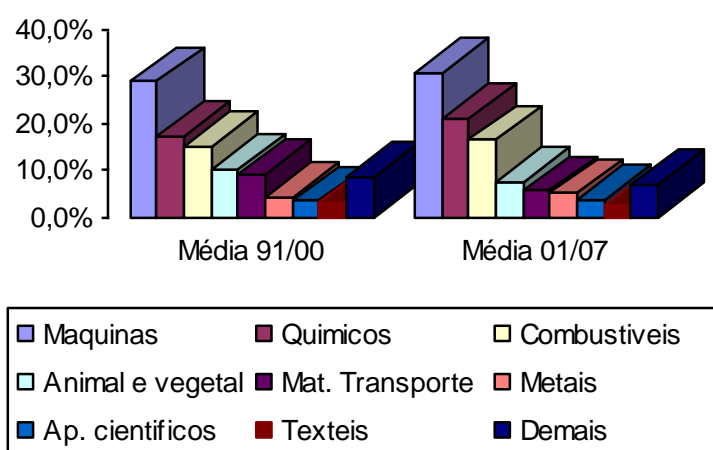


GRÁFICO 16 – IMPORTAÇÃO BRASILEIRA POR PRODUTO (%) – 1990 / 2007
 FONTE: MDIC
 NOTA: DADOS BRUTOS

O bom desempenho da balança comercial do Brasil pode ser explicado num primeiro momento como um reflexo da depreciação cambial adotada, pois esta lhe proporcionou um impulso e reduziu as importações. Desta forma, o desempenho da Balança também poderá ser observado pela relação do montante exportado, ou *quantum*, com diferentes variáveis independentes. Um exemplo desta análise está no Gráfico 17, onde a taxa de câmbio é o determinante significativo na influência sobre o quantum importado e exportado.

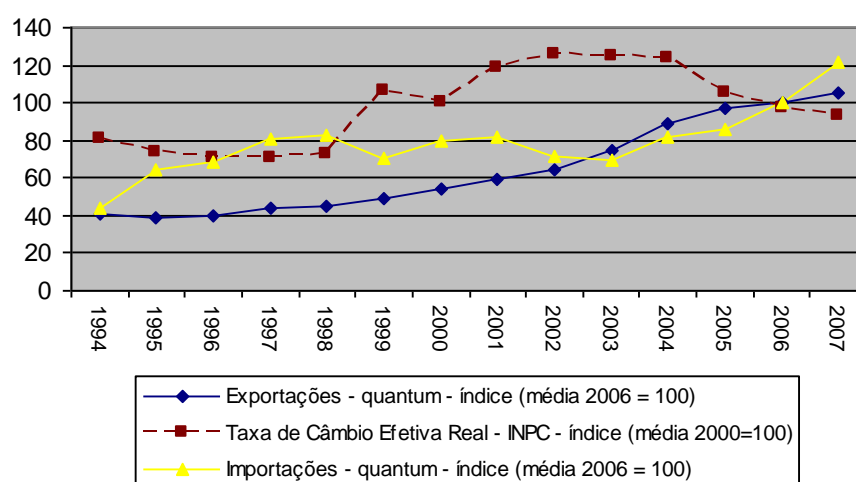


GRÁFICO 17 – CÂMBIO REAL EFETIVO E QUANTUM COMERCIALIZADO
1994 / 2007
FONTE: IPEADATA
NOTA: DADOS BRUTOS

Nota-se uma relação inversa entre a quantia de importação e a taxa de câmbio efetiva real, sofrendo nos anos de 1999, 2002 e 2004 quedas referentes às depreciações da taxa de câmbio. Em oposição, o quantum das exportações começa a reagir de forma tímida em meados de 1999; no ano de 2002, no entanto, teve um significativo crescimento, contrariando a teoria econômica que postula que, sob taxas de câmbio apreciadas a tendência é de piora da balança comercial.

Verifica-se desta forma e com maior veemência que a relação entre taxa de câmbio e quantidades não são suficientes para explicar o desempenho da balança comercial para o período, pois mesmo com apreciação cambial (iniciado ao final de 2002) há uma aceleração das exportações. Desta forma pode-se atribuir de forma mais expressiva que os bons resultados do saldo comercial são decorrentes do excelente cenário de crescimento econômico internacional.

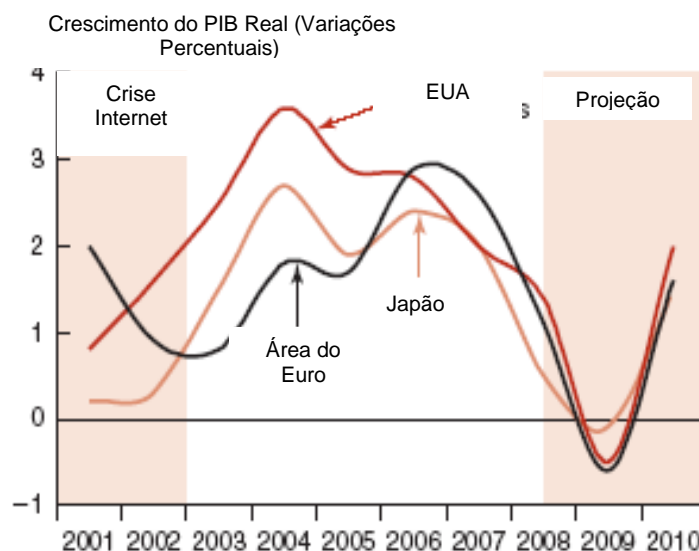


GRÁFICO 18 – CRESCIMENTO DO PIB NOS PAÍSES DA OECD
 FONTE: RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL (2009)

Desta forma, verifica-se que para analisar de forma mais ampla a relação do desempenho da balança comercial brasileira, deve-se observar atentamente o cenário internacional no qual o país estava inserido. As transformações ocorridas e entendidas agora no que tange o processo de abertura comercial foram estritamente relevantes para os resultados obtidos. É notório que a abertura comercial deflagrou uma dinâmica mais intensa a partir de 1990; um exemplo é a maior participação no MERCOSUL, o qual trouxe maior envolvimento com os parceiros comerciais da América Latina, bem como iniciou uma queda vertiginosa das tarifas¹⁹.

Verifica-se que, concomitantemente à abertura comercial, o crescimento da economia mundial - renda externa – foi um determinante de força, pois esta afetou as exportações brasileiras.

Ao se analisar a renda e os preços, podem-se obter dados importantes quanto ao desempenho da balança comercial, questionando-se: a renda doméstica teve uma maior ou menor absorção a produtos externos, e ainda, a renda externa

¹⁹ Em 1990, foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação. As reduções se dariam gradualmente entre 1990 e 1994, de modo que, no final do período, a tarifa máxima seria de 40%, a média de 14%, a modal de 20% e o desvio-padrão inferior a 8%. Em 1995, com o Plano Real já em vigor e as políticas de integração comercial do Mercosul em andamento, a condução da política de importações passou a se subordinar aos objetivos da estabilização de preços e proteção (mesmo que moderada) dos setores mais afetados pela recente abertura. Esses dois interesses passam a exercer pressões antagônicas, já que o primeiro demanda maior abertura da economia para as importações, enquanto o segundo baseia-se no oposto. A condução dessas duas políticas paradoxais, mas complementares (no sentido de procurarem manter o equilíbrio da economia), vem sendo um aspecto de extrema relevância na orientação das políticas comerciais na década de 90. AVERBUG (2000)

desencadeou uma maior demanda aos produtos nacionais? Pode ser visualizada no gráfico 19 uma relação positiva entre a corrente de comércio mundial e a balança comercial brasileira; é factível evidenciar que a partir de 2002 tanto a corrente de comércio quanto a balança comercial sofrem um significativo crescimento. Ao contrário do que se verifica entre 1995 e 2001, onde a corrente mundial fica praticamente estagnada e a balança comercial é deficitária.

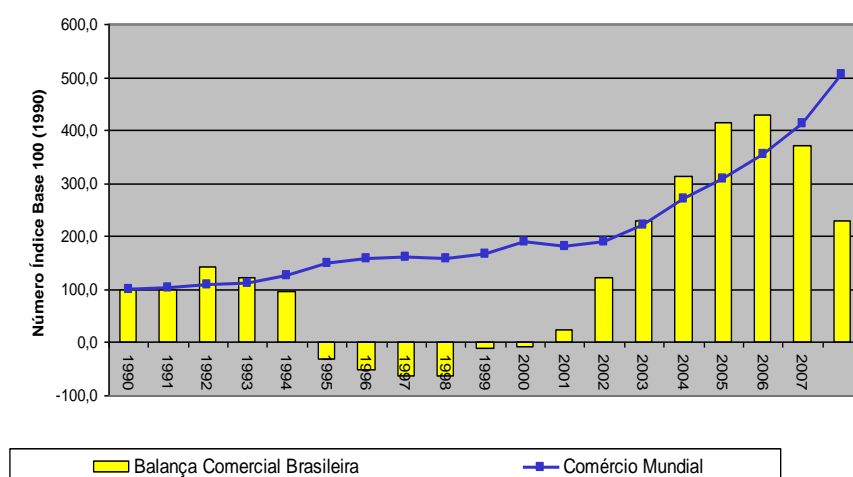


GRÁFICO 19 - COMÉRCIO MUNDIAL E BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA
 FONTE: IPEADATA
 NOTA: DADOS BRUTOS

Quanto aos preços, pode-se afirmar que no ano de 2002 desencadeou-se uma dinâmica distinta da observada nos períodos anteriores, a Tabela 8 mostra que em 2002 há uma relação positiva entre preços e quantidades e esta nova conjuntura pode ser explicada pelo crescimento da demanda dos produtos nacionais no mercado externo, que também provocaria um impacto nos preços de acordo com uma determinada oferta.

Acredita-se que as transformações decorridas com a abertura comercial brasileira através da relação de renda externa e preços provocaram um impacto maior que a taxa de câmbio, pois independentemente da mesma, quanto maior o crescimento do comércio mundial e sua renda, maior será a quantidade exportada e os preços praticados.

TABELA 8 – VARIAÇÃO DOS PREÇOS E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Brasil			
Ano	Preço	Quantum	Exportações
2000	3,3	11,1	14,7
2001	-3,5	9,5	5,7
2002	-4,5	8,6	3,7
2003	4,6	15,7	21,1
2004	10,8	19,2	32,0
2005	12,2	9,3	22,6

FONTE: IPARDES (2006)

NOTA: VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

Pode-se constatar, ainda, que após um período de estagnação da economia mundial esta muda seu cenário e inicia um crescimento vertiginoso no início deste século, este fato está intimamente relacionado com aumento do quantum exportado. Portanto para este período de início de século verifica-se que o quantum teve uma maior influência no desempenho da balança comercial que qualquer outro fator, como o preço, por exemplo. E esta dinâmica perdurou até meados de 2006/2007.

Do aumento de US\$ 63 bilhões nas exportações brasileiras em 2005, com relação a 2000 (US\$ 55 bilhões para US\$ 118 bilhões), apenas US\$ 11 bilhões devem-se exclusivamente a alta dos preços. Os US\$ 52 bilhões restantes, ainda que possam ter sido estimulados indiretamente por subidas de preços são explicados por aumentos de quantum. PULGA (2006, p.04).

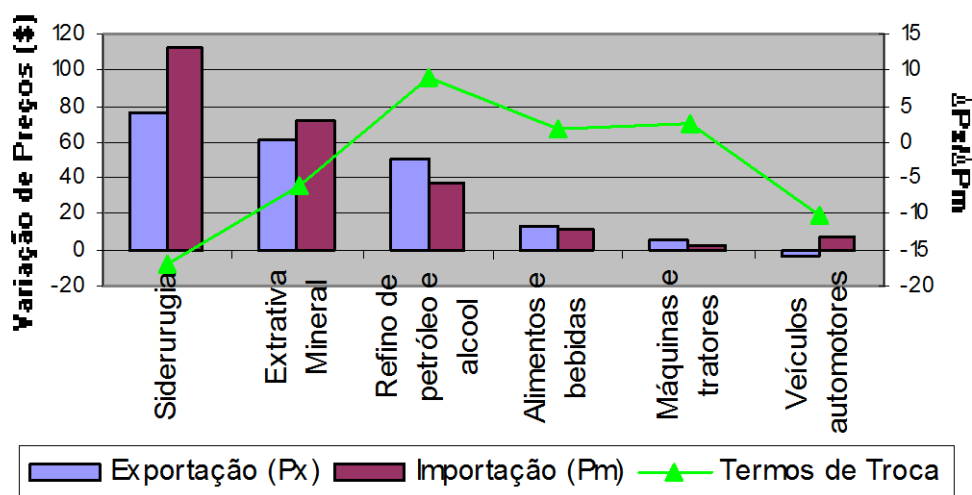


GRÁFICO 20 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, QUANTUM E PREÇOS 2000/2005

FONTE: PULGA (2006)

Enfim, termina-se este capítulo destacando a importância dos determinantes macroeconômicos no desempenho da balança comercial, contudo uma ressalva deve ser considerada: o quantum comercializado foi uma característica excepcional para o período em estudo. Através do gráfico 20, pode-se verificar que o aumento dos preços das exportações entre 2000 e 2005 foi inferior ao das importações, mostrando assim que os termos de troca não foram essenciais para os bons resultados comerciais. Este contexto ainda denota algo de extrema importância que se constitui na menor sensibilidade que a balança comercial possui frente aos preços do mercado internacional, pois um aumento das quantidades exportadas é menos volátil. Por outro lado, quando a pauta de exportações se concentra em produtos naturais, por estes não sofrerem variações pelo câmbio e sua demanda externa ser maior, pode existir certa preocupação.

[...] O país está ficando mais dependente das exportações de bens baseados em recursos naturais devido ao crescimento da demanda mundial por estes. Como tais produtos não são dinâmicos do ponto de vista tecnológico e da elasticidade renda da demanda, considerando países de renda mais elevada, tal mudança estrutural trará mudanças no dinamismo das exportações brasileiras com consequências negativas sobre seu crescimento econômico futuro. (SCATOLIN ET AL, 2008, p. 455).

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, examinou-se o desempenho da balança comercial brasileira no período compreendido entre 1994 – implantação do Plano Real – e 2007. Buscou-se identificar através do item referente ao ajuste macroeconômico, bem como o item compreendido pela abertura comercial, qual foi a influência dos determinantes macroeconômicos (câmbio, renda interna e renda externa) sobre as oscilações e as mudanças ocorridas na balança; estas restringiram-se em dois resultados, o de superávit comercial e o de déficit comercial; o equilíbrio não foi trabalhado.

Verifica-se que inicialmente com a implantação do plano de estabilização em 1994 e a dinamização da abertura comercial, o desempenho da balança comercial sofre uma inversão apresentando significativos déficits o que pôde ser explicado pelo aumento das importações em 50,1% contra apenas 6,8% de crescimento nas exportações. Este nível elevado de importações teve o intuito de realizar uma mudança complexa na competitividade produtiva brasileira para que os produtos domésticos pudessem penetrar no mercado externo, também a retração nas vendas para parceiros comerciais como os Estados Unidos, a Argentina e o México ajudaram no desempenho negativo da balança comercial. O Plano Real obteve êxito no combate à inflação, contudo trouxe um agravamento na balança comercial brasileira, pois conforme a valorização da moeda evoluía, as exportações respondiam negativamente; a sobrevalorização cambial utilizada objetivava atrair capitais estrangeiros e manter o Real valorizado frente ao dólar, mas culminou no desaquecimento da economia e no desequilíbrio macroeconômico.

A partir de 1997 e 1998 percebe-se uma velada acomodação para as importações, que ainda são maiores que as exportações. Para este ano o desempenho atingido pelo país teve como respaldo o crescimento do quantum exportado e o aumento dos preços internacionais, com maior significância para as quantidades. Esta tendência perdurou até 1999 e 2000 onde ao regime cambial passa a ser flutuante, e o cenário externo vigente se anunciava em crise.

É notório perceber que a balança comercial brasileira teve reações distintas, inicialmente uma performance deficitária no período pré-1999, e a performances superavitárias a partir de 2001. Ao analisar intrinsecamente a taxa de câmbio, pode-se responsabilizá-la pela dinâmica da Balança Comercial Brasileira, evidenciando a

desvalorização de 1999 e a forte depreciação em 2002, as quais provocaram um cenário mais propício para as exportações.

Contudo os resultados comerciais e seus “gap” temporais não corroboram em toda sua extensão o que se postula teoricamente, bem como com o que é percebido. Observou-se neste estudo uma reação diminuta das importações em consonância a um crescimento das exportações mesmo com a apreciação cambial.

Assim sendo, faz-se mister dentar a participação de outros determinantes para o desempenho da balança: foi constatado que sob maior força que o câmbio o quantum exportado foi de extrema significância nos resultados comerciais, tal como os preços, que tiveram um relevante destaque na determinação dos resultados comerciais devido à renda externa, fator preponderante a partir do início deste século. A expansão da dispersão geográfica do comércio brasileiro denota o crescimento das exportações, e o crescimento da renda dos principais parceiros comerciais do Brasil aceleraram as exportações. Firmam-se como parceiros comerciais a Ásia, com relevância para a China, a União Européia e América do Norte. Quanto às importações, verifica-se que os bens importados foram significantes para a competitividade do país frente ao comércio internacional, e que após um período as exportações alavancaram devido a maior competitividade dos produtos nacionais.

Enfim, verifica-se que o melhor resultado da balança comercial brasileira não pode ser explicado exclusivamente pela taxa de câmbio. Cabe aqui destacar que o período em estudo se constituiu em uma época de forte oscilação da economia e do comércio mundial bem como, a melhora dos preços das exportações.

A abertura comercial e a expansão da renda mundial foram características ímpares para que o processo de ajuste da balança comercial se realizasse através do quantum exportado, principalmente após o início do século. Sendo assim, acredita-se que determinar ao câmbio a influência maior no desempenho da balança comercial seria arriscar uma conclusão ambígua e incompleta. Observa-se, entretanto que as transformações decorridas com a abertura comercial brasileira através da maior capacidade do país em absorver a demanda externa foram cruciais para que o país absorvesse o impacto maior e de mais força a partir deste século, através do crescimento da economia mundial. Verifica-se então, que o determinante “renda externa” se torna significativo, pois através do crescimento da economia mundial e da dinamização das exportações; ainda diante de uma apreciação cambial

iniciada em 2003, a balança continua superavitária com tendência à queda somente a partir de 2006, devido ao crescimento das importações; contudo, esta é fechada em 2007 sem registrar déficits comerciais.

4 A INFLUÊNCIA DO AJUSTE MACROECONÔMICO E DA ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA NO DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE

Este capítulo tem por finalidade relacionar o ajuste macroeconômico e a abertura comercial brasileira pós-Real à sua influência no desempenho da balança comercial do Estado do Paraná, através do impacto dos determinantes: taxa de câmbio, renda externa e renda interna, bem como das particularidades inerentes ao estado tais como o preço e o quantum exportado.

Os determinantes e seus efeitos nos desempenhos da balança comercial no período percebido entre 1994 a 2007, que formatam o universo deste estudo, terão o Paraná como estado pesquisado.

O período escolhido para analisar a balança comercial paranaense compreende os anos de 1994 a 2007. Os dados utilizados são em sua maioria anuais e quando houver necessidade em refinar a pesquisa, serão utilizados dados mensais os quais serão adquiridos através das publicações Paraná – Comércio Exterior do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) nos anos de 2000 a 2006, dos anuários do Ministério de Desenvolvimento Industrial e Comercial (MDIC/SECEX), dos relatórios estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e da Análise de Comércio Exterior da Federação da Indústria do Estado do Paraná (FIEP) para os anos de 2006 e 2007. Através do IBGE serão obtidos os dados referentes ao Produto Interno Bruto do Paraná. Por meio do Relatório do World Bank (2009) sobre as Perspectivas para Economia Mundial (2009), serão extraídos todos os dados referentes à renda externa, bem como sobre a conjuntura do crescimento econômico mundial. Dos estudos já publicados serão utilizados dados relevantes para uma maior compreensão do tema.

Através das publicações do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Paraná –Comércio Exterior serão levantados dados referente à balança comercial paranaense, exportações, importações, principais produtos importados e exportados, países de origem e destino. Da mesma forma, pelos Anuários do Ministério de Desenvolvimento Industrial e Comercial (MDIC/SECEX), serão obtidos todos os dados referentes ao fluxo comercial paranaense.

Através dos relatórios estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), serão extraídos os dados sobre taxa de câmbio para o período estudado. Pela Análise de Comércio Exterior da Federação da Indústria do Estado do Paraná (FIEP) para os anos de 2006 e 2007 serão extraídos dados recentes do comércio exterior paranaense, bem como as informações referentes a câmbio, preço de commodities e quantum exportado. Dos estudos já publicados sobre o fluxo de comércio do Estado, serão obtidos dados como crescimento do comércio paranaense, abertura comercial do estado e dados estatísticos já efetuados e que venham a auxiliar na busca pela resposta à questão principal deste capítulo.

Será analisado, de forma breve, o ajuste macroeconômico a abertura comercial brasileira e sua influência no estado do Paraná. De forma distinta será amplamente examinada a balança comercial do Estado, suas exportações, importações e corrente de comércio, seus parceiros comerciais e principais produtos, bem como a relevância das variáveis macroeconômicas - Câmbio, Renda interna e Externa - sobre o seu desempenho e, ainda, serão verificadas as particularidades do Estado quanto a preços de seus produtos e quantum exportado.

Serão observados dados anuais e mensais, variações entre períodos a respeito das exportações, importações, o saldo da balança comercial e a taxa de câmbio. Também será analisada a dispersão geográfica do comércio paranaense e seus principais parceiros comerciais para o período compreendido entre 1994 a 2007.

Novamente neste capítulo todos os determinantes e as variáveis supracitados buscarão alinhar o impacto da relação entre a teoria econômica macroeconômica e seu empenho para o fato apontado pela influência do ajuste macroeconômico e a abertura comercial brasileira na balança comercial do Estado do Paraná.

Notoriamente a abordagem utilizada é a da macroeconomia e é descrita como analítico-discursiva, onde será estudada a influência do ajuste macroeconômico e da abertura comercial brasileira— através das oscilações do câmbio, renda interna e externa - sobre a balança comercial paranaense entre 1994 e 2007. Igualmente para o estudo deste capítulo será implantado o método indutivo. Também no que concerne à metodologia utilizada, serão empregados gráficos e tabelas como forma estatística para analisar comparativamente a balança comercial e seus determinantes.

A relevância deste capítulo se faz na compreensão das transformações ocorridas em âmbito da federação, mas com impactos regionais e seus efeitos sobre a Balança Comercial do Paraná através dos determinantes: (i) câmbio; (ii) renda interna e (iv) renda externa.

Sendo assim, este capítulo está dividido em cinco itens, os quais respectivamente tratam da influência do ajuste macroeconômico e da abertura comercial brasileira no Estado do Paraná, da Balança Comercial Paranaense, das Exportações e Importações, e enfim, uma consideração final sobre este capítulo.

4.1 - A INFLUÊNCIA DO AJUSTE MACROECONÔMICO E DA ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA NO ESTADO DO PARANÁ

Segundo Castro (2005), em 1994 no lançamento do Plano Real, o estado do Paraná não parecia tão contaminado pela crise fiscal e financeira que assolava o país. As suas partes constitutivas encontravam-se em boas condições financeiras, sem problemas a justificar “reformas profundas”. Havia um baixo grau de endividamento e baixos níveis de dependência de transferências federais em relação ao financiamento total que, de modo complementar, ajudava a propiciar um arsenal de qualidades interessantes para enfrentar a era da estabilidade, abertura da economia e reestruturação que se descortinava nesse momento.

A situação econômica paranaense mais tranquila que a do país pode ser explicada em parte pela recuperação do commodities agrícola, evidenciando desta forma a relevância que essas atividades perfazem para a dinâmica estadual.

Até 2003 os dados da Tabela 9 mostram também que frequentemente, os resultados positivos são mais fortes que os apresentados pelo conjunto da economia brasileira (1994 a 2007).

TABELA 9 – PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO

BRASIL E PARANÁ – 1985 / 2003

ANOS	PIB (preços correntes - Milhões R\$)		Participação PR/BR (%)	Variação Real Anual (%)	
	Brasil	Paraná		Brasil	Paraná
1994	349.205	21.304	6,1	5,1	5,5
1995	646.191	38.369	5,94	4,2	1,78
1996	778.886	47.720	6,13	2,7	7,24
1997	870.743	52.849	6,07	3,3	0,89
1998	914.187	56.798	6,21	0,1	5,3
1999	973.845	61.724	6,34	0,8	2,32
2000	1.101.255	65.969	5,99	4,4	5,06
2001	1.196.736	72.770	6,07	1,31	4,59
2002	1.477.822	88.407	5,98	1,93	1,7
2003	1.699.948	109.459	6,44	1,15	4,48
2004	1.941.498	122.434	6,31	5,66	4,94
2005	2.147.239	126.677	5,9	3,16	-0,1
2006	2.369.797	136.681	5,77	3,97	2,04
2007 ¹	2.558.821	145.637	5,69	5,4	6,0

FONTE: IBGE/IPARDES – CONTAS REGIONAIS DO BRASIL

NOTA : (1) DADOS ESTIMADOS, SUJEITOS À ALTERAÇÃO

Até 1994/1995, prosseguem tendências já postas na década anterior, com destaque para:

- a) avanços tecnológicos e organizacionais na estrutura agroindustrial;
- b) investimentos na produção de bens intermediários como papel e papelão;
- c) avanços tecnológicos em ramos da metal-mecânica, material elétrico e de comunicações, química, alimentos bebidas;
- d) aumento substancial das exportações paranaenses, atingindo US\$ 3,5 bilhões em 1994, muito mais rápido que o das exportações totais do país, com participação crescente (14,9% em 1993) do MERCOSUL, favorecido pela valorização;
- e) ações do governo estadual na restauração e/ou aprimoramento da infraestrutura econômica. (CASTRO e VASCONCELOS, 1999, p.12).

A partir de 1995 observa-se que a abertura da economia, os investimentos externos, bem como a estabilização, suscitarão impactos relevantes na economia Paranaense, destacando assim a Região Metropolitana de Curitiba – que aumenta de forma expressiva sua participação no valor adicionado estadual – e o interior, atingindo aqui, de modo muito seletivo, regiões a sediar atividades vinculadas ao agronegócio.

Segundo o Iparde (2003, p.13), (...) a estrutura do agronegócio paranaense permanece concentrada em cinco grupos de indústrias com 45% do VA – Óleos e Gorduras Vegetais; Cerveja, Chope e Malte; Destilação de Alcool e Produção de Açúcar; Abate de Aves e de Bovinos e Suínos e Preparação de Carnes e

Subprodutos – sem, entretanto, deixar de se diversificar sob uma gama alternativa de segmentos. Paralelamente, áreas como de beneficiamento de café, mate, grãos e fibras sofrem forte redução de valor adicionado, emprego e de estabelecimentos.

Mesmo com todas as transformações associadas aos investimentos externos e da reforma paranaense no âmbito da esfera estadual, a economia do estado ainda se mostra com um perfil eminentemente focado na produção de commodities agrícolas e industriais, bens intermediários e alimentos, os quais dominam sua pauta de exportações.

Contudo, ocorreram modificações relevantes no comércio exterior do Paraná, repercutindo, numa época distinta, o que ocorreu no país como um todo. Trata-se do declínio acentuado do saldo comercial, que passou de patamares de US\$ 1 bilhão entre 1990 e 1997, para algo em torno a US\$ 160 milhões desde 1998, em virtude do aumento expressivo das importações.

Segundo o Ipardes (2003, p.13), esse movimento foi liderado pelas importações no gênero de material de transporte, dado o início das atividades das montadoras de automóveis. E ainda, “no contexto nacional a participação das exportações amplia-se de 5,95% para 9,13% e a das importações de 3,03% para 8,87%, no período 1990-2001”. (IPARDES, 2003, p.14)

A economia paranaense tem se mostrado, ao longo do tempo, extremamente dinâmica, mas de certa forma subordinada às características da economia brasileira e da política econômica vigente.

Perante a percepção de grande número de mudanças ocorridas na economia, na tecnologia e na natureza dos problemas, verifica-se que mesmo sendo subordinada às características econômicas do país, passando pelos mesmos períodos de recessão e crise, com frequência o Paraná apresentou taxas de crescimento superiores à brasileira quanto à sua atuação comercial.

Neste contexto, faz-se necessário destacar as “políticas subnacionais” nas quais o Estado do Paraná esteve inserido. Estas políticas se caracterizaram como políticas competitivas para atração de investimentos. Foram vários os instrumentos utilizados pelos estados da federação, desde a concessão de incentivos fiscais para que empresas se instalassem, bem como apoio para a instalação (infra-estrutura) e simplificação do processo de registro. Vale a pena salientar que para muitos estas políticas de competitividade através da atração de investimentos se transformaram em “guerra fiscal”.

Segundo Bonelli (2001), dentre as várias políticas de competitividade por atração de investimentos o Estado do Paraná utilizou claramente duas: as de Benefícios Fiscais através da redução de alíquota de ICMS (produtos específicos destinados à exportação) e as de Concessões Financeiras traduzidas em aquisição de ativos fixos, pagamento do ICMS e do financiamento para avanço tecnológico. Destaca-se o apoio à infra-estrutura, na qual através da doação de lotes, o Paraná atraiu e conseguiu a instalação da fábrica da montadora Renault.

Verifica-se ainda que o Paraná é um dos únicos estados que enfatizou através das políticas supracitadas a questão tecnológica.

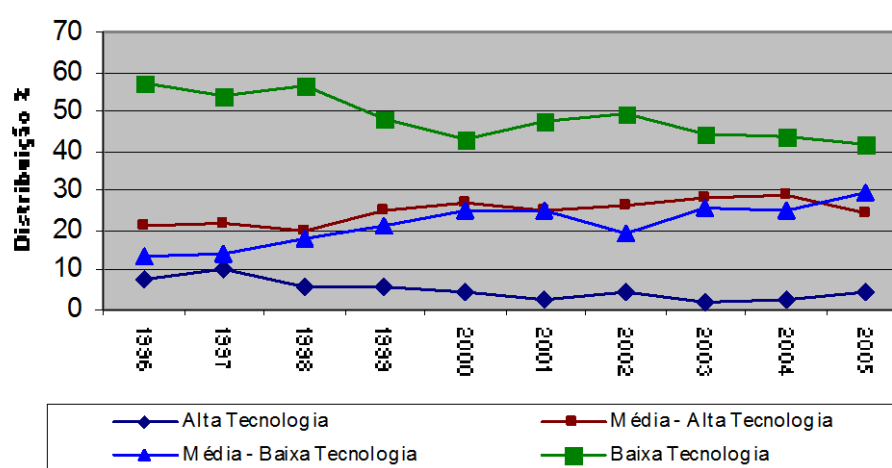


GRÁFICO 21 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO INTENSIDADE TECNOLÓGICA NO PR 1996

FONTE: IBGE

Da mesma forma observa-se que as políticas “subnacionais” se reduziram em apenas utilizar as políticas de competitividade para a atração de empresas sem procurar criar instrumentos para difundir a competitividade nas empresas já existentes.

Contrariamente ao exposto acima, CASTRO (2005) destaca que entre 1992 e 1994 o governo do Paraná caracterizou-se por uma postura contrária à participação do estado na guerra fiscal, que já tomava contornos mais agressivos em nível nacional. Em 1994, o governo instituiu um programa de incentivo fiscal, o Bom Emprego Fiscal (BEF), que, pelo menos até 1996 (já então intitulado "Paraná Mais Empregos"), era bastante modesto para enfrentar o confronto fiscal que se avistava, uma vez que a participação dos seus desembolsos no total do ICMS

estadual era bastante reduzida (após o período de carência, os recursos regressavam ao Tesouro estadual corrigidos monetariamente).

Ainda para o autor, sob um novo ambiente macroeconômico, o governo estadual reeditou muitas das práticas adotadas quando da implantação da Cidade Industrial de Curitiba, para atrair principalmente empresas multinacionais do setor automobilístico, consubstanciadas num amplo conjunto de vantagens e benefícios fiscais e financeiros. O caso da Renault foi o mais emblemático, pois pelo acordo, a montadora recebeu recursos a título de empréstimos, com prazo de vencimento de dez anos, sem juros ou atualização monetária.

Enfim, ao contrário das práticas anteriores o estado passou a assumir o risco dos empreendimentos, pois concedia incentivos antes mesmo da instalação das fábricas. Complementando o novo cenário de políticas para competitividade implantadas no Estado do Paraná, verifica-se que Foi graças ao ambiente industrial interno de porte respeitável e relativamente diversificado da economia paranaense, que a fez capaz de atrair esses investimentos, e também pela proximidade de comercialização que se pode realizar através do MERCOSUL e com o mercado interno brasileiro, além das boas condições de infra-estrutura econômica oferecidas pela economia paranaense. Desta forma, o Estado foi se associando a outras empresas podendo assim fazer frente a um mercado cada vez mais globalizado. (TRINTIN, 2001)

TABELA 10 – TAXAS DE CRESCIMENTO ACUMULADAS DA PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA, SEGUNDO ATIVIDADES. PARANÁ 1999/2007

Seções e Atividades Industriais	Taxa (%)		
	1999-2003	2003-2007	1999-2007
Indústria Geral			
Indústria de Transformação	6,0	16,9	23,9
Alimentos	6,0	16,9	23,9
Bebidas	8,8	10,9	20,7
Madeira	39,6	27,1	77,4
Celulose, papel e produtos de papel	36,3	-14,5	16,5
Edição, impressão e reproduções de gravações	-11,3	14,1	1,3
Refino de petróleo e álcool	-	39,8	-
Outros produtos químicos	-7,2	-5,8	-12,5
Borracha e plástico	-1,9	-24,4	-25,8
Minerais não-metálicos	-5,0	18,7	10,9
Produto de metal – exclusive máquinas e equipamentos	8,2	-4,4	3,4
Máquinas e equipamentos	-19,1	6,9	-13,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	81,5	30,0	136,1
Veículos automotores	-36,2	38,4	-11,7
Mobiliário	48,1	88,6	179,3
	-8,1	10,2	1,3

FONTE: IBGE

O processo da produção se deu em todos os gêneros, sendo que as grandes empresas com capacidade de financiamento, gerenciamento e adaptação às novas tecnologias mostravam-se capazes em se adaptar às novas configurações do mercado e não sentiram tanto os reflexos da acirrada competitividade que se fortalecia cada vez mais com a abertura da economia nacional. Já as pequenas e médias empresas sofreram mais de perto esses reflexos, visto que não contavam com grandes facilidades de realizar investimentos e se adequar tecnologicamente de acordo com as exigências do mercado. (Ibid).

As transformações ocorridas impactaram na diversificação da estrutura produtiva do Paraná, isto fez com que o estado atingisse potencial para a competitividade internacional. Verifica-se também a reestruturação produtiva de sua agroindústria no estado; é de se destacar que o setor também sofreu importantes mudanças, as quais se traduziram em incluir novas tecnologias, técnicas atuais de gestão, além de máquinas modernas na produção agropecuária.

Segundo Cunha, S. K.; Oliveira, M. A e Cunha, J. C (2002, p7.), ocorre neste setor um novo padrão de agroindustrialização, marcado pela "modernização e diversificação, incorporação de novas etapas de produção e de mudanças qualitativas e logística necessárias ao enfrentamento dos desafios do novo paradigma de competição internacional".

Em consonância, Nojima (2002) relata que os avanços de competitividade da indústria paranaense na década de 1990 ocorreram graças à ocorrência simultânea de dois processos: i) a ampliação de sua capacidade instalada; e ii) a modernização de seu parque industrial. Estes processos estabeleceram novo padrão de inserção e competição, ao propiciarem maior eficiência alocativa e ganhos de produtividade.

Também o Ipardes (2002), analisando os progressos na agroindústria, enfatiza:

[...] dada a importância do agronegócio na estrutura industrial paranaense, cabe particularizar a dinâmica recente desse segmento, cuja posição competitiva já não se define por sua base agropecuária e de recursos naturais, tendendo fundamentalmente a uma mudança qualitativa no padrão de sua industrialização, centrada em alimentos sob a forma de bens de consumo final". (Ipardes, op. cit. , p. 66).

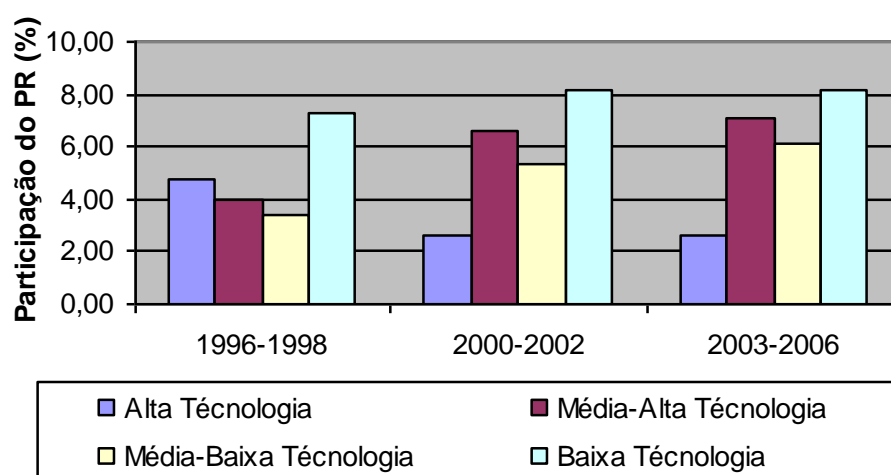


GRÁFICO 22 – PARTICIPAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PR NO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL, SEGUNDO INTENSIDADE TECNOLÓGICA EM TRIÊNIOS SELECIONADOS – 1996/2006.

FONTE: IBGE

Enfim, de acordo com o novo contexto competitivo em que o Estado do Paraná se inseriu, podem-se resenhar algumas observações relevantes a economia paranaense para o período deste estudo: (i) a intensificação das relações interindustriais; (ii) um substancial boom tecnológico das indústrias; (iii) a solidificação de uma agroindústria contemporânea e (iv) o desenvolvimento de economias de aglomerações.

O próximo item deste capítulo tratará de forma minuciosa as transformações ocorridas no Estado do Paraná decorrentes do ajuste macroeconômico e da abertura comercial traduzidos sobre os resultados da Balança comercial deste Estado.

4.2 A BALANÇA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ

O desempenho da Balança Comercial do Paraná é fortemente influenciado pelas transformações sofridas nas políticas internas bem como das alterações econômicas ocorridas no cenário mundial. Entende-se que os resultados dos choques externos são transmitidos para os países exportadores e se traduzem nos resultados das exportações. Devido a esta característica o desempenho da balança comercial do Estado tendeu a um comportamento similar à balança brasileira, mas com características específicas, as quais serão vistas no decorrer deste item.

Analizando a conjuntura mundial verifica-se que entre 1990 até 1993 ocorreu uma retração no crescimento econômico evidenciada pela queda da demanda mundial e na contração dos índices de preços das commodities. A partir de 1994, através do ajuste macroeconômico e da abertura comercial nota-se uma significativa mudança na economia a qual teve uma influência distinta quanto ao desempenho econômico dos estados brasileiros. É com base no exposto acima que se desenha este tópico, procurando de forma pertinente aludir os acontecimentos econômicos desenvolvidos no item anterior aos resultados representados no Gráfico 21, que expressa o fluxo comercial do Estado do Paraná no período de 1994 a 2007, e assim buscar responder qual determinante foi o mais significativo para este desempenho, a taxa de câmbio, a renda interna, a externa, ou ainda se as especificidades do Estado: (i) pauta exportadora e importadora e (ii) preço e quantum, influenciaram de forma contrastante para os desempenhos observados no referido período.

A balança comercial paranaense, entre 1994 e 2007, obteve, na maioria dos períodos, saldos superavitários; entretanto, destaca-se que no período compreendido entre 1998 a 2001, o fluxo do comércio paranaense apresentou saldos decrescentes e déficit que perduraram até meados de 2001. Em todo o período analisado, a balança comercial atingiu seu pior nível no ano de 2000. Entre 2002 a 2005, ocorreu um ritmo constante de crescimento do fluxo comercial do Estado do Paraná até meados de 2006, onde os resultados da balança apresentam queda.

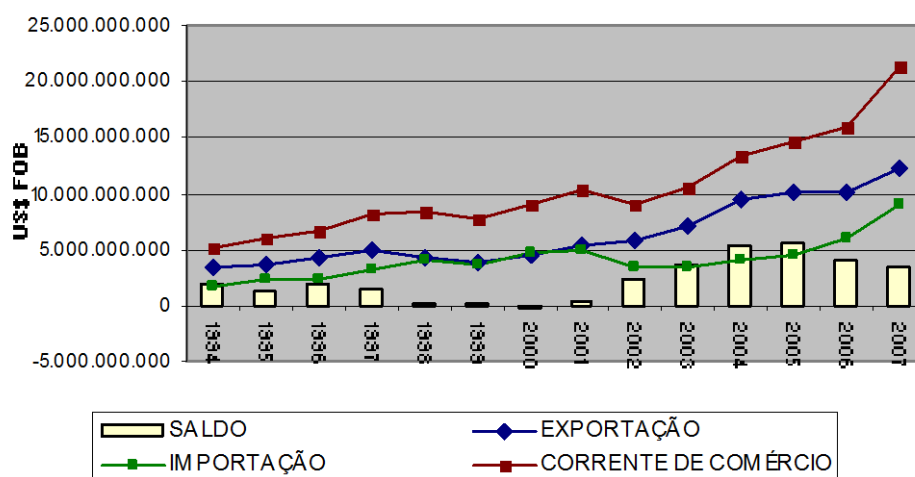


GRÁFICO 23 – BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ 1994-2007

FONTE: MDIC/SECEX

Observa-se que é a partir da década de 1990 que ocorre o adensamento do processo de abertura e liberalização comercial e é notório que após a implantação do Plano Real, através de políticas comerciais, houve um relevante aumento do quantum comercializado com o exterior, que pode ser melhor visualizado através do Gráfico 24.

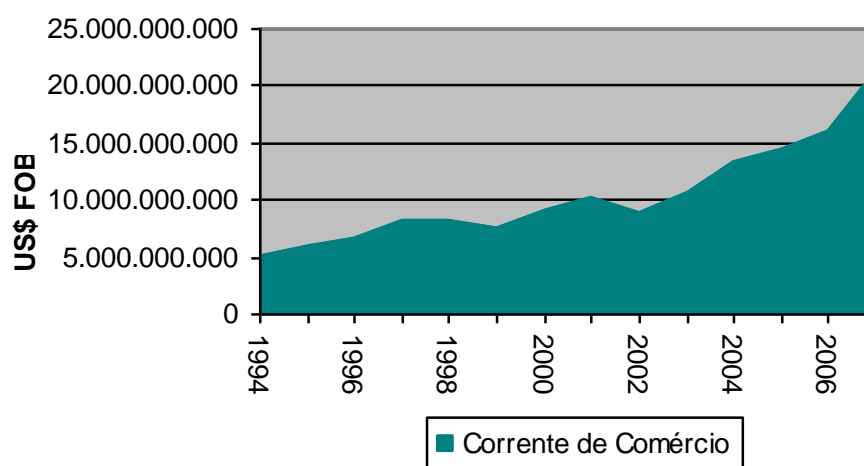


GRÁFICO 24 – EVOLUÇÃO DA CORRENTE DE COMÉRCIO DA ECONOMIA PARANAENSE APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL
FONTE: MDIC/SECEX

De acordo com dados do IPARDES, a corrente de comércio da economia paranaense teve uma atuação considerada recorde em 1994, aumentando em 38,4% o volume comercializado. Esta atuação pode ser avigorada ao verificar a participação do Estado na pauta de exportações e importações da economia brasileira expressa no Gráfico 25.

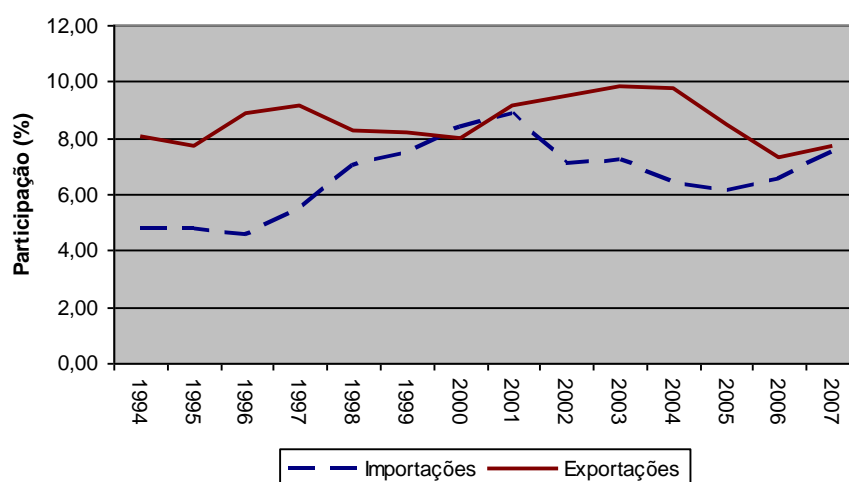


GRÁFICO 25 - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA 1994 – 2007
 FONTE: IPARDES.

A partir da deflagração do Plano Real, a moeda brasileira foi ancorada ao Dólar e a taxa de câmbio foi a forma relevante na qual o governo federal se baseou para reduzir a inflação. Assim, iniciado o Plano Real, o país reduziu a taxa de câmbio, a qual obteve maior valorização entre agosto de 1994 a junho de 1995, objetivando acabar com a inflação inercial. Contudo, apesar de uma taxa de câmbio valorizada, as importações do Estado se mantiveram em volumes menores que as exportações até meados de 1998 (Gráfico 26). Desta forma, pode-se dizer que a balança comercial do Paraná neste período não percebeu de imediato os efeitos da valorização cambial, ou ainda, que o determinante câmbio possuiu um impacto menor no Estado do Paraná em comparação ao Brasil.

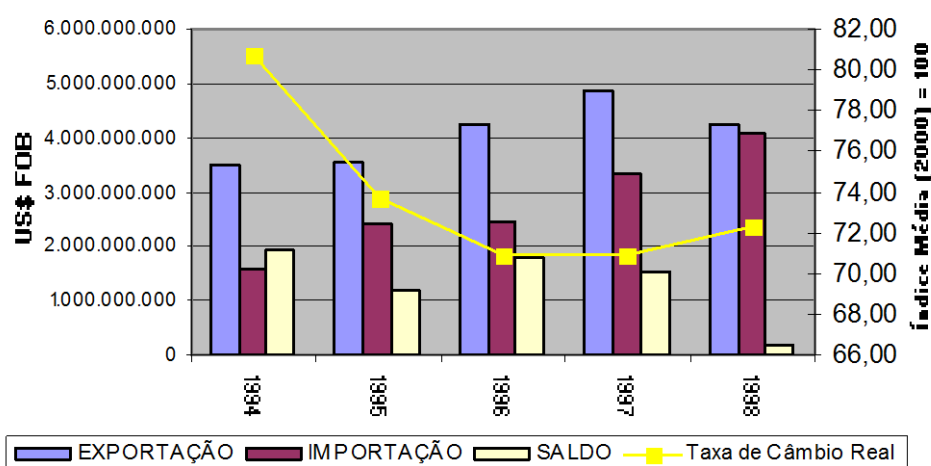


GRÁFICO 26 - O EFEITO DA VALORIZAÇÃO CAMBIAL SOBRE AS IMPORTAÇÕES, EXPORTAÇÕES E SALDO PARANAENSE 1994/1998
 FONTE: MDIC/SECEX, IPEA

Esta atuação do Estado quanto ao desempenho da Balança comercial em face de um câmbio desfavorável pode ser explicada quando relacionada à conjuntura econômica internacional; foi a partir de 1994 que se iniciou uma primeira fase de expansão do crescimento mundial a qual se estendeu até 1997. Neste período os estoques mundiais eram menores e devido às taxas maiores de crescimento da economia, houve uma melhora no o índice de preços e o quantum exportado. Desta forma fica evidenciada a renda externa como um determinante significativo para alavancar as exportações e, por conseguinte a posição superavitária da balança comercial. A Tabela 11 apresenta os principais parceiros comerciais do Paraná nas vendas externas para o ano de 1994. A China é mencionada devido ao grande volume de soja adquirido no referido ano, o que evidencia o seu desenvolvimento econômico; a União Européia, por sua vez, se destaca por ser o Bloco onde se concentram os países mais ricos do mundo. Com relação ao bloco asiático, o Japão foi um grande importador de carne de frango, e novamente a China através do óleo de soja.

TABELA 11 – PRINCIPAIS DESTINOS DOS PRODUTOS PARANAENSES EM 1994

Destino das Exportações em 1994	
Principais mercados Compradores	
Países Baixos	22,70%
Estados Unidos	7,70%
União Européia	46%
ALADI	14%
Bloco Asiático	12%
Maiores Variações Positivas	
China	867%
Irlanda	182%
Paraguai	127%
Estados Unidos	124%
Países Baixos	102%
MERCOSUL	367%

Fonte: IPARDES

Sendo assim, verifica-se que o desempenho da balança para este período pós-Real é explicado em grande parte pelo determinante “renda”, no qual a teoria mostra que um crescimento, permanecendo inalterados outros fatores, melhora a balança comercial do país analisado e aumenta a demanda agregada. DORNBUSCH E FISCHER (1991)

Ainda como forma de evidenciar a conjuntura externa como determinante de maior força para este período, Scatolin, Nakabashi, e Cruz (2006), em uma análise ampla das exportações no período 1989-2006, concluem que as mudanças na política econômica não tiveram grande impacto sobre o setor exportador, pois a participação de produtos primários passou de 11,11% para 3,17% enquanto que a dos produtos manufaturados foi de 87,9% para 85,32% de 1989 para 2005, respectivamente, observando-se uma variação crescente do quantum exportado.

A influência da renda externa se mostra determinante ao verificar que mesmo diante de desempenhos menos satisfatórias a balança permanecia superavitária e tinha seu desempenho prejudicado pela conjuntura interna, a qual permanecia desfavorável, pois a valorização da taxa de câmbio real prosseguiu no ano de 1995 chegando a R\$0,68/US\$1.00 para os meses de janeiro e fevereiro, entre maio e outubro a valorização se fixou em R\$0,70/US\$1.00, para dezembro a taxa valorizou novamente cotando a R\$0,67/US\$1.00. As importações do Paraná em 1995 começaram a alavancar e superaram as exportações no que concernem aos volumes importados. No período compreendido pelos anos de 1995, 1997, 1998 e 2000 as importações tiveram variações percentuais significativas, com destaque

para o ano de 2000, onde a balança comercial (a.a.) pela primeira vez se tornou deficitária; entretanto cabe ressaltar que desde o ano de 1995 observam-se reduções nas variações anuais da balança comercial.

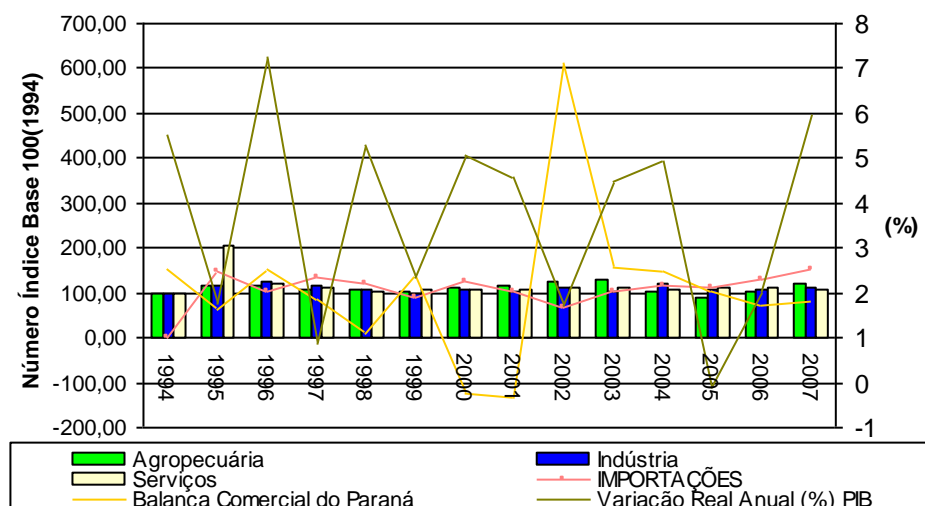


GRÁFICO 27 - PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETORES, IMPORTAÇÕES E BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE 1994/2007
FONTE: IPARDES

Através do Gráfico 27 pode-se verificar o crescimento das importações do estado, as variações do Produto Interno Bruto, bem como a Balança Comercial do Paraná. Esta análise se faz relevante, pois poderá ser observada a relação entre balança comercial e renda interna, além do efeito desta no desempenho da Balança, a qual teoricamente aponta que um aumento na renda doméstica aumenta os gastos com importação e piora a balança comercial. (DORNBUSCH E FISCHER, 1991)

É verificado que a piora na Balança Comercial corresponde aos períodos onde o nível de importações esteve em alta; este período já supracitado se inicia em 1995, com picos em 1997 e em 2000, onde a balança atinge um desempenho deficitário.

Entre os anos de 1998 e 2000 a relevância das importações se dá no sentido de que estas foram o suporte para que a malha produtiva do Estado de modificasse; este cenário está intimamente relacionado ao início das atividades das montadoras de automóveis instaladas a partir da década de 1990. Torna-se relevante destacar que ao mesmo tempo em que a variação das importações se tornava crescente, o Estado buscava competitividade para conquistar outros

mercados através da venda externa de veículos, como o MERCOSUL, os Estados Unidos, o México e a União Européia.

Podem-se destacar alguns produtos importados considerados relevantes, dentre estes: (i) bens de capital e de consumo duráveis, (ii) matérias-primas e bens intermediários com incremento de 40,17% - destaca-se que esta forte participação está relacionada a adubos/fertilizantes, grãos e cereais, celulose, ferro/aço, dentre outros, os quais fazem vez à produtividade agrícola e industrial do Estado e (iii) Petróleo em óleo bruto, destaca-se aqui o aumento dos preços de petróleo o qual variou em 104,11%, denotando um peso maior ao valor das importações do Estado.

Enfim, é relevante observar que a elevação das importações provocou um agravamento na balança comercial do estado. Os períodos compreendidos de pico para as importações também são destacados como crescentes para o Produto Interno Bruto. Pode-se dizer então, que a partir de 1995 ocorre um incremento significativo nas montadoras, alavancando a participação da indústria no total do PIB. Logo após o ano de 2000 o destaque se dá no setor agropecuário, o qual evoluiu através do avanço produtivo e tecnológico.

Já entre 2006 e 2007, onde as importações começam a se tornar mais salientes, verifica-se que o aumento destas é decorrente da compra dos seguintes itens : (i) 'bens de consumo' (83,88%), sendo que nesta categoria a maior expansão foi a de 'bens de consumo duráveis', com aumento de 127,15%, tendo nos veículos o produto de maior crescimento relativo, (ii) 'bens de capital' (56,47%), atingindo o equivalente a 21,87%, evidenciando aumento na compra de máquinas e equipamentos destinados à indústria; (iii) 'bens intermediários' com aumento de 51,27% e atingindo uma participação de 44,90% e (iv) combustíveis e lubrificantes – petróleo - com crescimento de 28,51%, passando a ter uma participação de 19,51%. Assim se explica a influência que a renda interna do Estado, seja por setores ou ainda em sua variação real anual, teve no desempenho da balança comercial. De um lado verifica-se que a renda interna e a balança comercial possuíam uma relação decrescente; enquanto a renda interna crescia, a Balança Comercial sofria queda. Entretanto, destaca-se aqui que as transformações ocorridas no Estado, em sua grande parte meados da década de 1990, foram um reflexo da abertura comercial e da busca por novas tecnologias nas que o Estado se fundamentaria para alavancar sua competitividade externa.

Em adição ao incremento da malha produtiva paranaense através de suas importações, a política macroeconômica fixava em 1997 uma taxa de câmbio valorizada, com o intuito de controlar a inflação que mesmo decrescente mantinha-se alta. Assim o câmbio apresentou uma valorização real por todo o período e a referida valorização cambial ocasionou um crescimento constante das importações, que perdurou em 1998.

Aliada a uma situação interna adversa, verifica-se que em meados de 1998 a conjuntura externa também não era favorável. Sob uma nova crise mundial na qual as taxas de crescimento declinaram, ocorreu uma desaceleração do comércio internacional com reflexos significativos na balança comercial do Paraná. Também como reflexo do crescimento das importações sobre as exportações paranaenses, o saldo da balança comercial do Estado angariou taxas decrescentes de crescimento se tornando negativa em vários meses nos anos de 1999 e 2000.

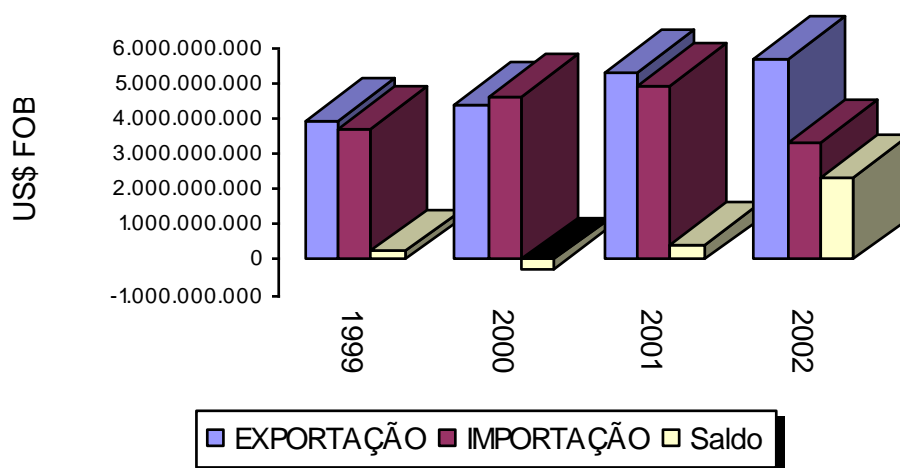


GRÁFICO 28 – O IMPACTO DO CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES SOBRE A
BALANÇA COMERCIAL 1999/2002
FONTE: MDIC/SECEX

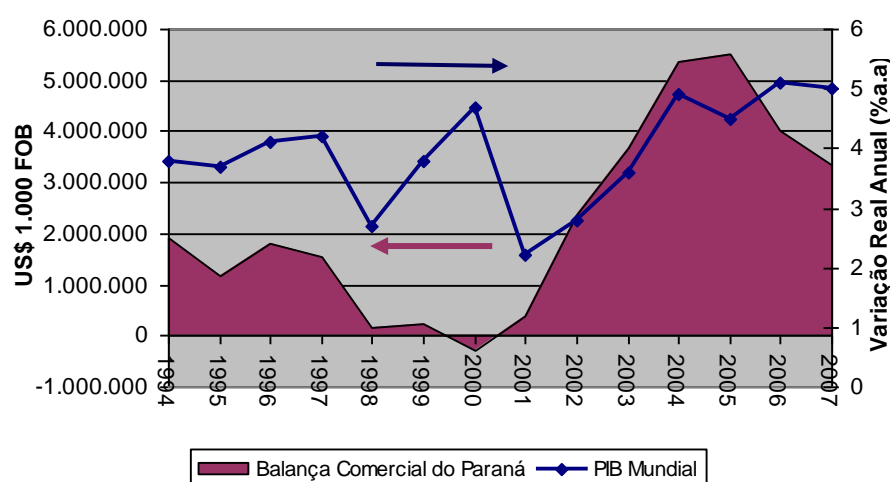


GRÁFICO 29 – O IMPACTO DA RENDA EXTERNA SOBRE A BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ
 FONTE: MDIC/SECEX E IPEA

Devido à situação adversa ao comércio, traduzido internamente por um câmbio desfavorável aliado a uma conjuntura externa enviesada, em 1998 se inicia uma gradual desvalorização da taxa de câmbio e uma mudança do Regime de Câmbio de Fixo para Flutuante¹ determinada pelo governo federal como forma de alavancar as exportações do país. Esta ação do governo se faz notar a partir de 1999, quando a taxa real de câmbio variou em 24,72% entre os meses de janeiro e fevereiro (R\$ 0,89 para R\$ 1,11 com relação a US\$ 1.00).

Porém, verifica-se que, apesar da desvalorização real da taxa de câmbio, a balança comercial continuou denotando déficit. Destaca-se que ainda com uma desvalorização real do câmbio, a balança comercial em 2000 sofre um agravamento, fechando o ano deficitária, o que não havia ocorrido desde o início da década de 1990.

Com a adoção de um Regime de câmbio flutuante o objetivo estava centrado em aumentar as exportações, pois tanto o País quanto o Estado estavam perdendo competitividade² perante o mercado internacional.

¹ Sob taxas de câmbio fixas, o banco central mantém constante o preço das moedas estrangeiras nos termos da moeda doméstica, sob taxa de câmbio flutuante a taxa de câmbio pode variar de um momento para outro. Dornbush e Fisher (1991, p.243)

² A competitividade de um país no comércio pode ser medida através da Taxa de Câmbio Real. Esta é dada pela razão dos preços dos bens estrangeiros, medido em moeda doméstica, em relação aos preços dos bens domésticos. Um aumento na taxa de câmbio real, ou uma depreciação real, significa que os preços estrangeiros em moeda doméstica têm aumentado em relação aos preços domésticos. Os bens estrangeiros têm se tornado mais caros em relação aos bens domésticos.

Não obstante, um aspecto é significativo: mesmo com uma depreciação da taxa de câmbio real as exportações não logravam êxito em transpor as importações. Uma das explicações para este contexto está no fato de que o período compreendido entre 1998 a 2002 ficou representado pelos infortúnios internacionais devido às recorrentes crises financeiras de relevantes magnitudes, as quais provocaram a incredibilidade internacional. Com efeito, ocorreram grandes quedas no processo de crescimento mundial assim como dos fluxos de capitais. Devido a este cenário, o comércio mundial se estagnou e o desempenho da balança comercial do Paraná passou a se alicerçar na competitividade da composição de sua pauta de exportações (que será exposta no próximo item). As variações do comércio mundial podem ser melhor visualizadas através do Gráfico 30.

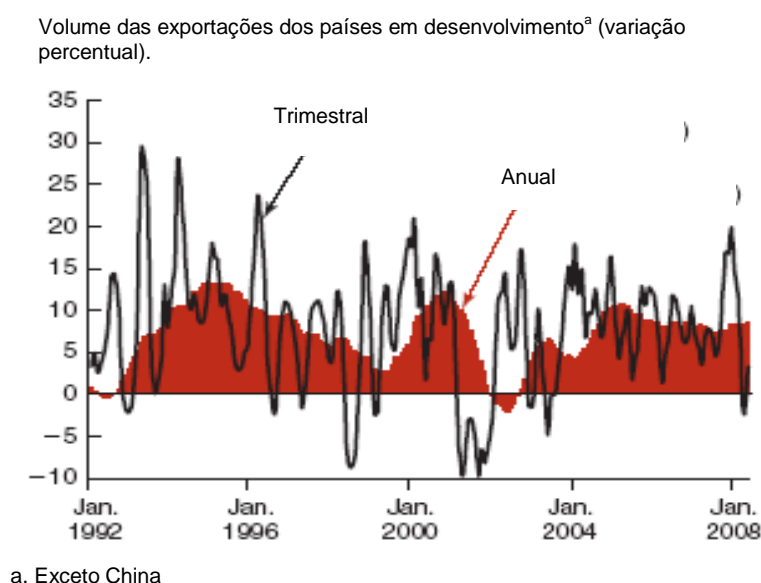


GRÁFICO 30 - VARIAÇÕES NO VOLUME DO COMÉRCIO MUNDIAL
FONTE: RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL.

Segundo o Relatório do Banco Mundial, num momento de retração da economia mundial, o diferencial dos países em desenvolvimento - inclui-se neste contexto o Estado do Paraná – quanto à balança comercial, se dá via preços:

Além disso, vários países (principalmente da América Latina) que experimentaram uma lentidão nas exportações por causa do baixo crescimento da demanda americana se beneficiaram dos preços mais altos do commodities. Ainda, o impacto no volume do comércio mundial foi atenuado pelo forte crescimento intrarregional da Ásia Ocidental, liderado

domésticos. Isto é sempre descrito como um aumento na competitividade dos nossos produtos. Há por outro lado, uma apreciação real traz uma situação inversa. Dornbush e Fisher (1991, p.215).

pela integração contínua da China com o mercado global. O crescimento das importações e exportações chinesas ultrapassou 20% nos dois últimos anos; enquanto fora da China, o crescimento das exportações permaneceu forte. (RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL, 2009, p. 37, tradução nossa).

Além da conjuntura externa, o paradoxo de desvalorização do câmbio e déficit na balança comercial pode ser interpretado pelo efeito da curva em “J”. Através da liberalização da taxa de câmbio a partir de 1999, a depreciação cambial ocorreu de forma mais intensa somente em 2000; ainda assim, as exportações apesar de alcançarem um bom resultado no ano de 2000 não conseguiram superar as importações, e com exceção dos meses de março, abril e maio, os demais meses deste ano obtiveram um déficit comercial para o Estado do Paraná.

O fato é que este déficit perdurou até 2001 - mês de abril – onde o Estado voltou a ser superavitário no saldo da Balança Comercial, fechando já neste ano com desempenho positivo. Diante deste aspecto observa-se que há nesta situação o efeito da curva “j”, que também se assemelha ao caso brasileiro, visto que este angariou saldo deficitário no curto prazo mesmo com depreciação real da taxa de câmbio.

Mas o que é o efeito da curva em “J”? Antes se deve entender que este é um efeito antagonista, pois o conceito teórico da economia postula que uma depreciação cambial gera superávit na balança comercial, mais conhecida como condição de Marshall-Lerner ³

Uma explicação para o efeito da curva em “j” é que no curto prazo, a desvalorização ou depreciação de determinada moeda levará a desempenhos decrescentes da balança comercial de um país, entretanto conforme períodos se passam há uma tendência a melhores desempenhos da balança comercial. Esta melhora no desempenho se explica pelo tempo que os efeitos de uma desvalorização sobre o preço tendem a chegar até os parceiros comerciais do país e até que estes ajustem seus padrões de comercialização. (CARBAUGH, 2004, p. 491).

Outra elucidação para o efeito, seria que a balança comercial pode ter resultados piores após uma depreciação da moeda, pois contratos de importações e exportações ocorreram anteriormente. Estes volumes de importações e exportações

³ A condição de Marshall-Lerner é aquela sob a qual a depreciação real, um aumento na taxa de câmbio real, conduz ao aumento da balança comercial. Blanchard (1999). Também a condição Marshall-Lerner é aquela em que uma depreciação real da moeda leva a um superávit da balança comercial, caso a soma das elasticidades de preços relativos da demanda de exportações e importações exceda a um. ($n_{ex} + n_{im} > 1$).

podem ter sido ponderados de acordo com a taxa de câmbio real antiga; o principal efeito aí é a elevação do valor do nível de importações contratadas anteriormente, em termos dos bens domésticos. (KRUGMAN E OBSTFELD, 2001).

Ainda sob este foco, Dornbusch e Fischer relatam que:

Um país que passa por uma depreciação cambial, em que inicialmente, os preços domésticos (P) e estrangeiros (P_f) são fixos, e posteriormente o preço relativo das importações, (eP_f/P) aumenta, recorre a dois efeitos: (i) se o volume físico das importações não variar, seu valor medido em moeda doméstica aumentará por causa do preço mais alto; (ii) com um volume físico de importações fixo (Q), os preços mais altos significam gastos maiores com importações (medidos em termos de moeda doméstica), portanto uma piora da balança comercial. Ainda para os autores esta aí a resposta potencialmente reversa da balança comercial a uma depreciação cambial. (DORNBUSCH E FISCHER 1991, p. 912).

Salvatore (2001) denota que é uma tendência dos preços de importação em moeda doméstica crescer mais rapidamente do que os preços de exportação, logo após a desvalorização ou depreciação cambial, com as quantidades inicialmente não sofrendo alteração. Com o tempo, a quantidade de exportação passa a aumentar e a quantidade de importação se reduz; os preços de exportação, alcançam os preços de importação, de forma que a deterioração inicial da balança comercial da nação é sustada e em seguida revertida.

Ainda em complemento, Dornbusch e Fischer (1991) explicam que os efeitos-volume no curto e longo prazo resultam do tempo que os consumidores e produtores levam para se ajustar a variações nos preços relativos.

Parte desses ajustes pode ser instantânea, mas fica claro que os padrões podem levar de seis meses a um ano para se adaptarem, e que a recolocação da produção internacional em reposta à variações nos custos e nos preços relativos pode levar anos.

Justifica-se a curva J para o caso do Paraná, pois, mesmo diante de uma desvalorização cambial, a qual segundo Amaral (2001, p. 167) foi adotada como mais um item na busca pela competitividade mundial devido a esta agregar os fatores da produção de qualidade e o aspecto monetário do câmbio, as importações somente iniciaram sua queda gradativa em meados de 2000, enquanto que as exportações caminhavam na direção oposta culminando, a partir de maio de 2001 em saldos positivos para a Balança comercial.

Em maio de 2001 as exportações alcançaram uma receita de US\$ 558.895 milhões enquanto que as importações chegaram a US\$ 447.120 milhões, gerando um saldo positivo na balança comercial paranaense de US\$ 111.775 milhões; em dezembro este saldo foi de US\$ 119.360 milhões. Destaca-se que neste mês a taxa de câmbio real foi apreciada com relação a novembro do mesmo ano, atingindo R\$1,12=US\$1.00, e mesmo com a diminuição da taxa de câmbio, ainda prossegue a depreciação obtendo para as exportações uma receita de US\$ 365.491 milhões, enquanto que as importações chegaram a US\$ 246.131 milhões variando em 28,8% com relação a novembro. Sendo assim, a balança comercial mostrou-se superavitária na maioria dos meses de 2001, com exceção de janeiro, fevereiro, março e abril onde se alcançou um resultado negativo de US\$ 139.573 mil, US\$ 71.882 mil, US\$ 83.417 e US\$ 7.586 respectivamente.

Estes números positivos indicam uma primeira característica de extrema relevância, que é o grau de abertura comercial do Estado conferido no Gráfico 31.

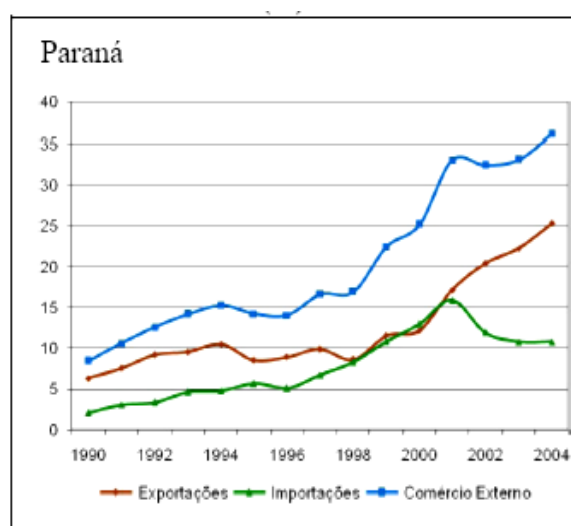


GRÁFICO 31 - EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE ABERTURA DO ESTADO DO PR, RESPECTIVAMENTE, ÀS EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E AO COMÉRCIO EXTERNO TOTAL 1990 A 2004 (%)
FONTE: CAMPOS ET AL, 2006

De acordo com a pesquisa de Campos et al sobre exportações e crescimento, afirma-se:

O salto no índice de vantagem comparativa revelada referente a veículos automotores entre 1999 e 2000 foi de 1,16 para 7,39. Ao fim de 2004, o estado do Paraná apresentava coeficiente de abertura ao comércio externo igual a 36,1%, ou seja, valor mais que quatro vezes superior ao inicial, enquanto o Brasil teve sua abertura apenas duplicada. Isso demonstra um

melhor desempenho relativo do setor exportador paranaense em relação ao brasileiro. (CAMPOS ET AL, 2006, p.09).

É importante salientar que para a obtenção de um saldo positivo na balança comercial o Paraná precisou diversificar sua pauta de exportações, a participação relativa dos produtos básicos no ano de 1991 era de 52,0% e os industrializados representavam 47,3% das exportações; já em 2005 os industrializados já respondiam por 65,8%.(MDIC/SECEX, 2006)

A Estratégia da Política Cambial em depreciar a taxa de câmbio real desde 1999 trouxe efeitos a longo-prazo, pois o Paraná alcançou um crescimento das exportações perante a redução nas importações apenas em 2001. Assim se constata que a depreciação da taxa de câmbio real implantada a partir de 1999 não teve uma implicação rápida sobre o saldo da balança comercial paranaense; entretanto, tal efeito pode ser observado a partir do mês de maio de 2001, onde o saldo superavitário da balança comercial pode ter tido uma influência da depreciação cambial, e que pode ser comparado com o efeito da curva “J”⁴.

Também se observa que mesmo diante de períodos não tão favoráveis, o Paraná, perante os resultados anteriormente supracitados, apresenta um comércio exterior dinâmico, haja vista a relevância da base agropecuária, como por exemplo, a da soja e seus derivados e a carne, bem como da base industrial, por meio da exportação de automóveis, representando estes um importante fator de crescimento produtivo. Da mesma forma estes dados denotam um estado cada vez mais diversificado, com dinâmicas diferentes determinando seu desempenho no comércio doméstico e externo para o período em estudo.

Pode-se considerar que o ano de 1999 é um “marco” para o Estado, pois é neste período que o Paraná passou por uma transformação no seu perfil econômico, uma vez que sua balança comercial atingiu neste ano US\$ 233 milhões, recuperando-se do ano anterior onde atingiu apenas US\$ 170 milhões; esta variação de 37% agregou valores relevantes às montadoras de automóveis e seus fornecedores.

⁴ Os efeitos sobre a produção industrial são defasados, quando houve uma valorização do câmbio real a indústria demorou a perceber seus efeitos (planejamento, rigidez na produção e nos contratos). Moraes (2006)

Para Nakabashi e Cruz os principais setores responsáveis pelo bom desempenho da balança comercial paranaense são bens relacionados aos setores agrícolas, agroindustriais e automotivos.

“Os Setores agrícola e agroindustrial são considerados como intensivos em recursos naturais e estão sendo favorecidos pelo aumento internacional dos commodities. Já a indústria automotiva, classificada como intensiva em escala ao importar parte dos componentes do processo produtivo, compensa parcialmente as conseqüências geradas pelo processo de valorização cambial. Ao analisar as 20 principais empresas responsáveis pelo fluxo internacional verifica-se que estas estão ligadas aos principais produtos exportados (bens do setor automotivo, agrícolas e agroindustriais)”. (NAKABASHI ; CRUZ, 2007, p. 75)

No período compreendido entre 2002 e 2003 a taxa de câmbio real permaneceu depreciada em grande parte dos meses. Em 2002 a depreciação se tornou mais forte no mês de maio e mais significativamente no mês de outubro, quando chegou a R\$1,61=US\$1.00. Nestes anos as exportações tiveram um relevante aumento contra as importações, superando-as em todos os meses destes períodos Merece destaque em 2002 o mês de setembro, quando as exportações chegaram a uma receita de US\$ 1.294 milhões e uma variação percentual com relação a agosto de 187,97% contra um saldo de importações de US\$ 274.074 milhões e 1,81% de variação.

Para o ano de 2002 o principal parceiro do Estado foi a União Européia, representando 32,63% das vendas. A soja marcou ainda mais sua participação, passando a responder por 34,27% do total exportado pelo Estado. Ainda para este ano e segundo dados do IPARDES (2003), o excelente resultado demonstrado nas exportações do Estado é decorrente em grande parte ao desenvolvimento econômico da China. Esta importou um significativo montante em soja em grãos:

... ressalta-se a China como protagonista pelo vigoroso desempenho das exportações para o bloco asiático, consubstanciado, em um primeiro momento, por embarques significativos de óleo de soja (1994-1997) e, mais recentemente, por volumes expressivos de soja em grão, que devem se consolidar, haja vista a instalação de um parque moageiro em território chinês, o que sugere a manutenção da demanda em nível elevado.” (ONO et all, 2003, p. 524)

As vendas de frango, que somaram US\$ 336 milhões no referido ano possuem uma inserção destacada no mercado asiático (Japão e Hong Kong), no Oriente Médio (Arábia, Emirados Árabes Unidos e Kuwait), na União Européia

(Alemanha, Reino Unido, Holanda) e na Rússia, demonstrando a consolidação do produto. Já no ano de 2003, o crescimento das exportações paranaenses é o reflexo da evolução dos embarques dos complexos soja, carnes, madeira, material de transporte e máquinas e instrumentos mecânicos.

O gráfico 32 expõe o demanda mundial de alguns dos produtos da pauta paranaense.

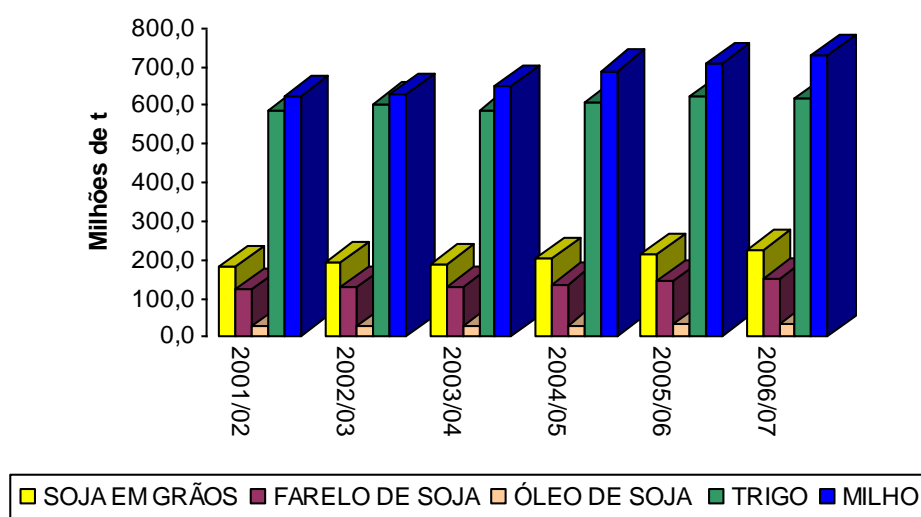


GRÁFICO 32 – DEMANDA MUNDIAL, 2001 A 2007 (%)
FONTE: DERAL/USDA(2008)

A partir do início desta década pode-se salientar que o determinante-chave para o impulso da balança comercial foi a renda externa traduzida pela conjuntura internacional extremamente favorável, e através do crescimento de países e blocos econômicos. Considera-se aqui a renda externa como o determinante que teve mais influência e proporcionou o alcance destes resultados. Também fatos considerados aleatórios fizeram com que em determinado período o Paraná aumentasse seu índice de exportações tal como a contaminação no rebanho bovino europeu (mal da “vaca louca”); tal situação elevou as exportações de soja em grãos, de carnes de aves e de milho.

Este determinante se torna crucial e de maior força, pois para Amaral (2001, p. 167) o câmbio implementado no país em questão fica a mercê da conjuntura internacional:

As crises econômicas da Ásia e da Rússia [...] colaboram para a visão de que o aspecto cambial carrega o sucesso ou o fracasso do andamento das políticas econômicas dos países. Desta forma, revela-se como mais um fator a ser levado em conta quando da realização de transações comerciais entre parceiros internacionais. Assim, no cenário mundial atual, uma economia não pode alcançar um desenvolvimento econômico sustentado tendo como base apenas a questão cambial. (AMARAL, 2001, p.167).

O melhor resultado do ano de 2002 ocorreu no mês de setembro onde a balança comercial paranaense atingiu US\$ 1.020.597 milhões e uma variação com relação à agosto de 246%, e no ano de 2003 no mês de agosto com variação de 142% ao mês anterior e saldo de US\$ 541.613 mil.

Em 2003 o desempenho constante das importações (4,6%) em conjunto a uma expansão das exportações (25,5%) fez com o Estado do Paraná alcançasse um superávit de US\$ 3,7 bilhões, este 54,9% superior ao registrado no ano anterior. Vale a pena salientar que esta atuação foi determinada pela melhora das vendas externas bem como a uma excelente condição do mercado internacional com relação às commodities agropecuárias. Também se observa a expansão de demanda da China e a recuperação da Argentina. Conjuntamente se faz presente para o período a construção de novos canais de comercialização com o exterior, devido à estagnação do consumo doméstico e da elevada carga tributária incidente sobre as transações internas. (IPARDES, 2004, p.03).

Ainda segundo dados da FIEP(2007), a partir de 2003 ocorre uma diferenciação quanto ao saldos da Balança Comercial do Estado do Paraná:

Em se considerando o crescimento a partir de 2000 até 2007, as exportações se expandiram a uma taxa média anual de 15,38% e as importações em 11,78%, ou seja, as exportações cresceram mais do que as importações. Esta tendência se reverte quando se consideram os valores de 2003 para cá. Nestes últimos cinco anos (2003 a 2007), a taxa média anual de expansão das importações é de 26,82% e das exportações de 14,63%. (FIEP, 2007, p. 02).

A Tabela 12 apresenta as variações da Balança Comercial do Paraná entre 2003 e 2007, onde se verifica que a partir de 2005 há uma queda importante no volume de exportações contra a acentuada elevação das importações.

TABELA 12 – VARIAÇÕES DA BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ, 2003 A 2007

Período	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
Dez 03-dez 04	31,36	15,50	46,44	26,16
Dez 04-dez 05	6,66	12,44	2,33	8,40
Dez 05-dez 06	-0,21	32,04	-26,78	9,83
Dez 06-dez 07	23,50	50,85	-17,12	33,73

FONTE: MDIC/SECEX

De acordo com o relatório De Metas para Inflação de Bacen (2003), a apreciação de 5,5% do real no ano de 2003 esteve condicionada a alguns fatores como: (i) fluxos positivos no mercado de câmbio e (ii) depreciação da moeda norte-americana frente às principais moedas mundiais, o que evidenciou a evolução dos déficits fiscal e comercial dos Estados Unidos. O dólar neste ano atingiu a menor cotação frente ao euro desde a criação deste último, em 1999.

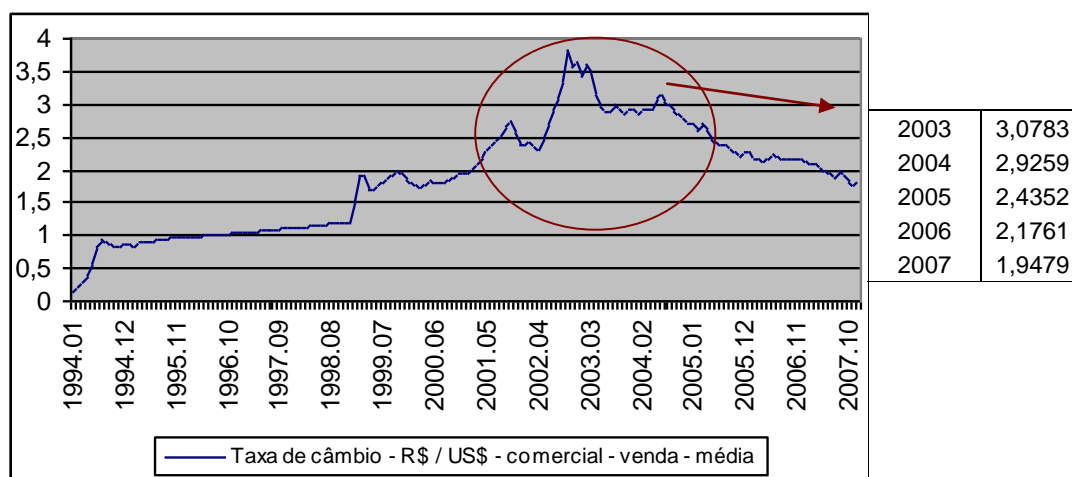


GRÁFICO 33 – EVOLUÇÃO DO CÂMBIO MÉDIO – 2003 A 2007

FONTE: BACEN (2008)

Quando a moeda de um país se aprecia, os estrangeiros pagam mais pelo produto do país e os consumidores domésticos pagam menos pelos produtos estrangeiros. (KRUGMAN, 2007, p.423)

Através do Gráfico 34, observa-se que mesmo diante de uma apreciação cambial deflagrada a partir de 2003, a balança começa a sentir seu efeito somente em 2005, com resposta de queda em seu desempenho. Novamente o Estado se mostra menos suscetível ao câmbio, pois a força motriz para o desempenho da balança comercial mesmo diante de mais uma conjuntura interna adversa foi sua

pauta exportadora, a qual sustentou a balança através dos preços das commodities internacionais.

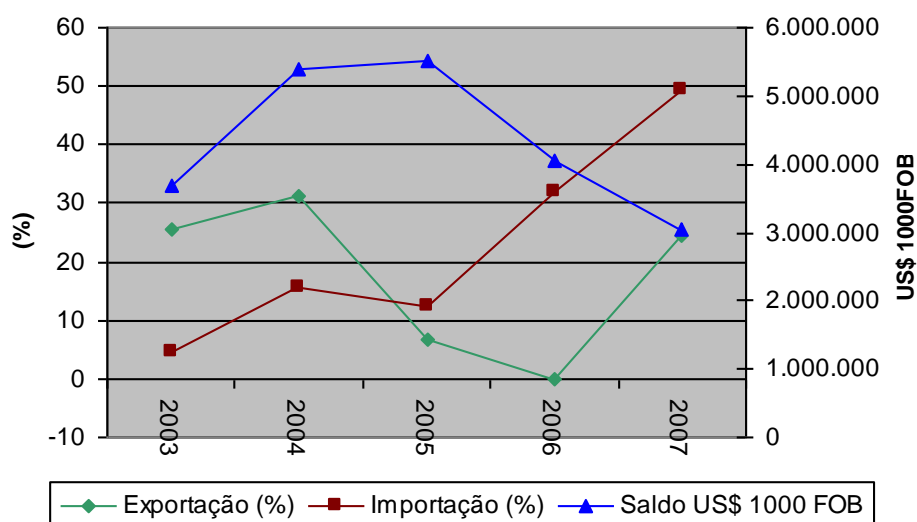


GRÁFICO 34 – BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ 2003 A 2007
FONTE: MDIC

Para o Relatório do Banco Mundial (2009), neste período o preço dos produtos básicos ainda estava em alta devido ao contínuo crescimento econômico mundial. Novamente evidencia-se o determinante “renda” como impactante para o desempenho da balança comercial paranaense, pois mesmo com uma taxa de câmbio apreciada e diante da elevação das importações a balança se mantém superavitária.

Os preços dos commodities – os quais têm aumentado desde 2003 – continuaram com um crescimento forte em 2007, até o primeiro semestre de 2008. Na metade do mês de novembro, os preços vêm caindo, desistindo de seus ganhos na primeira metade do ano. A queda bruta reflete uma clássica resposta dos commodities ao lento crescimento global ao final de um boom (aumento rápido)[...], uma queda que foi amplificada e acelerada pela crise financeira. (RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL, 2009, p.39, tradução nossa).

TABELA 13 – PREÇO DOS PRODUTOS BÁSICOS

Variação Percentual	2000-05	2006	2007	2008	2009 ^p	2010 ^p
Energéticos	13,5	17,3	10,8	45,1	-25,0	0,9
Petróleo	13,6	20,4	10,6	42,3	-26,4	1,8
Gás Natural	10,4	33,9	1,0	57,2	-10,8	-4,2
Carvão	12,7	3,1	33,9	97,8	-23,1	-10,0
Não Energéticos	8,3	29,1	17,0	22,4	-23,2	-4,3
Agricultura	6,0	12,7	10,0	28,4	-20,9	-1,3
Alimento	6,0	10,0	25,6	35,2	-23,4	-0,3
Grãos	4,8	18,4	26,1	50,9	-27,7	2,6
Materiais básicos	5,0	22,7	9,0	13,0	-14,9	-2,7
Metais e Minerais	12,3	56,9	12,0	5,0	-25,5	-5,5
Cobre	15,2	82,7	5,9	-0,6	-32,2	-4,2

FONTE: RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL (2009)

No ano de 2004 a balança comercial do Paraná novamente registrou superávit recorde de US\$ 5,4 bilhões. Para o IPARDES (2005), as vendas externas estaduais foram impulsionadas, em razoável medida, pelo comércio de mercadorias agropecuárias e agroindustriais, confirmando a apropriação, pelos exportadores locais, dos ganhos derivados da expansão da demanda mundial de alguns *commodities*. Sob este contexto destaca-se o desenvolvimento das exportações com destino aos principais mercados como China (50,9%) e seu ciclo de expansão econômica e a Argentina (91,9%) com seu bom desempenho econômico.

Através do Gráfico 35 se observa que a valorização cambial provocou no Estado do Paraná o crescimento das importações, medidas aqui pela variação em relação ao período anterior (mês a mês).

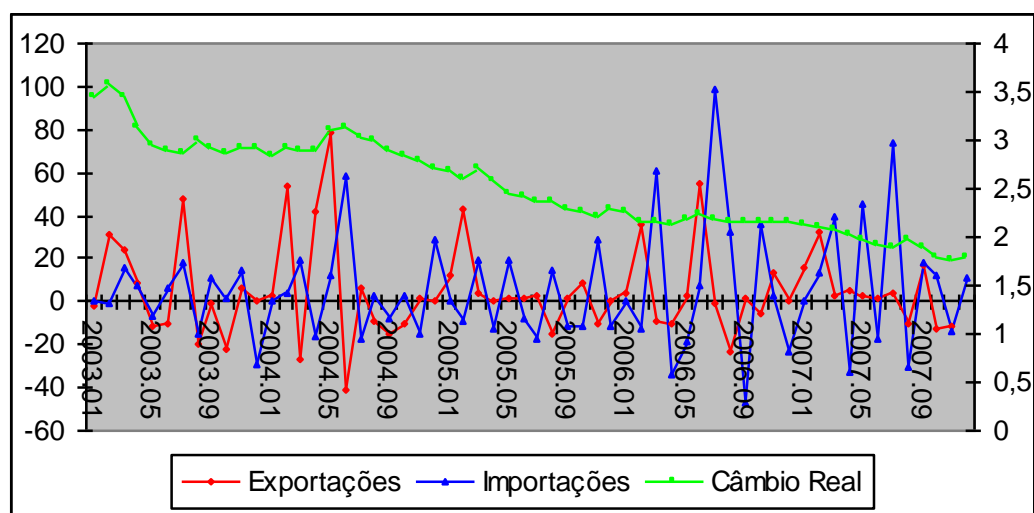


GRÁFICO 35 – EVOLUÇÃO DA TAXA REAL DE CÂMBIO, DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES PARANAENSES 2003-2007
 FONTE: MDIC/SECEX

Enfim, é salutar que a taxa de câmbio possua uma relação inversa às importações no Estado do Paraná e por mais que esta tenha afetado a Balança Comercial, a qual se colocou em tendência de queda principalmente a partir de 2005 - através da elevação das importações -, o saldo da mesma manteve-se em superávit para o período compreendido entre 2003 a 2007, revelando aqui novamente que o impacto do câmbio sobre o desempenho comercial do estado é menor – para efeito, também já foi supracitada a curva “j”⁵ - pois este não provocou um maior impacto para o desempenho da balança comercial.

Em 2005 a balança comercial do Estado sofre queda decorrente da variação das importações paranaenses, as quais mostraram uma maior força perante as exportações. De acordo com dados do MDIC/SECEX, enquanto as exportações tiveram um salto de 6,68% perante o ano anterior, as importações incorreram a uma alta de 12,45%. As explicações para este desempenho fraco pode ser denotado através dos problemas enfrentados pelo estado em suas exportações devido a problemas climáticos e o complexo agrícola.

Para Suzuki Jr (IPARDES), ao realizar uma análise comparativa entre as vendas externas do Estado perante o País pode-se atribuir sua inexpressiva atuação

⁵ É importante colocar que a ampliação das exportações estaduais ocorreu paralelamente à apreciação da taxa de câmbio, que apontou valorização real de 8,3% no ano de 2004, tendo como base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esses movimentos contraditórios podem ser explicados pelos prazos relativamente longos dos contratos de fornecimento, o que reduz os impactos imediatos das variações do câmbio sobre o comportamento das vendas externas. Ademais, é certo que outros fatores, como os ganhos de competitividade proporcionados pelo aumento da produtividade, influenciaram positivamente a performance das exportações em 2004. (Ibid).

devido ao comportamento dos preços em dólares dos produtos comercializados pelo Paraná.

Em 2005, o índice de preços das exportações estaduais subiu apenas 1,21%, muito abaixo da variação referente às vendas externas do Brasil, em razão da diminuta participação na pauta paranaense de alguns bens que apresentaram forte valorização, como as commodities de origem mineral. Adicionalmente, o índice de quantum das exportações do Estado registrou incremento inferior ao das quantidades vendidas pelo País, atingindo variação de 5,46%, de acordo com a Funcex. Tal resultado, o pior dos últimos sete anos, refletiu principalmente a queda da produção do setor primário e a conseqüente redução dos excedentes agrícolas exportáveis, resultantes da prolongada estiagem no ano de 2005. (IPARDES, 2006, p.04).

Em consonância a este resultado pode ser observado um aspecto positivo que é a abertura comercial para novos mercados como o Chile, a Alemanha e a Rússia, que anotaram acréscimos de 169,74%, 89,83% e 81,35%, respectivamente, além da Argentina. (Paraná - Comércio Exterior – n.10, 2006)

A elevação dos preços influenciou fortemente as compras realizadas pelo Estado no mercado externo. Para o IPARDES, o que provocou este resultado foram as cotações ascendentes do petróleo devido esta commodities possuir uma forte relevância no total das importações estaduais.

No ano de 2006 verifica-se que o câmbio teve uma influência negativa sobre a balança comercial paranaense que declinou 27% em relação ao ano anterior. Esta atuação se deu principalmente pela queda da taxa geral da indústria de transformação, com uma diminuição acentuada na indústria de produção de caminhões. Junto a este segmento, o madeireiro também sofreu com a influência do câmbio, pois é verificada a restrição imposta ao crescimento da renda industrial, a qual no referido ano se encontrava no patamar mais baixo desde a implementação do câmbio de livre flutuação em 1999.

TABELA 14 – PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO
PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS 1991/2007

SEÇÃO/ATIVIDADE	ÍNDICE (base média de 2002 = 100)													
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indústria de Transformação	95	89	93	98	101	100	99	103	100	106	116	118	116	124
Alimentos	94	84	89	86	91	96	94	99	100	105	110	106	112	116
Bebidas	57	75	66	61	63	68	72	92	100	94	99	106	121	120
Madeira	63	62	67	65	83	83	85	91	100	113	132	116	101	96
Celulose, Papel e produtos de papel	103	102	105	114	113	113	118	104	100	100	105	113	115	114
Edição, impressão e reprodução de gravações	100	134	187	191	211	181
Refino de petróleo e álcool	94	83	96	97	93	107	103	109	100	100	88	96	97	94
Outros produtos químicos	94	81	104	110	100	108	118	116	100	105	94	76	74	83
Borracha e plástico	72	71	101	114	111	100	90	91	100	95	100	96	109	111
Minerais não-metálicos	61	71	80	93	87	90	92	93	100	97	91	95	90	95
Produtos de metal - excl. máquinas e equipamentos	127	148	153	151	134	122	98	95	100	99	104	102	102	108
Máquinas e equipamentos	58	64	73	72	63	63	73	81	100	114	138	123	122	148
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	116	145	151	192	185	152	265	248	100	97	91	115	116	138
Veículos automotores	135	130	85	113	106	79	102	102	100	117	177	214	170	222
Mobiliário	58	69	92	88	93	99	106	99	100	91	93	88	90	102

FONTE: IPARDES

Além das políticas macroeconômicas, torna-se importante salientar que no referido ano ocorre também uma piora no desempenho da indústria automobilística, incluindo a transferência de linhas de produção para outros estados da federação.

Faz-se mister elencar que neste ano o Estado alcança superávit, mesmo com uma variação negativa ao ano anterior, pois em contrapartida outros segmentos tiveram boas performances tais como: indústrias de papel, alimentos, material elétrico e plástico. A evolução das importações paranaenses é condicionada à variação cambial, onde se sobressaem os produtos derivados do petróleo.

Para o ano de 2007 foi verificada uma maior corrente de comércio, o Estado elevou suas exportações em 24% e as importações em 51%. Esta diferença fez com que mesmo alcançando um resultado superavitário, a balança fosse 17% inferior ao ano anterior.

Dados como o aumento da demanda doméstica devido à ampliação de crédito e a queda das taxas de juros decorrentes da apreciação cambial provocaram uma elevação na produção de veículos. Junto a este contexto é verificado que as exportações estaduais de automóveis se elevaram e que também ocorreu uma

recuperação da produção e da renda da agricultura, o que causou impacto na maior fabricação de tratores, colheitadeiras, entre outros bens.

Finalizando com o ano de 2007, verificam-se dois resultados distintos: (i) perda de competitividade por alguns setores considerados importantes para o Estado devido à queda da taxa de câmbio e, (ii) Expansão das exportações em relação à federação.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as vendas externas do Paraná totalizaram US\$ 12,3 bilhões, correspondendo a um crescimento de 24,5%, acima da variação de 16,5% das exportações brasileiras. Ainda seguindo com dados do (MDIC), os setores que impulsionaram o comércio exterior do Paraná foram os complexos soja e carnes, que contabilizaram aumentos de, respectivamente, 37,9% e 42,5% nas exportações, por conta não somente da evolução das quantidades comercializadas, mas devido também à elevação dos preços internacionais de material de transporte e cereais, cujas receitas com as exportações cresceram 14,6% e 66,3%, respectivamente.

Ressalta-se também que o bom desempenho se explica devido à particularidade da pauta de exportações do Estado, o qual possui no grupo do commodities soja grande parte de suas exportações. Os commodities agrícolas tiveram seus preços aumentados no comércio internacional, onde a partir de 2005, o valorl deste produto supera a taxa de câmbio (Gráfico 36).

Para Scatolin et al (2008), o que fica [...] é que o segmento baseado em recursos naturais foi o que teve maior benefício do crescimento dos principais parceiros comerciais do Brasil [...] Adicionalmente, esse segmento não foi prejudicado pela valorização cambial e pela política de juros elevados. Neste caso, cabe ressaltar que, para esse segmento, a valorização cambial foi relativamente compensada pelo aumento dos preços dos commodities nos mercados internacionais.

Também se ressalta que o setor automotivo é relevante para o bom resultado da corrente de comércio do Paraná⁶.

⁶ A indústria automotiva - classificada como intensiva em escala - ao importar parte dos componentes do processo produtivo, compensa parcialmente as consequências geradas pelo processo de valorização cambial. Mesmo diante da valorização cambial, a economia paranaense tem apresentados bons resultados referente ao fluxo do comércio internacional, que são devidos, principalmente, ao bom desempenho comercial dos setores agroindustrial e automotivo. O primeiro beneficiado pela alta dos preços das commodities no mercado internacional e o segundo

Estes resultados foram alcançados através da diversificação da pauta de exportação e da abertura a novos mercados, superando assim a não favorável apreciação do Real. Somando-se a estes aspectos o estado ainda conseguiu alcançar um preço médio unitário em dólares crescente dos commodities comercializados. Segundo dados da FIEP (2007),

A evolução de preços internacionais de commodities exportados pelo Paraná em 2006 e em 2007 mostra, em sua soma algébrica e na maioria dos casos, evolução positiva (soja, -2,55% e +75,42%; trigo, +26,16% e +76,65%; milho, +24,74% e +16,72%; café, +0,68% e +7,92%; suco de laranja, +64,23% e -28,65%; e açúcar, +46,79% e -7,91%. (FIEP,2007, p.02).

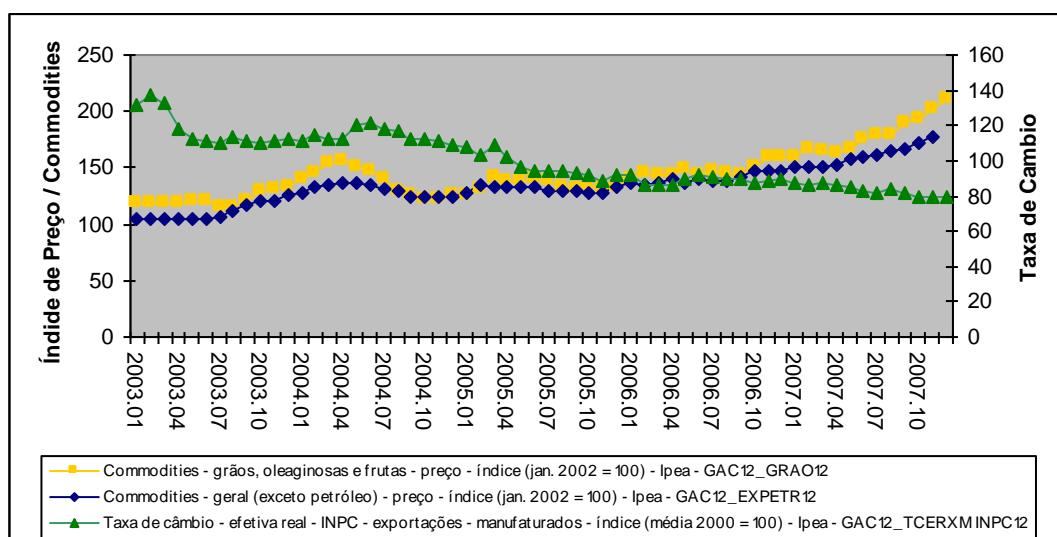


GRÁFICO 36 – ÍNDICE DE PREÇO DE COMMODITIES E TAXA DE CÂMBIO. 2003/2007
FONTE: IPEADATA

Com relação à expansão industrial - da década de 1990 até 2007 – pode-se dizer que foi intensa, especialmente a partir de 2004. Cabe ressaltar que as diferentes atividades industriais tiveram uma reação distinta quanto aos incentivos

compensado pelo preço das importações, bem como, pelo crescimento da renda externa. NAKABASHI ; CRUZ (2007).

de demanda, nacional e internacional. Também o Estado obteve desempenho comercial diferenciado quanto, primeiramente, à desvalorização entre 1999 e 2002, e segundo à valorização cambial entre 2003 e 2007, principalmente no que diz respeito à sua estrutura produtiva e competitividade. IPARDES (Análise de Conjuntura, 2007)

O Gráfico 37 apresenta o índice de produção física no Paraná para o período compreendido entre 1995-2007.

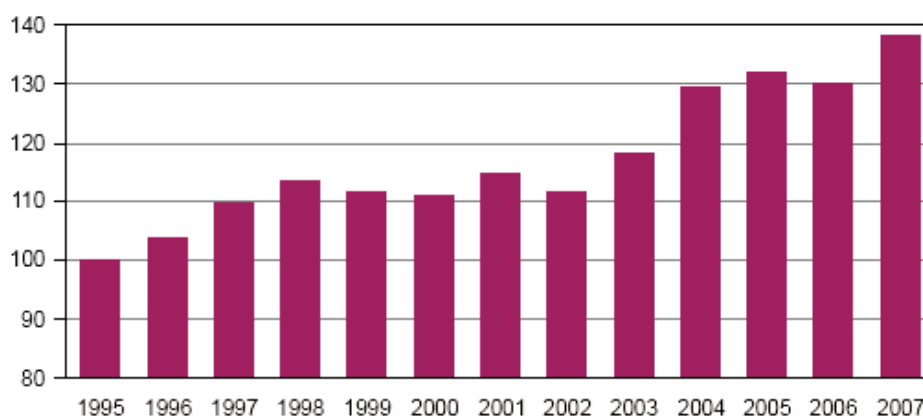


GRÁFICO 37 – ÍNDICE DA PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DO PARANÁ
1995/2007
FONTE: IPARDES (2007)

Assim sendo, é inegável que a abertura comercial gerou um grande impacto no Estado do Paraná na última década. Segundo o IPARDES (2003), enquanto a participação da agropecuária representava 14% do total do valor agregado em 2000, o setor industrial tinha sua participação maximizada para 41%. Ainda pode-se contextualizar que a industrialização do Estado ocorre concomitantemente a um aquecimento da economia nacional – ingresso de investimentos diretos externos – a abertura comercial e o processo de estabilização da economia.

Observa-se também que o setor agropecuário é dinamizado em seu grau de entrada no mercado internacional. Para NOJIMA (2002), o Paraná apresentou um crescimento crescente de seu parque industrial em consonância com um processo de reestruturação produtiva, o que elevou a capacidade instalada de sua indústria perante as demais regiões do país. Diante desta conjuntura, a indústria paranaense criou uma configuração produtiva diferenciada quando comparada aos anos anteriores à implantação do Plano Real. Ainda se observa que ocorreu uma melhora

na participação do grupo tecnológico para 35,2% perante um declínio do grupo tradicional em 26,6%. (LOURENÇO, 2005)

Para um maior entendimento de como A Balança Comercial Paranaense alcançou os resultados supracitados, os próximos itens mostrarão a evolução das exportações e importações do estado, os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países e blocos de destino e origem. Sendo assim, procurar-se-á tornar mais claro o impacto que a abertura comercial provocou no estado em conjunto com as políticas macroeconômicas adotadas.

4.3 AS EXPORTAÇÕES

No presente item dar-se-á destaque às exportações realizadas no Estado do Paraná para o período de 1994 a 2007. Observa-se que a excelente conjuntura de expansão do comércio internacional, bem como aspectos não tão favoráveis, determinaram os resultados do comércio externo paranaense no que concernem as exportações. Os dados referentes às exportações do Estado possuem como fonte o IPARDES e o MDIC/SECEX, sendo o primeiro a fonte mais utilizada, pois contém um volume mais amplo de dados do referido estudo.

Ao analisar o Gráfico 38, nota-se que praticamente em todo o período referente a este estudo o crescimento das exportações da economia do Estado do Paraná foram crescentes.

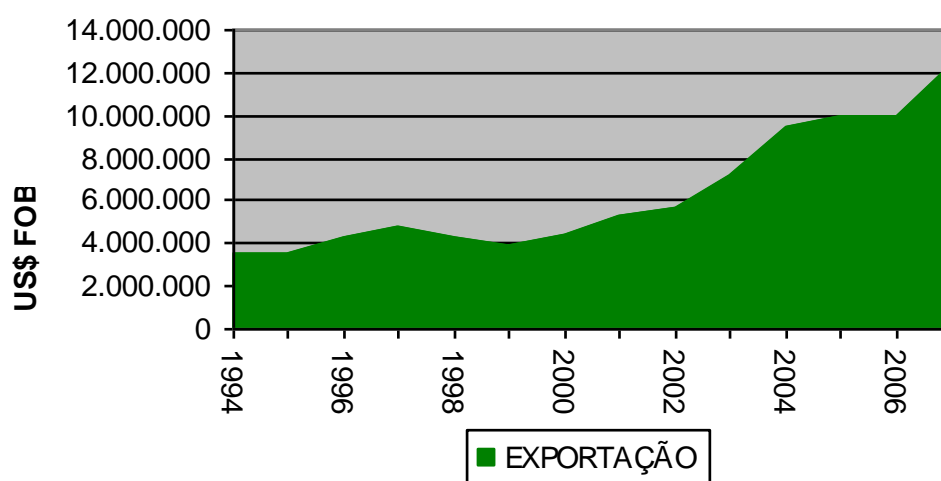


GRÁFICO 38 – VARIAÇÕES ANUAIS DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

FONTE: MDIC/SECEX

Devido a esta evolução o Estado passou a se destacar num contexto nacional no que concernem suas exportações. Este cenário pode ser explicado através do crescimento da participação das exportações do Paraná na pauta das exportações da federação, observado no gráfico abaixo (Gráfico 39).

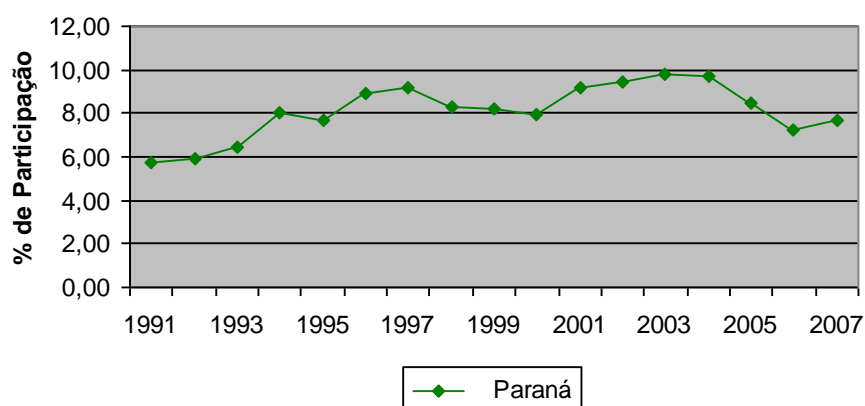


GRÁFICO 39 – PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

FONTE: MDIC / Secex

Também através de dados do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), nota-se que esta melhora na participação da pauta colocou o Paraná entre os maiores exportadores do País, seu desempenho sendo ultrapassado somente pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

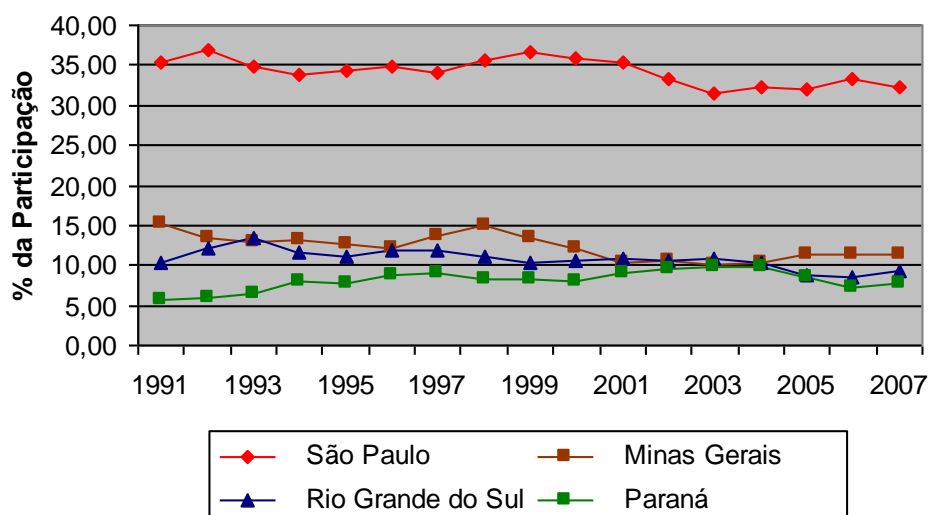


GRÁFICO 40 – PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, MINAS GERAIS E SÃO PAULO NA PAUTA EXPORTADORA DO BRASIL

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL (MDIC)

As exportações do Estado tiveram variações positivas relevantes durante o período deste estudo, o que impactou para que o saldo da balança comercial conseguisse se manter em uma posição superavitária desde o início da década de 1990, divergindo apenas em 2000 com um resultado deficitário de US\$293 milhões.

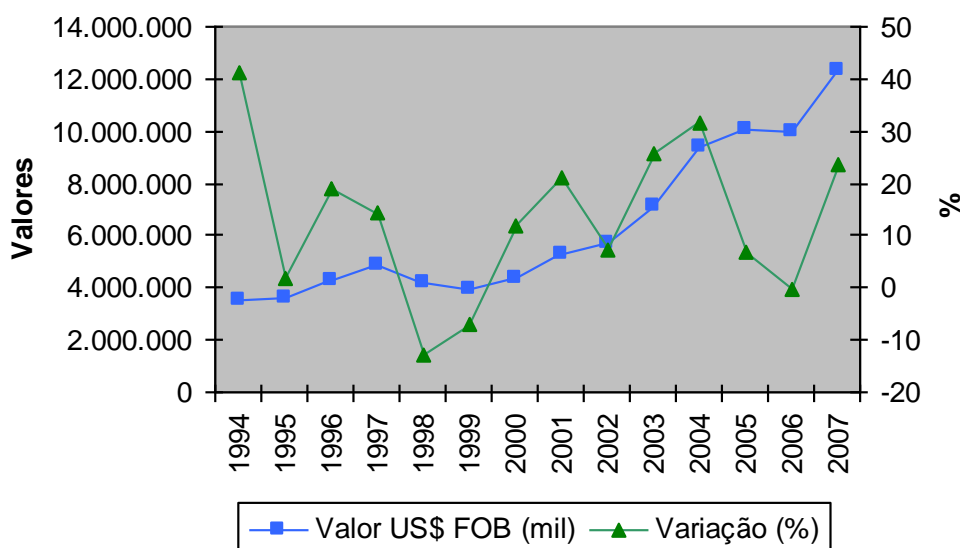


GRÁFICO 41 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PARANÁ APÓS IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL

FONTE: MDIC / SECEX

NOTAS: VARIAÇÕES ANUAIS - DADOS BRUTOS

A partir do ano de 1994 as exportações paranaenses tiveram uma variação positiva extremamente superior à alcançada pelo País, 41% e 12,8% respectivamente. Neste mesmo ano o Estado ficou em quarto lugar no ranking nacional de estados exportadores.

A atividade agrícola é destacadamente relevante para os resultados das exportações do Estado. Dentre a atividade agrícola merece destaque o complexo soja, o qual foi amplamente exportado para a China no referido ano.

Dentre os principais parceiros do Paraná nas vendas externas, a China é um país de extrema relevância devido às suas importações de soja; sua participação nas exportações do Paraná teve uma variação positiva de 827% em 1994 através do complexo soja. Também há um destaque para a União Européia e o Japão, grande importador de carne de frango.

A partir de 1995 se inicia um novo desenho das exportações paranaenses provocado pela perda de competitividade e dinamismo dos produtos básicos perante o mercado internacional. Fica evidente através de dados do IPARDES que o Estado,

apesar de não perder sua característica de exportador agrícola, conseguiu a partir deste período, diversificar sua produção. O nível de exportação de produtos básicos caiu de US\$ FOB 1,5 bilhão para US\$ FOB 1,4 bilhão em 1995, enquanto os industrializados deram um salto de US\$ FOB 450 milhões na década de 1980 para US\$ FOB 2 bilhões em 1995, salto este influenciado de forma relevante pelo desenvolvimento do setor agroindustrial.

Destaca-se que para o período deste estudo os principais blocos econômicos e parceiros comerciais do Paraná foram a União Européia, Estados Unidos, Ásia e o MERCOSUL. Intrinsecamente os principais países importadores das mercadorias paranaenses foram os Estados Unidos, a China, a França, o Reino Unido, a Alemanha, a Holanda e a Argentina. Observa-se através da Tabela 15 a evolução dos principais produtos exportados pelo Paraná entre 1999 a 2007 segundo a classificação apresentada por NASSIF (apud Nakabashi;Cruz, 2007), a qual denota uma concentração de produtos nos setores agroindustriais e automotivo, onde os primeiros- recursos naturais - são fortemente influenciados pelos preços internacionais das commodities.

TABELA 15 – PARTICIPAÇÃO DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO PARANÁ (1999-2007)

Descrição	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Intensivos em Recursos Naturais									
Agrícola e Agroindústria									
Outros grãos de soja, mesmo triturados	15	15,4	12,6	15	15,1	13,5	9,44	6,58	8,48
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo	17,4	14,5	14,2	13,3	12,2	11,5	8,8	7,94	7,68
Pedaços e miudezas comestíveis de galos/galinhas	2,25	1,79	2,65	3,23	3,35	4,11	5,34	4,81	4,93
Milho em grão (exceto para semeadura			6,79					3,41	5,52
Carnes de galos/galinhas em pedaços	4,43	3,21	3,39	2,58	2,88	3,12	4,02	3,67	4,17
Óleo de soja bruto, mesmo degomado	6,62	3,37	3,15	4,68	5,69	4,9	3,42	3,48	3,85
Intensivos em Escala									
Sector Automotivo									
Automóveis com motor explosão 1500<Cm3<=3000,At	1,06	10,8	12,2	10,1	7,55	4,47	4,5	3,98	5,52
Outros motores de explosão p/veículo cap. 87, Sup.		0,41	2,89	4,6	4,86	4,44	4,04	4,21	1,82
Automóveis com motor explosão 1000<Cm3<=1500,At						0,41	4,61	2,38	1,8
Injetores para motores diesel ou semidiesel	1,05	1,02	0,75	0,95	0,97	1,17	1,07	1,73	1,82

FONTE: MDIC (2008)

Na indústria de transformação, destacam-se a instalação do pólo automotivo e uma importante rede de fornecedores, gerando efeitos dinâmicos endógenos não

desprezíveis na estrutura industrial e de serviços do estado. As mudanças no campo da agroindústria certamente foram estimuladas pela combinação de: abertura econômica; concorrência argentina; aquisição de empresas nacionais por parte de grandes empresas multinacionais da indústria alimentar; e, paradoxalmente, na etapa do Plano Real com câmbio supervalorizado, necessidade de incorporar ganhos de produtividade pela via tecnológica e/ou da redução dos custos salariais para compensar a perda dos estímulos históricos constituídos pela desvalorização cambial. (CASTRO,2005)

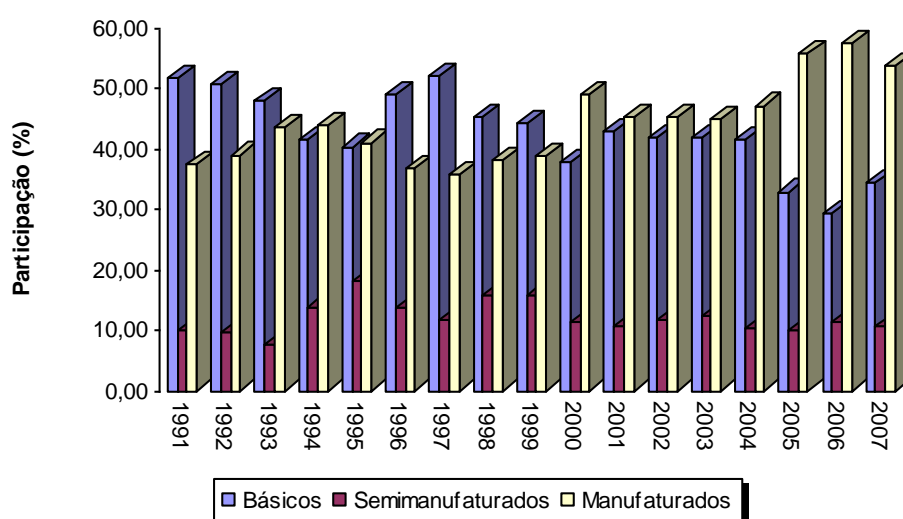


GRÁFICO 42 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PARANÁ POR FATOR AGREGADO
 FONTE: MDIC
 NOTA: DADOS BRUTOS

A partir de uma nova conjuntura comercial, será observado o Gráfico 43, que relaciona os principais produtos exportados pelo Estado e de que forma estes contribuíram para o bom resultado da balança comercial do Paraná.

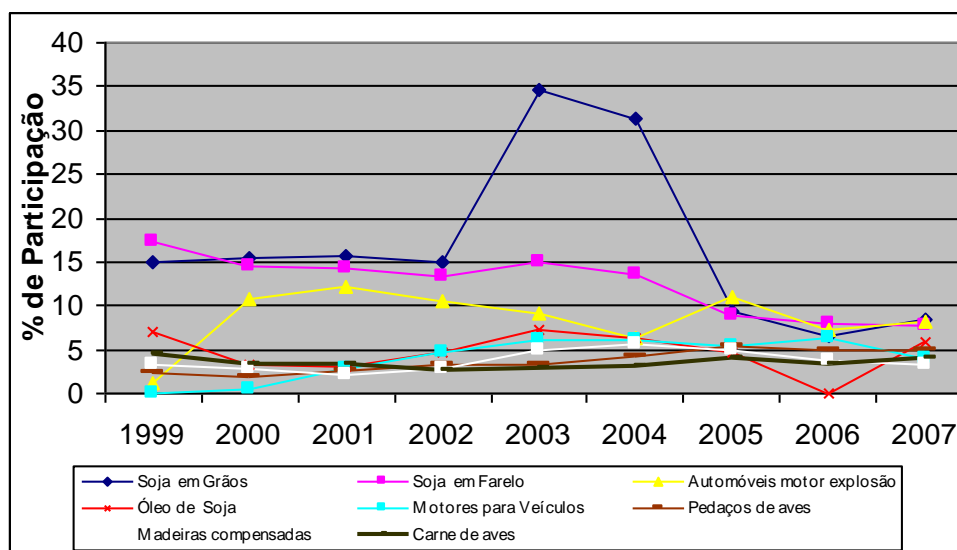


GRÁFICO 43 – PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS NO TOTAL DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO PARANÁ

FONTE: MDCI/SECEX

NOTA: DADOS BRUTOS

A pauta paranaense no período em estudo foi composta pelos grupos da soja, líder nas exportações do estado, grupo material de transporte representado pelas automóveis e motores, grupo madeira com o produto madeiras compensadas e o grupo carnes, através dos produtos carnes e pedaços de aves. Destaca-se também que quando se fizer necessário, serão elencados outros produtos, além dos supracitados, que beneficiaram os resultados das exportações do Estado.

Faz-se mister salientar que todos os dados citados sobre as exportações possuem como fonte o Iparades e foram selecionados para desenvolver mais detalhadamente as exportações.

É notório que, ao analisar o Gráfico 43, pode-se verificar que os resultados positivos alcançados pelas exportações do Estado podem basicamente ser evidenciados pelas vendas externas e as divisas obtidas com os produtos agrícolas, que caracteriza tradição na pauta paranaense.

Seguindo com as mudanças implementadas no Estado, nota-se que no ano de 1999 as exportações no Paraná atingiram US\$ 3.699 milhões tendo neste resultado uma queda de 7% comparada ao ano anterior. Destacam-se os seguintes produtos: (i) a soja representando 42,4% das exportações; (ii) a madeira respondendo por 11,7%; (iii) as carnes aumentaram em 47,7% somando US\$ 321 milhões em relação a 1998, e (iv) material de transporte, ficando com 7,3% nas exportações.

No ano de 2000, a soja decresceu 9,48%, no grupo carnes o declínio foi de 10,85%. Fechando o grupo dos produtos agrícolas e derivados, as exportações de açúcar registraram decréscimo de 13,42%, atribuído especialmente à drástica queda das vendas à Rússia (58%), considerado um dos principais mercados compradores do produto paranaense. Destaca-se ainda que o grupo material de transporte respondeu por 22,3% das exportações totais do Estado, com uma variação de 174,7% em relação ao resultado do ano anterior. O grupo madeira cresceu apenas 3,23% nas exportações. As vendas de compensados foram as mais representativas, somando US\$ 194 milhões. O segundo item de maior peso no grupo, a madeira serrada, tendo como grande mercado comprador os Estados Unidos, registrou pequeno declínio (2,21%), atingindo US\$ 129 milhões.

No ano de 2001 as exportações do Paraná superaram o ano anterior em 21,07%. O fator principal foram os produtos agropecuários; houve neste ano um aumento nas vendas de produtos básicos (37,3%). Já os produtos industrializados e os semimanufaturados cresceram 11,93% e 12,56%, respectivamente. A soja manteve a liderança em 2001, com crescimento de 10,25%. Contudo os grãos decaíram 10,69%.

O milho foi um dos produtos que garantiram o maior adicional às exportações paranaenses, somando US\$ 362,6 milhões em 2001; o que possibilitou a significativa expansão do grão foi a maximização da produção, bem como um cenário externo favorável. As exportações de carnes tiveram forte crescimento (53,48%), passando de US\$ 286,5 para US\$ 439,7 milhões. A liderança do grupo coube às vendas de aves, notadamente frangos, representando avanço de 52,37% em comparação ao ano anterior. As exportações de café recuaram 17,98% passando de US\$ 160 para US\$ 131,2 milhões. A madeira, o papel e a celulose marcaram as exportações em um aumento de 3,49% passando de US\$ 477 para US\$493 milhões.

O material de transporte registrou elevação de 23,58% nas exportações, sendo que as vendas de automóveis, item com maior peso no grupo, superaram o resultado anterior em 32,54%. No entanto, a maior elevação deu-se nos embarques de motores (277,03%); nesse grupo, foram observadas quedas em autopeças (17,77%), chassis (36,06%) e veículos comerciais (46,96%).

Para o ano de 2002 o principal parceiro do Estado foi a União Européia, representando 32,63% das vendas. A soja marcou ainda mais sua participação, passando a responder por 34,27% do total exportado pelo Estado. Ainda para este ano o significativo resultado angariado pelo estado é decorrente do comércio com a China.

O material de transportes registrou aumento de 5,04% nas exportações em 2002, representando participação de 22,29%. O destino dessas vendas teve como principais mercados os Estados Unidos (US\$ 616 milhões), Reino Unido (US\$ 189 milhões) e México (US\$ 152 milhões).

As exportações de madeira, que representaram 10,53% do total da pauta, atingiram US\$ 600 milhões em 2002, superando o resultado anterior em 21,58%. No grupo carnes, o desempenho exportador mostrou crescimento de 8,67% em 2002, com participação equivalente a 8,38%. As vendas de frango, que somaram US\$ 336 milhões no referido ano possuem uma inserção destacada no mercado asiático (Japão e Hong Kong), no Oriente Médio (Arábia, Emirados Árabes Unidos e Kuwait), na União Européia (Alemanha, Reino Unido, Holanda) e na Rússia, demonstrando a consolidação do produto.

Destaca-se a queda de três grupos (i) açúcar, cujas exportações apresentaram redução de 15,21%; (ii) papel e celulose com queda de 5,45% (retração do mercado argentino) e (iii) o café.

Já no ano de 2003 o crescimento das exportações paranaenses é o reflexo da evolução dos embarques dos complexos soja, carnes, madeira, material de transporte e máquinas e instrumentos mecânicos. Esses grupos responderam por um incremento da ordem de US\$ 1,1 bilhão, valor que correspondeu a 77,1% do aumento de US\$ 1,5 bilhão das vendas externas estaduais no ano passado.

Os produtos do complexo soja, sem exceção, registraram aumento nas exportações, com destaque para a soja em grão e o óleo bruto, que contabilizaram elevações de 25,6% e 52,5%, respectivamente. O complexo carnes apresentou crescimento de 37,9% quando comparado a 2002. Essa ampliação foi sustentada, em grande proporção, pelas vendas de carne de frango *in natura* produzida no Paraná foi exportada para 93 países, acima do número de importadores referente a 2002, representado por 75 países.

No que diz respeito ao complexo madeireiro, a ampliação de 26,4% das vendas externas foi determinada pela expansão da comercialização de madeira

compensada. As exportações do grupo material de transporte exibiram expansão de 11,6%, subindo de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,4 bilhão. O referido crescimento foi consequência principalmente da ampliação do comércio de motores para automóveis e veículos de carga, responsáveis por aumentos de 31,0% e 414,8%.

No que tange à distribuição das exportações globais do Paraná em mercados de destino, observa-se o significativo avanço da participação relativa da China no total vendido. O país asiático respondeu por 10,3% das exportações estaduais, com aquisições de US\$ 738,5 milhões, superando a parcela de 7,04% atinente a 2002. Com isso, a China ocupou a segunda posição entre os países importadores de produtos paranaenses, ficando atrás somente dos Estados Unidos, que garantiram receitas de US\$ 1,0 bilhão, equivalente a 14,6% do total em 2003. (IPARDES, 2004, p.06).

Em 2004, as exportações do Paraná atingiram US\$ 9,4 bilhões, valor que correspondeu a um crescimento de 31,4% em relação a 2003, quando as vendas externas totalizaram US\$ 7,2 bilhões.

Para o ano de 2004, com um crescimento de 31,4%, os produtos que mais contribuíram para a elevação das receitas foram a carne de frango *in natura*, o farelo de soja, a soja em grão, a madeira compensada, os cereais, os motores para veículos e os aparelhos elétricos para telefonia, que responderam por 55,3% do aumento absoluto de US\$ 2,2 bilhões registrado pelas exportações estaduais no ano passado. As exportações de carne de frango *in natura* apresentaram expansão de 52,5%, as vendas de frangos inteiros exibiram incremento de 42,3% e os cortes congelados superaram em 61,2% o valor contabilizado no exercício anterior.

É de extrema relevância destacar que quanto à soja em grão, o expressivo aumento em 18,0% decorreu dos maiores preços recebidos pelos exportadores, uma vez que as quantidades embarcadas declinaram 11,7%. As exportações de cereais cresceram 58,2%; este resultado pode ser atribuído ao milho.

As exportações de algumas mercadorias diminuíram em relação a 2003, como são o caso dos automóveis e do açúcar bruto. A redução das vendas externas de veículos resultou de uma opção empresarial pela não-modernização de alguns modelos produzidos no Estado, tornando-os defasados em comparação às renovadas versões fabricadas no exterior, o que comprometeu as exportações destinadas aos Estados Unidos, mercado que exige produtos de última geração.

Da queda de 55,1% nas vendas para os EUA, as exportações estaduais de automóveis atingiram o valor de apenas US\$ 591,0 milhões em 2004, ficando abaixo

dos US\$ 656,8 milhões referentes a 2003, em contraposição ao crescimento registrado pela indústria automobilística brasileira. Em relação ao açúcar bruto, a retração de 10,3% no faturamento com as exportações pode ser imputada à forte demanda tanto interna quanto externa, pelo álcool.

Entre 2005 e 2007 verifica-se que, para este último, as exportações paranaenses tiveram um relevante crescimento se comparadas aos demais. Estas aumentaram 23,05% de 2006 para 2007 onde atingiram US\$ 12.352 bilhões, superando os valores de 2006 (US\$ 10.016 bilhões) e de 2005 (US\$ 10.022 bilhões).

A diversificação da pauta exportadora bem como a abertura comercial do estado foram os alicerces para os resultados supracitados. Aliados ao esforço interno no comércio internacional o preço dos commodities foi um fator aliado ao Estado. Contudo, pode-se notar que a valorização do Real frente às moedas de circulação internacional desde 2005 provocou um impacto negativo ao resultado da Balança Comercial no que tange às exportações.

Para tentar conter o referido impacto observa-se que o Estado vem procurando diversificar a sua pauta exportadora, este fato fica mais claro ao citar dados da FIEP:

'... A cada ano são necessários mais grupos de produtos para acumular 90% do valor exportado. O 'Complexo Soja' é o que mais participação relativa perdeu, passando de 32,69% em 2004 para 21,86% em 2007. A 'Madeira' também teve grande declínio na participação relativa, declinando de 12,43% para 8,41% nos mesmos períodos considerados. Por outro lado, as 'Preparações alimentícias diversas' e os 'Açúcares e produtos de confeitaria' duplicaram sua participação relativa, passando de 1,54% e 1,86% para 3,70% e 3,32%, respectivamente, entre 2004 e 2007. (FIEP, 2008, p.02).

Juntamente ao aspecto pauta, verifica-se que entre 2003 e 2007 a abertura para novos mercados foi acentuada. Em 2003, os vinte primeiros países importadores detinham uma participação relativa de 79,41%; já em 2007, os vinte primeiros países detinham um pouco menos de 74,68%. (Ibid)

A abordagem das exportações do Estado do Paraná evidencia que mesmo perante substanciais transformações em sua malha produtiva creditadas à investimentos externos, bem como à reforma do Estado, a economia paranaense se constitui de forma eminentemente agrícola e industrial.

É extremamente importante ressaltar que estas mudanças no Estado ocorreram em período distinto ao que aconteceu com o país, o qual galgava déficits no saldo da Balança Comercial logo após a implantação do Real. Esta divergência de resultados entre o Paraná e o Brasil pode ser explicada pela sua industrialização, a qual alavancou as exportações do Estado

A partir do início desta década pode-se salientar que o fator que alavancou as exportações do Estado foi prioritariamente a conjuntura internacional favorável, através do desenvolvimento econômico de países e bloco econômicos foi um forte aspecto para o alcance destes resultados.

Enfim, os resultados alcançados pelas exportações paranaenses foram importantes, visto que sua participação brasileira gira em torno de uma média de 8,5% entre 1994 e 2007. No próximo item serão analisadas as importações paranaenses.

4.4 AS IMPORTAÇÕES

Seguindo a mesma tendência das exportações, as importações realizadas pelo Estado do Paraná também cresceram a partir da década de 1990, se intensificando após a implantação do Plano Real. Esta observação pode ser visualizada no Gráfico 47, o qual denota o crescimento das importações do Estado.

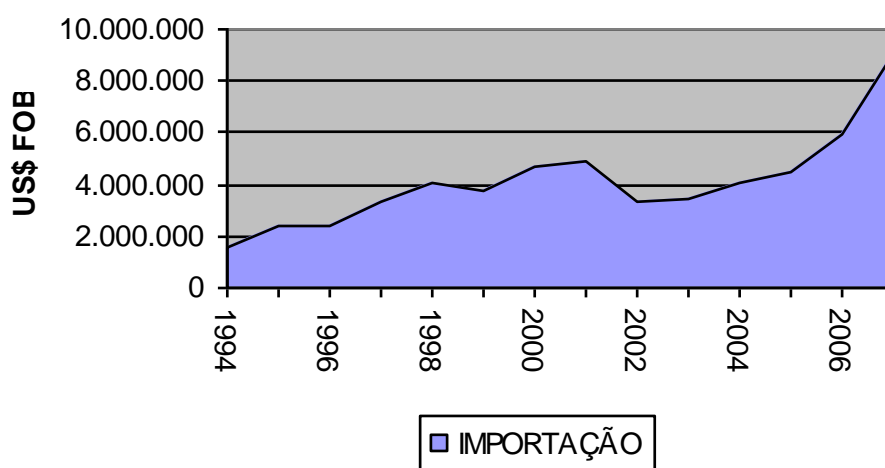


GRÁFICO 44 – EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO PARANÁ E DO BRASIL APÓS IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL
FONTE : MDIC/SECEX

As importações estaduais em 1994 representavam aproximadamente US\$1.5 bilhão, em cinco anos passaram para US\$ 4,6 bilhões e ao final de 2007 ultrapassavam US\$ 9 bilhões. O principal aspecto responsável pela elevação das importações no Estado foram as mudanças no setor produtivo, que aliou à sua pauta produtos de alto grau de sofisticação tecnológica.

Ao observar o Gráfico 45, percebe-se que realmente houve um crescimento significativo da participação de produtos manufaturados. É notório, ao visualizar o gráfico, que é a partir de 1997 que esse aumento ocorre, quando a participação no total das importações passou de 60% em 1996 para 68% em 1997, chegando ao pico em 2004 com uma participação de 79% e permanecendo na faixa dos 70% durante o final do período deste estudo (2007).

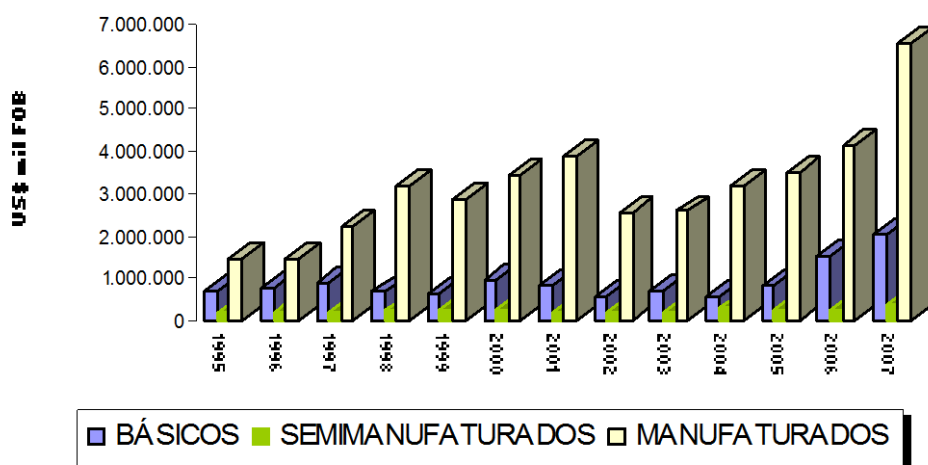


GRÁFICO 45 – EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO PARANÁ POR FATOR AGREGADO

FONTE: MDIC/SECEX

Basicamente, ao analisar as importações realizadas pelo Estado, observa-se que na maior parte do período que compreende de 1994 a 2007, o setor de bens de capital, componentes e bens de consumo duráveis foram os itens que mais participaram. Entre os itens da pauta de importações, merecem destaque óleo bruto de petróleo, as máquinas e aparelhos elétricos, os automóveis e produtos relacionados à indústria automotiva, tais como motores, caixa de marcha e carroçarias.

Conforme levantamento do IPARDES (2003), em 2000 o Paraná pela primeira vez na década obteve déficit em sua balança comercial; este foi um reflexo

do crescimento das importações em 26,63% contra um aumento de apenas 11,69% das exportações. Esta conjuntura é observada concomitantemente ao início das atividades das montadoras de automóveis instaladas a partir da década de 1990. Ao mesmo tempo em que as importações foram crescentes, o Estado se preparava para conquistar mais parcerias em suas exportações de carros, como o Mercosul, os Estados Unidos, o México e a União Européia.

Relacionando os principais países de origem, verifica-se que intensificaram suas relações com o Estado, a Alemanha e a França e diminuiu a Argentina. Segundo o IPARDES (2002), as explicações para estes aumentos e declínios na comercialização com os referidos países é respectivamente o fato de que tanto a Alemanha quanto a França sediam as matrizes das montadoras instaladas no estado, contudo a Argentina além de sofrer com uma crise de relevante amplitude, enfrenta a desvalorização da moeda brasileira.

Da mesma forma que as exportações, as importações possuem como fonte relevante de dados o IPARDES, por este apresentar uma maior número de períodos e de informações.

Verifica-se que é entre 1998 e 2000 que as importações tiveram relevância maior para o saldo do Estado e que conforme detalhes já supracitados a respeito das importações e sua relação com a malha produtiva do estado entre 1994 e 1998, o enfoque no que segue contará a partir de 1999.

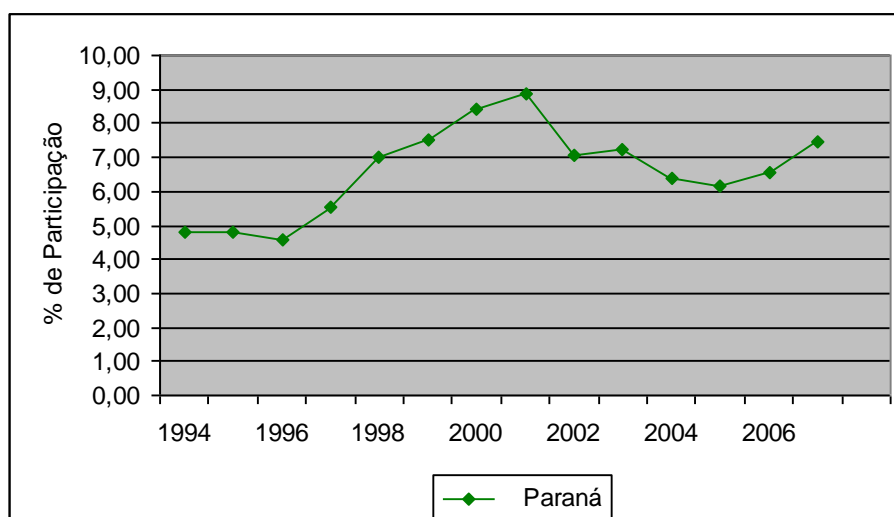


GRÁFICO 46 – PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES PARANAENSES NA PAUTA DE IMPORTAÇÃO BRASILEIRA.

FONTE : MDIC/SECEX

. Segundo dados obtidos pelo IPARDES (1999), as importações neste ano distanciaram-se em 8,96% em comparação ao ano de 1998, regredindo de US\$ 4.062 milhões para US\$ 3.699 milhões, deixando assim o Estado do Paraná na terceira colocação, apenas o Estado de São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram 56% das importações brasileiras.

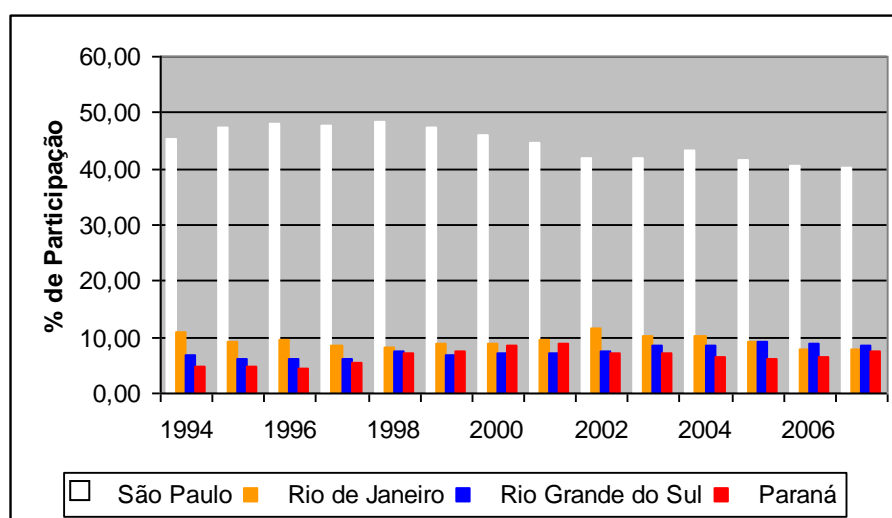


GRÁFICO 47 – PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ NA PAUTA IMPORTADORA DO BRASIL

FONTE: MDIC/SECEX

Dentro deste contexto, os bens de capital e de consumo duráveis são responsáveis pela maior parte de dispêndio (52,7%) e registraram queda de 13,53%.

Os combustíveis e lubrificantes cresceram neste período 32,82%, totalizando US\$ 355 milhões. O material de transporte foi o principal grupo, chegando a 20,7% das importações, correspondendo a US\$ 764 milhões. Com as compras de automóveis foram atingidos US\$ 424 milhões.

No início da década de 2000, as importações continuaram com tendência ao crescimento (26,63%). No que diz respeito aos bens manufaturados, estes responderam por 73,73% do total importado, enquanto a participação dos semimanufaturados situou-se em 5,6% e a dos básicos, em 20,67%, apresentando desta forma desvantagem em relação aos termos de troca.

Com relação aos produtos considerados mais relevantes das importações paranaenses, bens de capital e de consumo duráveis, houve um aumento em torno de 10,17%, já com relação à matérias-primas e bens intermediários ocorreu um significativo incremento (40,17%). Esta forte variação está relacionada a adubos/fertilizantes, grãos e cereais, celulose, ferro/aço, dentre outros. Merece ainda destaque o aumento nos preços de petróleo, o qual variou em 104,11%, grupo em que o óleo bruto de petróleo tem maior participação.

Lideram a pauta de importações neste ano (i) materiais de transporte (19,3%); (ii) autopeças (107,26%); (iii) motores para auto-veículos (118%); (iv) material elétrico, obtendo um acréscimo de 57,8%. Destacam-se aqui as aquisições de equipamentos de telecomunicações/telefonias, totalizando US\$ 239 milhões, um reflexo do avanço da telefonia no Estado.

No que se refere às importações de produtos químicos, estas também evoluíram, passando de US\$ 189 milhões para US\$ 222 milhões. Quanto ao grupo de metais comuns, as aquisições passaram de US\$ 113 milhões para US\$ 200 milhões, representando aumento de 77,52%. Já nas importações de máquinas e instrumentos mecânicos houve um declínio de 25,87%.

Entre 2000 e 2001 ocorre um acréscimo nas importações na ordem de 5,2% gerando para o ano de 2001 gastos de US\$ 4.928 milhões. Na Região Sul, o Paraná liderou as importações, sendo seguido pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

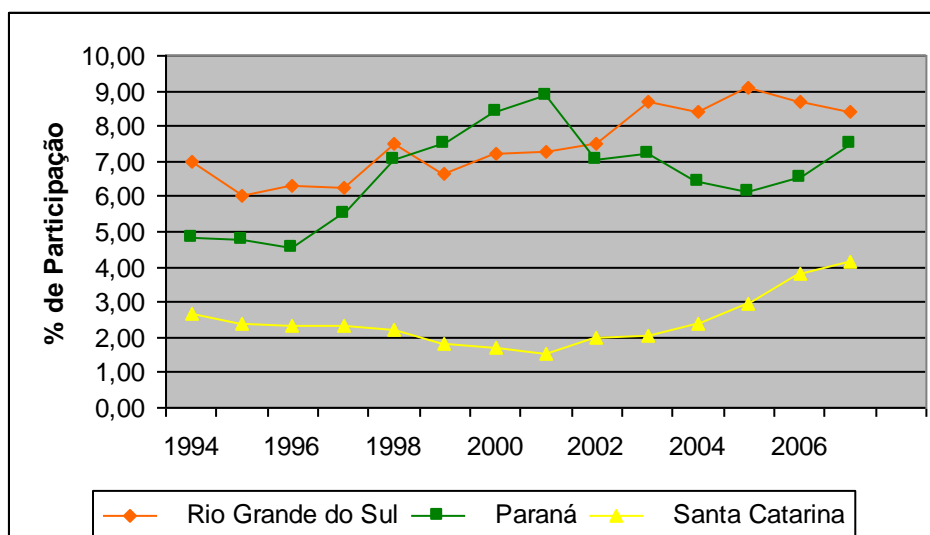


GRÁFICO 48 – PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO SUL NAS IMPORTAÇÕES DO BRASIL
 FONTE: MDIC/SECEX

Para o ano de 2001 os produtos mais importados foram em ordem de participação: material elétrico (58,01%), máquinas e instrumentos mecânicos (37,59%), produtos químicos (6,05%), matérias plásticas (17,56%), fios e tecidos (83,22%) e artefatos de borracha (5,33%). Já os produtos que sofreram reduções foram os seguintes: material de transporte (4,24%), combustíveis e lubrificantes (12,07%), adubos e fertilizantes (6,56%), metais comuns (20,13%), soja (17,53%), cereais (13,85%), papel e celulose (28,52%), minerais não-metálicos (11,62%) e produtos hortícolas (14,28%).

O destaque continua sendo para o produto material de transporte, cujos dispêndios chegam a US\$ 1.130 milhões e que detém a maior participação na pauta das importações, representando 22,93% do total.

O ano de 2002 registra uma queda acentuada nas importações de 32,38%, a maior de todos os estados brasileiros, o impacto para este resultado veio das exportações que alavancaram em 7,2% em relação ao ano anterior.

As importações registraram o montante de US\$ 3.333 milhões, registrando uma queda do Estado na participação das importações do país (de terceiro para quarto lugar). As aquisições de material de transporte, grupo de maior relevância na pauta, apontaram queda de 21,78%, passando de US\$ 1.136 milhões para US\$ 889 milhões. O declínio mais acentuado ocorreu nas compras de automóveis, especialmente oriundas da Argentina e do México, que recuaram de US\$ 246 milhões para US\$ 62 milhões. “... No caso argentino, a queda sinaliza reflexos da

crise que afetou a economia do país, com nítida repercussão no fluxo de comércio”.(IPARDES, 2003, p. 08)

O ano de 2003 é marcado por um pequeno crescimento das importações paranaenses que ficou aproximadamente em 5%. Segundo o anuário Comércio Exterior do IparDES,

O baixo crescimento das importações estaduais em 2003 pode ser atribuído à compensação do aumento das compras de alguns segmentos pelo decréscimo de outros grupos. Entre os segmentos que apresentaram evolução, destacaram-se material elétrico, produtos químicos e derivados de petróleo, com variações de, respectivamente, 36,6%, 9,1% e 16,6%. No que concerne às compras de produtos químicos, é interessante salientar que o crescimento derivou exclusivamente da evolução das aquisições de adubos e fertilizantes, que saltaram de US\$ 294,3 milhões para US\$ 405,6 milhões. Por outro lado, alguns grupos registraram redução nos valores referentes às importações, como material de transporte e produtos têxteis. No caso da indústria de material de transporte, houve variação de -8,4%, declinando de US\$ 741,6 milhões para US\$ 679,4 milhões, com maiores quedas nas compras de automóveis (-40,0%) e pneumáticos (-62,0%). Já as importações de produtos têxteis caíram de US\$ 96,3 milhões para US\$ 67,2 milhões, em razão principalmente da diminuição das aquisições de fios sintéticos (-46,0%). (IPARDES, 2004, n 8, p. 07)

Já em 2004 as importações paranaenses registraram US\$ 4,0 bilhões, efeito 15,5% superior ao registrado em 2003. As aquisições de adubos e fertilizantes foram os principais itens da pauta com 51,7% de participação em relação ao ano anterior. O reflexo das compras de fertilizantes pode ser visto nos relevantes investimentos em tecnologia ocorridos e da tendência de alta dos preços no mercado internacional devido aos produtos intermediários.

Sinais mostram que a indústria automotiva paranaense possui um índice maior de nacionalização; isto pode ser evidenciado através das variações extremamente pequenas da importação de seus insumos que giraram em torno de menos de 1%. Também há uma queda na importação de soja decorrentes da inclusão da variedade transgênica no comércio internacional e da restrição do Estado à esta. Quanto aos cereais, o declínio pode ser atribuído a uma maior oferta de trigo nacional, estabelecendo um quadro de suprimento menos dependente da importação.

A Tabela 16 sintetiza os principais resultados das importações paranaenses em 2006 e 2007.

TABELA 16 – VARIAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO

Variação das Importações por categoria de uso	No mês		Acumulado no ano		Acumulado em 12 meses	
	dez/07		jan/07 a dez/07		jan/07 a dez/07	
	nov/07		jan/06 a dez/07		jan/07 a dez/07	
	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
Bens de Capital	10,72%	11,72%	56,47%	39,09%	56,47%	39,09%
Bens Intermediários	7,24%	8,21%	51,27%	34,79%	51,27%	34,79%
Bens de Consumo	-7,38%	-6,55%	83,88%	61,77%	83,88%	61,77%
Combustíveis e Lubrificantes	151,88%	154,16%	28,51%	12,80%	28,51%	12,80%
Total das Importações	10,47%	11,83%	50,83%	33,70%	50,83%	33,70%

FONTE: FIEP

Segundo dados da FIEP, as importações em 2007 superaram o ano anterior em 50,85%, atingindo US\$ 9,016 bilhões. A Federação efetua uma comparação da evolução das importações para mesmos períodos e verifica que:

... a maior taxa de aumento se deu nas importações de 'bens de consumo' (83,88%), chegando a representar 13,72% do total das importações nestes últimos dez meses (em 2006 esta participação relativa fora de 11,25%). Dentro desta categoria de bens, o item que apresentou maior expansão foi o de 'bens de consumo duráveis', com aumento de 127,15%, tendo nos veículos o produto de maior crescimento relativo, já o segundo maior aumento se deu nas importações de 'bens de capital' (56,47%), atingindo a US\$ 1,971 milhões ou o equivalente a 21,87%, evidenciando aumento na compra de máquinas e equipamentos destinados à indústria. Em terceiro lugar, em termos de aumento, tem-se os 'bens intermediários' com aumento de 51,27% e atingindo uma participação de 44,90%. E, por último, os 'combustíveis e lubrificantes - petróleo' cresceram 28,51%, passando a ter uma participação de 19,51%. (FIEP, 2008, p.01).

Também pode-se visualizar, de acordo com a Tabela 17, os principais grupos de produtos importados pelo Estado e sua evolução. Entre 2003 e 2007 destacam-se os seguintes grupos: (i) Produtos Químicos, (ii) Petróleo e derivados e (iii) Material de Transportes.

TABELA 17 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS IMPORTADOS PELO ESTADO

Grupo de Produtos	jan/04 a dez/04		jan/05 a dez/05		jan/06 a dez/06		jan/07 a dez/07	
	Part. (%)	Acum.(%)	Part. (%)	Acum.(%)	Part. (%)	Acum. (%)	Part. (%)	Acum.(%)
Produtos Químicos	25,90	25,90	20,12	20,12	18,78	18,78	20,68	20,68
Petróleo e derivados	10,14	36,04	12,93	33,04	22,94	41,71	19,35	40,03
Material de Transporte	17,12	53,16	19,26	52,30	18,43	60,14	15,15	55,18
Mecânica	13,63	66,79	14,10	66,40	10,35	70,49	12,23	67,41
Materiais Elétricos e Eletrônicos	9,51	76,30	9,69	76,09	7,89	78,38	8,00	75,41
Gerais	1,51	77,81	1,44	77,53	1,83	80,22	1,85	77,25
Produtos Têxteis	1,79	79,60	1,01	78,55	1,07	81,28	1,01	78,26
Papel e Celulose	2,27	81,87	2,26	80,81	1,97	83,26	0,95	79,21
Móveis	0,75	82,62	0,64	81,46	0,52	83,78	0,45	79,66
Madeira	0,83	83,45	0,66	82,11	0,69	84,47	0,43	80,09
Bebidas	0,28	83,73	0,31	82,42	0,31	84,78	0,28	80,37
Complexo Soja	1,27	85,00	0,99	83,42	0,06	84,84	0,24	80,61
Preparação alimentícia	0,15	85,15	0,15	83,57	0,13	84,97	0,11	80,72
Carnes	0,51	85,65	0,69	84,25	0,11	85,08	0,11	80,83
Açúcares e confeitaria	0,02	85,67	0,02	84,28	0,03	85,11	0,02	80,85
Sub-total	85,67	...	84,28	...	85,11	...	80,85	...
Total	100,00	...	100,00	...	100,00	...	100,00	...

FONTE: FIEP

Segue também através de dados da FIEP (2008) a Tabela 18, na qual se resume os dez principais países de origem dos produtos importados pelo Paraná.

TABELA 18 – PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM

ORDEM		PRINCIPAIS PAÍSES
2007	2006	
1	1	Nigéria
2	2	Argentina
3	6	China
4	3	Alemanha
5	4	Estados Unidos
6	5	França
7	12	México
8	11	Rússia
9	13	Espanha
10	9	Suécia

FONTE: FIEP

Segundo dados da FIEP, a Nigéria, relacionada em primeiro lugar, exporta exclusivamente petróleo para o Estado, por isso sua posição de destaque.

Enfim, esse item denota que as importações paranaenses foram em grande parte influenciadas pela taxa de câmbio valorizada na década de noventa, bem como, apreciada a partir de 2003. No entanto, estas importações, em sua grande maioria, foram necessárias para que o Estado transformasse sua malha produtiva, além de atingir um patamar maior de competitividade perante o mercado internacional.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o desempenho da Balança Comercial do Paraná é fortemente influenciado pelas transformações sofridas nas políticas internas bem como das alterações econômicas ocorridas no cenário mundial. Ao analisar a conjuntura mundial, nota-se que entre 1990 e 1993 ocorreu uma retração no crescimento econômico evidenciada pela queda da demanda mundial e na contração dos índices de preços dos commodities. A partir de 1994, através do ajuste macroeconômico e da abertura comercial, passa a vigorar uma significativa mudança na economia, com influência distinta quanto ao desempenho econômico dos estados, precisamente para este estudo, o Estado do Paraná.

A balança comercial paranaense, entre 1994 e 2007, obteve, na maioria dos períodos, saldos superavitários, entretanto destaca-se que no período compreendido entre 1998 e 2001, o fluxo do comércio paranaense apresentou déficits correntes que perduraram até meados de 2001. Em todo o período analisado, a balança comercial atingiu seu pior nível no ano de 2000. Entre 2002 e 2005, ocorreu um ritmo constante de crescimento do fluxo comercial do Estado do Paraná até meados de 2006, quando os resultados da balança apresentaram queda.

Estes desempenhos se tornam detalhados quando trazidos à luz da década de 1990, através do adensamento dos processos de abertura e de liberalização comercial. É notório que após a implantação do Plano Real, houve um relevante aumento do quantum comercializado com o exterior. É a partir da deflagração do Plano que a moeda brasileira foi ancorada ao Dólar e a taxa de câmbio foi o determinante e a base para a redução da inflação por parte do governo federal. Assim, iniciado o Plano Real, o país reduziu a taxa de câmbio, a qual obteve maior valorização entre agosto de 1994 a junho de 1995, objetivando assim acabar com a inflação inercial. Contudo, apesar de uma taxa de câmbio valorizada, as importações do Estado se mantiveram em volumes menores que as exportações até meados de 1998. Esta atuação do Estado quanto ao desempenho da Balança comercial em face de um câmbio desfavorável pode ser explicada quando se relaciona a conjuntura econômica internacional. A partir de 1994 se iniciou uma fase de expansão do crescimento mundial que se estendeu até 1997. Desta forma fica evidenciada a renda externa como um determinante significativo, o qual sustentou

os saldos superavitários da Balança diante de uma conjuntura interna desfavorável às exportações.

Verifica-se, no entanto, que após 1994 o Estado tem sua balança comercial prejudicada pela dinamização das importações, as quais foram relevantes para que o Estado tornasse sua estrutura produtiva mais competitiva frente ao mercado externo. No período compreendido entre os anos de 1995 e 2000, as importações tiveram variações percentuais significativas, com destaque para o último ano, onde a balança comercial pela primeira vez se tornou deficitária.

Entre 1998 e 2000 observa-se que as importações foram ainda mais cruciais para que o Estado se modernizasse através da modificação de sua malha produtiva, o que pode ser analisado ao considerar estes anos como significativos para a instalação e início das atividades das montadoras de automóveis. As importações para o período supracitado pioraram o saldo da balança comercial, contudo proporcionaram o sustentáculo para a dinamização das exportações paranaenses, com um maior enfoque para a indústria automotiva e ao setor agroindustrial devido ao avanço produtivo e tecnológico alcançado nestes setores.

Após um período de déficits comerciais, o Estado retoma sua posição superavitária angariando fluxos comerciais superiores ao do país. A partir de 2001 a balança comercial mostrou-se superavitária na maioria dos meses e estes resultados positivos indicam uma primeira característica de extrema relevância que é o grau de abertura comercial do Estado. Para os referidos anos as exportações respectivamente tiveram um relevante aumento contra as importações, superando-as em todos os meses destes períodos. Para o ano de 2002 o principal parceiro do Estado foi a União Européia, representando 32,63% das vendas. A soja marcou ainda mais sua participação, passando a responder por 34,27% do total exportado pelo Estado. Ainda para 2002 tem-se que o excelente resultado demonstrado nas exportações do Estado é decorrente em grande parte ao desenvolvimento econômico da China que importou um significativo montante em soja em grãos, marcando assim a renda externa como um determinante de grande força novamente ao desempenho da balança comercial do Estado.

A partir do início desta década pode-se salientar que o determinante-chave para o impulso da balança comercial foi a conjuntura internacional favorável, sob o foco da renda externa e através do crescimento de países e blocos econômicos.

Em 2003, a balança comercial do Paraná registrou novamente superávit, sendo este num montante de 54,9% superior ao registrado no ano anterior. Observa-se que o principal fator para este desempenho foi a grande expansão do quantum exportado (25,5%), constantemente há certa estabilidade nas importações (4,6%). Cabe destacar que o aumento do quantum exportado foi possível devido à condição propícia do mercado internacional, principalmente para os principais produtos exportados paranaenses, tais como os commodities agropecuários. Pode-se também elencar outros determinantes para a expansão positiva da balança comercial: primeiramente a renda externa através do crescimento econômico destacado da China, a qual provocou o aumento da demanda pelos produtos paranaenses, além da recuperação de outras economias como a da Argentina (crescimento de 9% do PIB).

Em 2003 a taxa de câmbio é apreciada e observa-se que mesmo diante de uma apreciação cambial, a balança começa a sentir seu efeito somente em 2005, com resposta de queda em seu desempenho. Novamente o Estado se mostra menos suscetível ao câmbio, pois para o período a força motriz para o desempenho da balança comercial mesmo diante de mais uma conjuntura interna adversa foi sua pauta exportadora, a qual sustentou a balança através dos preços dos commodities internacionais. Para o Relatório do Banco Mundial (2009), o período compreendido entre 2003 e 2005, o preço dos produtos básicos ainda estava em alta, devido ao contínuo crescimento econômico mundial. Novamente evidencia-se o determinante renda como impactante para o desempenho da balança comercial paranaense, pois mesmo com uma taxa de câmbio apreciada, e diante da elevação das importações, a balança se mantém superavitária.

Faz-se mister ainda concatenar que as condições internacionais para os produtos primários eram extremamente propícias, provocadas pela elevação do preço dos commodities. De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Industrial e Comercial, enquanto a relação de quantum exportado de soja foi de crescimento de 13,2% (2003/2002), a cotação média da oleaginosa subiu de US\$ 195,00/tonelada (2002) para US\$ 236,84/tonelada (2003), crescimento de 21,5%%.

Para 2004, os resultados não foram distintos, enquanto as exportações cresceram em média 31,4%, as importações alavancaram em apenas 15,5%. Destaca-se que a Balança Comercial novamente é favorecida pelos ganhos provenientes da expansão da demanda mundial pelos commodities paranaenses,

tais como os agropecuárias e agroindustriais. Ainda com relação a este período verifica-se que a China se destaca novamente como um grande importador dos produtos paranaenses; isto se deve à constante expansão econômica desta nação. Igualmente se verifica quanto à Argentina, a qual se recuperou da retração da renda interna. Estes dois países representaram respectivamente crescimento de 50,9% e 91,1% nas importações de bens produzidos pelo Estado.

É importante salientar o efeito curva “J” para este período, onde a ampliação das exportações estaduais ocorreu concomitantemente à apreciação da taxa de câmbio (8,3% no ano de 2004 – base IPCA). Esta reação antagônica é validada pelos amplos prazos dos contratos de fornecimento, que provocaram uma redução nos impactos imediatos das variações cambiais sobre o comportamento das exportações. Outro fator que deve ser mencionado é que nesta época o Estado já possuía uma maior competitividade através maximização da sua produção.

Em 2005 o cenário foi distinto dos anteriores; observa-se que a apreciação da taxa de câmbio começa a fazer efeito, mostrando uma maior aceleração das importações, as quais denotaram alta de 12,45%. Já a fraca atuação exportadora foi um reflexo dos preços, os quais (cotados em dólares) tiveram um ínfimo crescimento (1,21%). Além disso, a forte concentração da pauta paranaense em poucos produtos fez com que o Estado não participasse dos ganhos quanto à valorização de outros produtos no período, como por exemplo, os commodities de origem mineral. Destaca-se que o mortício resultado deste ano foi decorrente também da estiagem que o Estado sofreu. Outro fator que tornou a balança comercial desvalorizada foram as importações do petróleo colocando a Nigéria em destaque quanto aos países de origem. Segundo o IPARDES, o total das importações provenientes do país africano atingiu US\$ 543,84 milhões em 2005, o que correspondeu a um acréscimo de 64,69% no confronto com o ano anterior, quando as compras somaram US\$ 330,22 milhões.

Para os últimos anos (2006 e 2007), recebeu-se que o Paraná conseguiu transpor a influência da apreciação cambial através da diversificação de produtos e da ampliação de mercado. Estas duas características somadas à elevação dos preços dos commodities produzidos no estado, trouxeram novamente uma posição melhor para a balança comercial paranaense. Em 2007 foi verificada uma maior corrente de comércio, o Estado elevou suas exportações em 24% e as importações em 51%. Esta diferença fez com que mesmo alcançando um resultado superavitário,

a balança fosse 17% inferior ao ano anterior. Dados como o aumento da demanda doméstica devido à ampliação de crédito e a queda das taxas de juros decorrentes da apreciação cambial provocam uma elevação na produção de veículos. Junto a este contexto é verificado que as exportações estaduais de automóveis se elevaram; ocorreu ainda uma recuperação da produção e da renda da agricultura, o que causou impacto na maior fabricação de tratores, colheitadeiras, entre outros bens.

Portanto, é inegável que a abertura comercial gerou um grande impacto no Estado do Paraná na última década. Ainda pode-se contextualizar que a industrialização do Estado ocorre concomitantemente a um aquecimento da economia nacional – ingresso de investimentos diretos externos – à abertura comercial e ao processo de estabilização da economia.

Torna-se factível, no entanto, afirmar que a pauta condensada e de pouco valor agregado de produtos exportados pelo Paraná é extremamente suscetível às variações externas, ainda mais quando há uma queda do quantum exportado, ou ainda que este se mantenha constante, o que denota certa preocupação quanto ao desempenho da Balança em caso de Crise Internacional. Também se verifica que mesmo com um grau elevado de abertura comercial o Estado ainda possui poucos parceiros comerciais.

Assim sendo, finda-se esta conclusão salientando que a taxa de câmbio não pode ser analisada de forma intrínseca nem tão pouco deve ser considerada como um determinante de maior força, pois a maior tônica para o desempenho da balança comercial se situa na preocupação de um economia de mercado altamente competitiva e não da simples diferenciação do câmbio, sendo assim a renda externa através do crescimento ou não da economia internacional, provocará maiores impactos nas quantidades exportadas. E é neste contexto que o Paraná pode ser inserido, pois através da expansão da economia mundial no início deste século o Estado angariou excepcionais desempenhos em sua balança provenientes das exportações.

5 CONCLUSÃO

Segundo a teoria Macroeconômica existem determinantes significativos pelos quais a balança comercial é influenciada, permanecendo inalterados demais fatores, um aumento na renda externa melhora a balança comercial do país em análise e aumenta a demanda agregada, uma depreciação real promovida pelo país analisado também melhora a balança comercial bem como aumenta a demanda agregada e um aumento na renda interna piora a balança comercial através dos gastos com importações. Torna-se também preponderante destacar que ainda alicerçando-se sobre a mesma teoria tem-se que para uma análise estruturada do desempenho da Balança Comercial além dos determinantes supracitados devem ser analisados os efeitos das variações de preço e volume.

Sob a luz da teoria macroeconômica, estudou-se a balança comercial do Estado do Paraná e de forma sintética a balança comercial brasileira, procurando delinear quais foram os determinantes macroeconômicos que denotaram maior impacto para o período entre 1994 e 2007, bem como se as particularidades inerentes aos quantum e preços influenciaram principalmente nos saldos comerciais do Paraná. Este estudo não procurou criticar nem tão pouco propôs ações quanto a políticas econômicas, mas sim realizou uma análise histórica do desempenho comercial do Paraná e do país através das transformações ocorridas na economia nacional e mundial para o período supracitado.

Primeiramente verificou-se que mesmo diante da forte disseminação de que o desempenho comercial possa ter sido causado a priori pelo determinante câmbio constatou-se esta ser uma análise de cunho elementar na qual não são analisados outros aspectos relevantes, pois o determinante câmbio deve ser observado de forma abarcante, observando-o como medição da competitividade de um país perante o resto do mundo.

De acordo com o estudo em questão verificou-se que a estimação do fluxo do comércio pode ser dividida pelas quantidades comercializadas e os preços exercidos. Da mesma forma foi avaliado que somente a análise do determinante câmbio poderia gerar conclusões ambíguas, pois as alterações em preços traduziram acréscimos no comércio, as quais tenderam a se reverterem de forma mais simples que alterações nos quantum comercializados. Sendo assim, para este

estudo procurou-se realizar uma análise estruturada no desempenho comercial e na sua relação com os determinantes macroeconômicos.

Ao conjecturar que o câmbio foi o determinante significativo para o desempenho da balança comercial – o que é comumente realizado na literatura – e isolando-se os preços notou-se que ocorreram reações diversas entre exportações e importações. O quantum importado teve uma oscilação constante perante todo o período com decréscimos em 1999 e 2002 onde o câmbio estava depreciado, e crescimento em 2004. Contudo notou-se que o quantum exportado obteve um crescimento tímido desde 1994 e se dinamizou em 2002, o que foi identificado como um aspecto que não é integralmente explicado pela teoria, pois o maior crescimento se deu mesmo diante à apreciação da taxa de câmbio real efetiva ocorrida para o período. Diante desta constatação coube a este estudo verificar qual o determinante foi mais significativo para explicar o desempenho da balança comercial, ou seja, até que ponto a taxa de câmbio, a renda externa e a renda interna tiveram uma influência relevante para os resultados observados.

Primeiramente deve-se atentar para as transformações institucionais pelas quais o país e o Estado do Paraná passaram para o período de estudo, as quais ficaram registradas nos capítulos terceiro e quarto, que são traduzidas através do processo de ajuste macroeconômico e da abertura comercial. Um exemplo bastante elucidante foi a participação do país e do Estado do Paraná no MERCOSUL, onde se maximizou a corrente de comércio, e se obteve uma relevante queda nas tarifas praticadas. Também através das políticas comerciais o Governo criou incentivos diversos com o intuito de acelerar as exportações e fazer com que os produtos domésticos penetrassem no mercado internacional, o que resultou numa melhora da pauta, e dos países de destino.

No entanto considera-se que as mudanças que mais impactaram no desempenho da balança comercial paranaense e brasileira, as quais influenciaram tanto as exportações quanto as importações foram as relacionadas ao determinante renda e os preços.

Quanto à renda interna se fez relevante observar o seu comportamento no período de estudo com o intuito de verificar o poder de absorção de produtos estrangeiros. De forma geral entre 1994 e 1998, foi observado um tímido crescimento no produto, o qual ficou evidenciado no terceiro capítulo deste trabalho. Já o período compreendido pós 1999 foi bastante apreensivo, denotando várias

dificuldades ligadas ao aumento na aversão ao risco - associado ao fim da bolha de Internet, à crise argentina e às incertezas associadas à transição presidencial de 2002, entretanto, notou-se no período uma melhora relativa da atividade em comparação à 1994-1998. Cabe aqui destacar que o Estado do Paraná possuiu variações reais anuais maiores do seu produto interno bruto se comparado ao país, principalmente no período 1994 a 1998.

Quanto à renda externa verificou-se que entre 1995 até meados de 1998 a renda mundial passava por uma fase de um tímido crescimento, contudo a partir de 2002 iniciou-se a dinamização no crescimento mundial com médias de expansão de aproximadamente 5%, trazendo um importante impacto nas exportações do país e do Estado, assim se comprova neste trabalho que um aumento na renda externa provocou uma melhora na balança comercial através da maior demanda externa pelos produtos domésticos traduzidas pelo incremento das exportações.

Destarte, verificou-se que além da taxa de câmbio e sua possível influência, a renda pareceu ser o determinante diferencial na análise do desempenho da balança comercial do Estado do Paraná, pois *ceteris paribus*, quanto maior foi a renda externa, maior se deu o crescimento das exportações sob às importações, melhorando assim o saldo comercial. Verificando que a renda interna do país é menor que a mundial, esta divergência pôde ser evidenciada através do excepcional crescimento da última para o período compreendido no pós 2002, assim a maior distância do crescimento da renda interna que da externa foi capaz de explicar a dinamização das quantidades demandadas e dos preços praticados, aludindo de forma duplicada e positiva sobre os saldos da balança comercial, independentemente das transformações ocorridas na taxa de câmbio.

Conforme observado neste estudo o aumento dos preços foi o espelho de uma atividade exportadora nova para o Estado e para o país, pois se relacionou a maior demanda externa pelos produtos domésticos, que para uma referida oferta, implicou no aumento dos preços praticados. Também foi visto que as mutações sofridas pela renda e pelos preços impactaram nos fluxos sob distintos canais, com influência potencialmente maior do que os da taxa de câmbio.

Realizada a conclusão sobre a influência dos determinantes sobre o desempenho da balança comercial, outra análise utilizada foi a da curva J, evidencia empírica, a qual se pode elucidar o que a literatura não comportou em sua totalidade, que foi a dinamização das exportações mesmo em período de apreciação

cambial a partir de 2002, pois a taxa de câmbio relevante não seria a taxa atualizada, e sim defasada nos contratos. Esta situação foi verificada acerca dos contratos de comércio exterior, obviamente estes contratos não possuem seus valores atualizados, isto é, os preços e ainda a taxa de câmbio correspondem aos valores pelos quais os contratos foram fechados. A defasagem existente entre os valores do período do contrato com os valores atuais implicou numa demora, ou inércia do fluxo comercial justificado através dos custos, de forma maior quanto ao gap temporal perante aos custos relacionados aos preços.

Destacou-se neste estudo as mudanças relevantes observadas no período em relação aos determinantes que mais influenciaram no desempenho da balança comercial sob um maior enfoque no Estado do Paraná e foi possível perceber que o processo de ajuste comercial para este estado esteve dividido em fases, um superávit decrescente entre 1994 a 1999, um déficit no período 2000 e 2001, e um relativo equilíbrio entre 2002 e 2007, passando por sucessivos e surpreendentes superávits a partir de então o que difere o Estado da própria federação a qual angariou déficits crescentes a partir de 1995 retornando a uma posição superavitária apenas no início da década.

Interpretações iniciais tenderam a indicar que a desvalorização de 1999 e a forte depreciação ocorrida em 2002 poderiam ter sido as principais responsáveis por estes desempenhos positivos do Paraná, pois através das referidas políticas cambiais a literatura espelhou que seriam: aumentada a atratividade à exportação e; reduzidos os incentivos à importação, melhorando assim a balança comercial. Mesmo sendo uma análise correta, esta não explicou em sua totalidade a dinâmica da corrente de comércio para o período de estudo, quando foi observado uma diminuta reação das importações e uma melhora das exportações mesmo com a apreciação cambial.

Sob um foco menos intrínseco pôde ser observado que para o período em estudo o determinante renda foi extremamente significativo para o bom desempenho balança comercial, principalmente para o Paraná que se mostrou ainda menos suscetível ao câmbio, constatação evidenciada através da expansão relativa das quantidades comercializadas – demanda externa - bem como e sob maior influência dos preços internacionais das commodities.

Também, mesmo que considerado pequena para o Estado, ocorreu uma maior variação geográfica do comércio, tanto por destino como em origem.

Destacaram-se como principais parceiros comerciais a Ásia com ênfase à China, a União Européia e a América do Norte representado fortemente pelos Estados Unidos. Ainda para o período deste estudo observou-se que em grande parte as importações realizadas tiveram seu respaldo sobre a necessidade de inovação tecnológica, e competitividade frente aos produtos internacionais e mesmo prejudicando o desempenho da balança comercial estas foram a estratégia para a penetração no mercado internacional, o que pode ser comprovado através do relevante aumento das exportações a partir do início deste século.

Ainda analisou-se a ocorrência da expansão das exportações com maior destaque para o Paraná frente às commodities agrícolas e ao setor automotivo, denotando que, mesmo sendo um Estado que diversificou sua pauta exportadora, este ainda está calcado sobre sua tradicional identidade agroexportadora, o que evidencia certa preocupação em períodos de crise externa, nas quais sob uma pauta condensada e sendo reduzida as taxas de crescimento mundial há uma tendência de redução da demanda externa pelos produtos domésticos.

Desta forma conclui-se que mesmo sendo adotada uma taxa de câmbio depreciada e favorável às exportações, o desempenho da balança comercial do estado do Paraná não pode ser em sua grande parte creditado a este determinante e sim a renda traduzida pela demanda externa pelos produtos domésticos, e os preços internacionais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. **Política Comercial Brasileira: Limites e Oportunidades.** 2002. Disponível em http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_desafio/Relatorio-02.pdf. Acesso em 18/10/08
- AMARAL, Carlos Oliveira do Amaral; LIMA, Emerson Carvalho de. **Política Cambial: Efeitos na Balança Comercial.** São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- AMARAL, Rafael Quevedo do. **A condução do regime de metas de Inflação no Brasil: possíveis fontes de perda de eficácia da política Monetária.** Dissertação (UFPR, 2007)
- AREIAS, Ana Carolina. **A Política Comercial como Instrumento de Política Externa no Governo Lula** 2007. Disponível em <http://anaareias.blogspot.com/2007/11/politica-comercial-como-instrumento-de.html>. Acesso em 26/10/08
- ARIDA, P. **Observações sobre o plano real.** In: Revista Economia Aplicada - FEAFIPE/ USP, v. 3, n. especial, São Paulo, 1999 atualizada, São Paulo: Editora 34, 1998.
- AVERBUG, A. A abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M. M. (Orgs). **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 43-84.
- BAER, W. *A economia brasileira.* São Paulo: Nobel, 1996.
- BANCO CENTRAL, **Relatório de Metas para inflação.** Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/pec/appron/Apres/Perspectivas%20para%20a%20Infla%E7%E3o.pdf> Acesso em 27/10/08
- BARRAL, Welber Oliveira (Org.), **O Brasil e o protecionismo,** São Paulo: Aduaneiras, 2002.
- BATISTA Jr., P. N. O Brasil depois do Plano Real In: Revista Economia Aplicada - FEAFIPE/ USP, v. 3, n. especial, São Paulo, 1999.
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia: Teoria e Política Econômica.** Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1999.
- BONELLI, **Política de Competitividade Industrial no Brasil – 1995/2000.** Texto para Discussão 810/ IPEA. Rio de Janeiro, 2001.

BRANCHIERI, Claudio Maximiliano. **Taxa de Câmbio: um estudo sobre os determinantes, taxa de câmbio real e efetiva e crises cambiais**. Dissertação: Porto Alegre, 2002.

CAMPOS, Antonio Carlos de; ARIENTI, Patrícia F. F. **A importância das elasticidades-renda das importações e das exportações para o crescimento econômico: uma aplicação do Modelo de Thirlwall ao caso brasileiro**. Ensaios FEE, Porto Alegre. Volume 23, n. 02. p 787- 804. 2002.

CAMPOS, Antonio Carlos de; PRANDO, Tobias De Freitas; VIDIGAL, Vinicius Gonçalves. **Exportações e Crescimento, o caso do Paraná no período de 1990 a 2005**. Informe Gepec – Vol. 12, nº1, jan./jun. 2008

CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional**. São Paulo, SP: Pioneira, 2004.

CARVALHO, Cristina Maria Jesus. RIBEIRO, Leonor Carmona. **Os Agentes Econômicos e as suas Relações**. Disponível em http://prof.santana-e-ilva.pt/economia_e_gestao/trabalhos_06_07/word/Os%20Agentes%20Econ%C3%B3micos%20e%20as%20suas%20rela%C3%A7%C3%B5es.pdf (Acesso em 27/11/08)

CARVALHO, Maria Auxiliadora de. SILVA, Cesar Roberto Leite da. **Economia Internacional** – São Paulo: Saraiva, 2000.

CASTRO, A. B. . A capacidade de crescer como problema. UFRJ: Rio de Janeiro, Revista Economia Contemporânea: número 01, janeiro-junho, 1996.

CASTRO, Demian. **Mudança, permanência e crise no setor Público paranaense: um balanço da trajetória Estadual na segunda metade do século xx**. Curitiba – 2005 (Tese de Doutorado – UNICAMP)

CASTRO, Demian; VASCONCELOS, José Romeu de. **Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90**. Brasília: IPEA, 1999. 66p. (Texto para discussão n. 624)

CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey. **Economia Internacional, Comércio Exterior e transações globais**. 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 2001

CLEMENTE, Ewerton Louis O. **Os determinantes da taxa de câmbio e o Déficit externo**. Julho de 2008. disponível em <http://ewertonclemente.blogspot.com/2008/07/os-determinantes-da-taxa-de-cmbio-e-o.html> Acesso em 22/09/08.

CUNHA, S.K., OLIVEIRA, M.A. e CUNHA, J.C. **Cluster: novo padrão de especialização da indústria paranaense na década de 90**. Anais da VI SemeAd. Disponível em: www.ead.fea.usp.br/Semead/6semead/PGT/020PGT.

Comércio Exterior do Paraná. Sistema Federação das Indústrias do Paraná. Ano 0. Volume 06. Dezembro de 2007.

CURADO, Marcelo Luiz, OREIRO, José Luís. **Metas de Inflação: uma avaliação do caso Brasileiro**. UFPR: Paraná, 2005.

CURADO, Marcelo Luiz. **Sustentabilidade do Saldo em Transações Correntes e seus impactos sobre o Crescimento Econômico**. Revista Economia e Tecnologia – UFPR. Ano 02, Vol. 06 – Jul. / Set. de 2006

DIEESE - Estudos e Pesquisas – **Dez anos do Real**. Ano 1 – nº 1 - junho/2004 -

DORNBUSCH, R. & FISHER S. **Introdução à Macroeconomia**. São Paulo: Makron, 1992.

DORNBUSCH, R. & FISHER S. **Macroeconomia**, 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

DORNBUSCH, R. & FISHER S. **Macroeconomia**, 5. ed. São Paulo: Makron do Brasil, 1991.

FEIJÓ, A. C. [et al]. **Contabilidade Social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GARCIA, Márcio Gomes Pinto. JANOT, Márcio. **TEORIA MACROECONÔMICA II**. Disponível em http://www.econ.puc-rio.br/Mgarcia/070412_macro2_aula11.ppt#313,3, slide 03. Acesso em 29/09/08.

GIAMBIAGI, Fabio [et al.], Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GORDON, Robert J. **Macroeconomia**. 7. ed. Porto Alegre; Bookman, 2000.

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna>

IPARDES. **Crescimento, reestruturação e competitividade industrial no Paraná – 1985-2000**. Curitiba: IPARDES, 2002.

IPARDES. **Dinâmica Recente da Indústria Paranaense: estrutura e emprego**. Curitiba:2007. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/dinamica_recente_industria_parana.pdf. Acesso em 03/09/2008.

IPARDES. **Paraná: diagnóstico social e econômico: sumário executivo**. Curitiba, 2003. 29p.

IPARDES. Paraná, Comércio Exterior. Número 04, 2000.

IPARDES. Paraná, Comércio Exterior. Número 05, 2001.

IPARDES. Paraná, Comércio Exterior. Número 06, 2002.

IPARDES. Paraná, Comércio Exterior. Número 07, 2003.

IPARDES. Paraná, Comércio Exterior. Número 08, 2004

IPARDES. Paraná, Comércio Exterior. Número 09, 2005

IPARDES. Paraná, Comércio Exterior. Número 10, 2006

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ipeadata, Base de dados. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046> Acesso em 08/09/2008.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2001.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

LAIRD, S. e MESSERLIN, P. **Trade policy regimes and development strategies: a comparative study**. Working paper n. 07, LAEBA 2002

LOURENÇO, G. M. **Análise Conjuntural**. Curitiba: IparDES, v. 27, n. 11-12, p. 8, nov./dez. 2005.

MAIA, Jayme de M. **Economia Internacional e Comércio Exterior** – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

MANKIW, N. G. **Princípios de Macroeconomia**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

MARINHO, Emerson Lemos. **Um modelo macroeconômico do plano real e os ajustes necessários para a sua Consolidação**. Brasília: ESAF, 1998.

MARGAZÃO, Tiago Veiga. **Lobby e Protecionismo no Brasil (2001-2005): uma análise econométrica à luz da Teoria de Proteção Endógena**. (dissertação de mestrado: Brasília, 2007)

MATIAS-PEREIRA, J.: **"Agenda macroeconômica e política do Brasil" en Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Número 97, 2008. Disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/> Acesso em 24/10/08.

Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), Comércio Exterior, Estatísticas de Comércio Exterior, Balança Comercial por Unidades da Federação. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&ref=1076> Acesso em 02/10/2008.

MORAES, Gustavo Inácio de. **Sobre juros, câmbio e outros problemas**. Revista Economia e Tecnologia UFPR – Ano 02 Vol. 04– Jan. / Mar. de 2006

NAKABASHI, Luciano; CRUZ, Marcio José Vargas da. **Economia Paranaense – Análise Conjuntural da economia paranaense: sobre a taxa de câmbio, balança comercial, emprego e medidas compensatórias**. Revista Economia e Tecnologia – Ano 03 Vol. 09 – Abr./ Jun. de 2007

NOJIMA, D. **Crescimento e Reestruturação Industrial no Paraná – 1985/2000**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, nº 103, jul-dez/2002.

OLIVEIRA, Allan Claiton. **Economia Política do Real**. 2007. Disponível em <http://www.economiabr.net/colunas/allan/real.html> Acessado em 16/10/08.

ONO, Fabio Hideki e JONAS, Guilherme. **Dinâmica recente da balança comercial paranaense**. In: II ECOPAR., 2, 2003, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM-UEL-UEPG-UNIOESTE-IPARDES, 2003, p. 517-530.

OREIRO, Jose Luis; PUMZO, Lionello; ARAUJO, Eliane; SQUEFF, Gabriel. **Restrições Macroeconômicas ao crescimento da Economia Brasileira num contexto de Perfect Storm: diagnóstico e algumas proposições políticas**. EESP/FGV – SP 2008.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social**. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

PEREIRA, Jose Matias. **Economia Brasileira: governabilidade e políticas de austeridade, dimensões macroeconômicas, desigualdades socioeconômicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. **Macroeconomia no Brasil Pós 1994**. EESP/FGV – SP, n. 131.2003

_____. **Inflação e Câmbio**. 09/05/2005. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1532> Acesso em 20/09/08.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fábio; GOSTOKORZIWICS, Joana. **O Desempenho Macroeconômico do Brasil no Anos 90**. A economia Brasileira nos anos 90, Estudo e publicação BNDES, 1999. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/livro.asp> Acesso em 23/01/2009

PULGA, Fernando Pimentel. **Porque crescem as exportações brasileiras**. Visão do Desenvolvimento BNDES. 20 de junho de 2006, número 01. Disponível em http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visão/visão_01.pdf Acesso em 10/01/2009

Relatório de Inflação. Volume 05, número 04. Banco Central. Brasília, 2003.

RICARDO, David. **Princípios da Economia Política e Tributação**. 1.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN, Felipe B. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1998.

SALVATORE, Dominick. **Introdução à Economia Internacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

SCATOLIN, Fábio Dória; NAKABASHI, Luciano; CRUZ, Marcio José Vargas da. **Efeitos do câmbio sobre as exportações da indústria brasileira**. *Revista Economia e Tecnologia – UFPR*. Ano 02, Vol. 06 – Jul. / Set. de 2006

SILVA, Rosileide Agapito da. **O Processo de Abertura Comercial no Brasil Durante os Governos Sarney – Collor – Fhc e seus Impactos Sobre o Setor Industrial**. 2006. Disponível em <http://www.ccsa.ufpb.br/de/Monografias/ROSILEIDE%20AGAPITO%20DA%20SILVA.pdf> Acesso em 20/10/08.

SIMONSEN, Mario Henrique, CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Sinopse Internacional. Número 01, abril 2004. BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/> Acesso em 18/11/2008

Sinopse Internacional. Número 02, julho 2004. BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/> Acesso em 18/11/2008

Sinopse Internacional. Número 04, novembro 2005. BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/> Acesso em 18/11/2008

Sinopse Internacional. Número 07, setembro 2006. BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/> Acesso em 18/11/2008

Sinopse Internacional. Número 08, janeiro 2007. BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/> Acesso em 18/11/2008

Sinopse Internacional. Número 09, janeiro 2008. BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/> Acesso em 18/11/2008

SUZUKI JR, Julio Takeshi. **Exportações Paranaenses: A Evolução dos Índices de Preço e Quantum em 2008**. *ANÁLISE CONJUNTURAL*, v.30, n.7-8, jul./ago.IPARDES: 2008

TELES, Vladimir K. **Choques cambiais, política monetária e equilíbrio externo da economia brasileira**. Brasília, Df: UNB, 2003.

TRINTIN, J. G. **A economia paranaense: 1985-1998**. 2001. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A economia paranaense: 1985-1998**. Tese (Doutorado).

World Bank. **Prospects for the Global Economy: 2009**. Washington, DC: World Bank.

VEIGA, Pedro da Motta. **Política comercial no Brasil: Características, condicionantes Domésticos e policy-making**. Disponível em: <http://www.iconebrasil.com.br/arquivos/Outros%20documentos/Livro%20DFID/Cap1%20-%20Brasil.pdf> Acesso em 01/12/08

www.seab.pr.gov.br

www.ibge.gov.br

<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/camex/camex/competencia.php>